

KAMIL CHEAB DAVID LOPES

**JUVENTUDE RURAL, TECNOLOGIA E TRABALHO: AS DEMANDAS DE
QUALIFICAÇÃO E DOMÍNIO TECNOLÓGICO PARA A INSERÇÃO
LABORAL NO RURAL MULTIFUNCIONAL – JECEABA MG**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA
MINAS GERAIS – BRASIL
2013

Ficha catalográfica preparada pela Seção de Catalogação e Classificação da
Biblioteca Central da UFV

T

L864j
2013
Lopes, Kamil Cheab David, 1983-
Juventude rural, tecnologia e trabalho : as demandas de qualificação e domínio tecnológico para a inserção laboral no Rural Multifuncional - Jeceaba MG / Kamil Cheab David Lopes. - Viçosa, MG, 2013. xii, 111 f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Orientador: Sheila Maria Doula.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f. 106-111.

1. Juventude rural. 2. Tecnologia. 3. Trabalho. 4. Qualificações profissionais. 5. Política pública. 6. Integração social. 7. Exclusão social. I. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Economia Rural. Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural. II. Título.

CDD 22. ed. 305.23

KAMIL CHEAB DAVID LOPES

JUVENTUDE RURAL, TECNOLOGIA E TRABALHO: AS DEMANDAS DE
QUALIFICAÇÃO E DOMÍNIO TECNOLÓGICO PARA A INSERÇÃO LABORAL NO
RURAL MULTIFUNCIONAL – JECEABA MG

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de Magister *Scientiae*.

APROVADA: 01 de julho de 2013.

Luciano Rodrigues Costa

Douglas Mansur da Silva

Sheila Maria Doula
(Orientadora)

Dedico este trabalho aos Meus Pais, Jurrene e José Maria, e aos meus irmãos, Júnior, Danillo e Bárbara, que iluminaram o caminho da minha vida e que sempre estiveram comigo.
“Obrigado por fazerem parte do meu mundo.”

AGRADECIMENTOS

“Tudo posso naquele que me fortalece”... E foi assim! Colocando os ensinamentos de Deus, tendo força, coragem, e correndo atrás. Agora é o momento de agradecer a todos que fizeram parte desta caminhada.

Primeiramente, agradecer a minha família, a minha mãezinha, que por todo este tempo manteve o incentivo, apoio, amor incondicional e segurança, me colocando sempre no caminho, mesmo estando longe por todo este tempo. Ao meu pai pelos ensinamentos de vida e pela compreensão. Aos meus irmãos, Juninho, Dan e Bárbara, pelo carinho e força sem medida. Aos meus primos Habib e Sâmia pela amizade e boa convivência.

Aos meus ex-colegas da República Fora Papo Ruim, Otávio, Paulo, Victor e Vinicius, que sempre acreditaram na possibilidade desta realização. À Dona Ninica, que por todo este tempo manteve organizada a nossa casa e principalmente a minha “papelada”.

Aos meus amigos de Viçosa, Belo Horizonte e Nanuque, que estiveram sempre ao meu lado e dispostos a me escutar e ajudar com os problemas. Em especial a Wanessa, Lidianne, Fabrício, Luciano Cintra, Jana e Chiquinho, por cederem tempo e espaço quando mais precisei. Sem vocês tudo isso não seria possível.

Aos professores e funcionários do DER pela responsabilidade e apoio nos momentos burocráticos, pela orientação e por manterem as portas sempre abertas.

Ao Observatório da Juventude Rural e seus pesquisadores pelo aprendizado, experiência, conquistas, sabedoria e direcionamento na pesquisa.

Aos amigos da Extensão Rural, em especial a Michele, Telma, Poliana e Renata, que me ajudaram nos momentos que estive fora de Viçosa com os trabalhos (direto ou indiretamente). Um muito obrigado é pouco para vocês, e como diria minha amiga Renata, “fico devendo algumas cervejas”.

Ao professor Luciano Rodrigues Costa por ter sido mestre, amigo, mostrado valores perdidos no tempo, confiança e direcionamentos para a realização deste trabalho.

A minha grande amiga Sheila Maria Doula, que além de orientadora foi quase uma mãe, cedendo confiança, paciência, orientações e principalmente pelos grandes conselhos. Teria sido praticamente impossível sem sua amizade. Sheila, você pode contar comigo quando precisar! Estou sempre às ordens!

À FAPEMIG pela concessão da bolsa, ao DER por ter sido quase uma casa e pelos grandes momentos de aprendizado vividos durante esta trajetória.

Enfim, o meu MUITO OBRIGADO a todos vocês!

BIOGRAFIA

Kamil Cheab David Lopes nasceu em Belo Horizonte, em Minas Gerais, em 20 de Junho de 1983, filho de Jurrene Cheab David Lopes e José Maria Lopes. Morou na capital mineira até o ano de 1991 e em seguida mudou-se para Nanuque, também no Estado de Minas Gerais, até terminar o ensino médio.

Em 2002 mudou-se para Belo Horizonte para dar continuidade nos estudos e no ano de 2003 iniciou a graduação em Engenharia Agrônômica pela Universidade Federal de Viçosa, graduando-se no ano de 2010. Durante a graduação foi Coordenador da Companhia de Encenação da UFV, Coordenador do Grupo de Teatro da ONG Ambiente Brasil Centro de Estudos, Coordenador do Grupo de Teatro da Câmara dos Vereadores de Viçosa e Professor do Cursinho Popular da UFV e da empresa Real English Center (Escola de Idiomas).

Em 2011 ingressou no mestrado em Extensão Rural pela UFV. Faz parte do Grupo de Pesquisa Observatório da Juventude Rural e foi Representante dos Discentes da Pós Graduação em Extensão Rural no Departamento de Economia Rural e, prestes a concluir o curso, em abril de 2013, foi convocado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) para assumir o cargo de professor, no município de Belo Horizonte, em Minas Gerais.

Sumário

LISTA DE FIGURAS.....	vi
LISTA DE TABELAS.....	vii
LISTA DE GRÁFICOS	viii
SIGLAS.....	ix
RESUMO	xi
ABSTRACT.....	xii
Introdução.....	1
Capítulo 1- Tecnologia na Sociedade Contemporânea: conceitos e concepções.....	5
Capítulo 2 - Tecnologias e transformações no mundo do trabalho.....	18
Capítulo 3 - Juventude no Mundo do trabalho: Os elos e as dificuldades.....	33
3.1 - Quadro geral	33
3.2 - A situação do Jovem no Universo do Trabalho: o desemprego estrutural, os processos tecnológicos e a globalização.....	34
3.3 - Juventude e Políticas Públicas de Trabalho e Educação	41
Capítulo 4 - O rural contemporâneo: as condições e possibilidades de trabalho para o jovem na Multifuncionalidade do Campo.....	48
4.1 - As Novas funções do Campo	48
4.2 - Juventude Rural e Trabalho	57
Capítulo 5 – Universo Empírico	66
5.1 - Jeceaba – Primeiras Histórias.....	66
5.2 - Jeceaba e a industrialização do espaço rural – o Distrito Industrial e as novas possibilidades de trabalho no campo Multifuncional.....	72
Capítulo 6 – Jeceaba na Contemporaneidade - as estratégias para o desenvolvimento social: Inclusão ou exclusão dos jovens rurais?	81
6.1 A Pesquisa de Campo	81
6.2 As estratégias governamentais e não governamentais para o desenvolvimento local....	82
6.3 A Realidade dos Jovens de Jeceaba: os projetos de vida e a visão sobre as instituições públicas.	93
CONCLUSÕES.....	102
BIBLIOGRAFIA.....	106

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Brasil, Minas Gerais e Jeceaba.	67
Figura 2: Minas Gerais, Região do Alto Paraopeba, Meso-regiões e Rodovias.	68
Figura 3: Distritos e Povoados de Jeceaba	71
Figura 4: Planta da VSB.....	74

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Concepções e Definições de Tecnologia.....	10
Tabela 2: Brasil. População total, urbana e rural, com 10 anos ou mais, ocupada e não ocupada, segundo o local de domicílio e o setor de atividade, 1981-1999 (1000 pessoas).	54
Tabela 3: População residente por situação do domicílio e localização da área segundo o sexo.	69
Tabela 4: Distribuição da população Masculina segundo os grupos de idade de Jeceaba (MG) – Rurais e Urbanos	69
Tabela 5: Distribuição da população Feminina segundo os grupos de idade Jeceaba (MG) – Rurais e Urbanos	69
Tabela 6: Projetos, empreendimentos, demandas e possibilidades	76
Tabela 7: Cenário 1 - Projeção populacional Tendencial (2010-2025)	79
Tabela 8: Cenário 2 - Projeção populacional (2010-2025) com totalidade dos empreendimentos planejados	80

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Total de jovens em Percentual de Trabalhadores com ou sem Vínculos Empregatícios e Desempregados.....	94
Gráfico 2: Jovens trabalhadores sem Vínculos Empregatícios divididos por atividade.	96
Gráfico 3: Jovens que trabalham mas não são remunerados divididos por atividade.	98

SIGLAS

AUTOCAD: Computer Aided Design - Programa de desenvolvimento de Projetos Técnicos

CAIs: Complexos Agroindustriais

C&T: Ciência e Tecnologia

CSN: Companhia Siderúrgica Nacional

DIEESE: Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos e Socioeconômicos

EUA: Estados Unidos da América

EFCB: Estrada de Ferro Central do Brasil

EJA: Educação de Jovens e Adultos

FAO: Food and Agricultural Organization – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

FERROUS: Ferrous Resource do Brasil

GEDRAU AÇOMINAS: Grupo Gerdau (Sociedade Anônima) – Empresa Siderúrgica Brasileira.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS: Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação

NAMISA: Nacional Minérios SA

OIT: Organização Internacional do Trabalho

ONGs: Organizações não Governamentais

ONU: Organização das Nações Unidas

PDT: Partido Democrático Trabalhista

PIB: Produto Interno Bruto

PNAD: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PROEJA: Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos

PROJOVEM: Programa Nacional de Inclusão de Jovens

PRONATEC: Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PROMED: Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio

PROUNI: Programa Universidade para Todos

PT: Partido dos Trabalhadores

SENAR: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SINE: Sistema Nacional de Emprego

TICs: Tecnologias da Informação e Comunicação

VSF: Vallourec & Sumitomo Tubos do Brasil

RESUMO

LOPES, Kamil Cheab David, M. Sc., Universidade Federal de Viçosa, junho de 2013.
Juventude Rural, tecnologia e trabalho: as demandas de qualificação e domínio tecnológico para a inserção laboral no rural Multifuncional – Jeceaba MG.
Orientadora: Sheila Maria Doula.

As ciências sociais têm se dedicado frequentemente à análise do trabalho na sociedade moderna. Em suas mais diversas perspectivas teóricas, autores clássicos do pensamento sociológico, político e antropológico, cada um a seu modo, apontaram a importância do trabalho e das relações que se constituíram a partir dele para o entendimento da sociedade. Atualmente, com as transformações tecnológicas e a reestruturação da atividade produtiva na sociedade contemporânea, estas vêm trazendo mudanças nas relações de trabalho no que diz respeito a novas exigências de qualificação por parte dos trabalhadores e na organização de sua produção. A bibliografia também indica que o mundo rural vive um momento de reconfiguração a partir do paradigma tecnológico, não sendo mais visto como um espaço voltado somente para atividade agropecuária, mas também para outras atividades caracterizando o campo multifuncional, que demanda novos domínios e aprendizagens a partir do surgimento de novos postos de trabalho. Neste estudo buscamos analisar a situação de inclusão-exclusão social dos jovens rurais do município de Jeceaba-MG a partir dos domínios tecnológicos e das qualificações exigidas no contexto de instalação de um distrito industrial que demanda mão de obra qualificada no município. Tivemos como objetivos específicos: identificar as formas de capacitação profissional disponibilizadas aos jovens; investigar a disponibilidade, acesso e domínio tecnológico dos jovens entrevistados; analisar as possibilidades profissionais e as exigências de capacitações para estes postos advindas da industrialização do município; identificar as qualificações adquiridas pelos jovens; analisar as transformações ocorridas na formulação de seus projetos de vida em relação ao trabalho e moradia e verificar a empregabilidade dos jovens rurais no contexto da multifuncionalidade do campo. Trabalhamos com a hipótese de que a multifuncionalidade do campo, se não for acompanhada de novas aprendizagens e domínios tecnológicos, também pode funcionar como fator de exclusão social dos jovens rurais, ao invés de promover sua autonomia. A metodologia utilizada compreendeu pesquisa documental, bibliográfica e pesquisa de campo (entrevistas). Os questionários foram confeccionados de forma dividida, em blocos, e de acordo com os objetivos da pesquisa.

ABSTRACT

LOPES, Kamil Cheab David, M. Sc., Universidade Federal de Viçosa, June, 2013.
Rural Youth, Technology and Work: The demands of training and technological qualifications for entering employment in Rural multifunctional – Jeceaba MG.

Advisor: Sheila Maria Doula

The social sciences have often been devoted to the analysis of work in modern society in its various theoretical perspectives. Classical authors of sociological, political and anthropological thoughts, each one in its own way, pointed out the importance of work and of the relationships that have been formed from it to the understanding of society. Nowadays, the technological transformation and restructuring of the productive activity in contemporary society, these have brought changes in labor relation concerned to the new demands of qualification requirements for workers and production organization. This literature also indicates that the Rural World is experiencing a reconfiguration from the technological paradigm no longer being seen as only a space devoted to agricultural activities but also for other activities featuring multifunctional fields which demands new areas and learning from the emergence of new jobs. This study aims to analyze the situation of inclusion/exclusion of young people from the rural area located in Jeceaba-MG, from the areas of technology and skills required in the context of the establishment of an Industrial Facility that requires skilled labor in the city. We had the following objectives: identify the availability access and technological dominance of the young people interviewed; analyze the possibilities and requirements of professional training for these positions arising from the industrialization of the city (Jeceaba –MG); identifying the skills acquired by young, analyze the changes occurring in the formulation of their life project in relation to work and housing and verify the employability of rural youth in the context of multifunctionality of the field. We hypothesized that the multifunctionality of the field if not accompanied by new learning and technology fields, can also work as a faction of social exclusion of rural youth, instead of promoting their autonomy. The methodology comprised desk research, literature and field research (interviews). The questionnaires were made in blocks according to the research objectives.

Introdução

Desde as últimas quatro décadas o mundo rural vem sofrendo alterações principalmente no que diz respeito ao trabalho, que vem se configurando e exigindo novas qualificações e domínios tecnológicos tanto nas sociedades economicamente mais desenvolvidas como nas menos favorecidas de recursos financeiro. A bibliografia indica que os processos culturais, políticos e econômicos do mundo contemporâneo envolvem tanto os indivíduos na cidade como no campo, onde esta dinâmica é resultado da descentralização política e econômica de um mundo cada vez mais globalizado. Atualmente são inúmeras as evidências que demonstram essas transformações no setor agropecuário brasileiro, com reconhecimento nacional e internacional, inclusive por estudiosos e autoridades governamentais. Estas transformações se ligam ao processo de reestruturação da atividade produtiva e ao uso intensivo de novas tecnologias no campo.

Segundo Mariano Francisco Laplane (Presidente do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos) e Mauricio Antônio Lopes (Presidente da Embrapa), nos últimos anos o Brasil ultrapassou uma série de desafios no setor agropecuário e hoje é visto como “um dos orgulhos nacionais” (LAPLANE & LOPES, 2013;10). Para evidenciar este resultado os autores analisaram o papel da pequena produção e da viabilidade econômica e ambiental da agricultura familiar, afirmando que conhecer a realidade presente, e particularmente, interpretar as perspectivas de sustentabilidade e sustentação para as próximas décadas, afigura-se como um exercício estratégico e de relevância não apenas social, mas também econômico.

A mesma bibliografia indica que a modernização do campo e o uso de novas tecnologias atrelado ao desenvolvimento rural, industrial e comercial, com a disseminação de serviços no espaço rural, favorecem a instalação de centros comerciais e industriais no campo beneficiando-se, precisamente, de vantagens locais (logística da produção e escoamento de produtos), que, embora ofereçam novas oportunidades de trabalho, nem sempre estes postos são ocupados pela população local. Ressaltamos que estes centros industriais causam uma série de impactos locais devido à abertura de estradas, desmatamento de áreas, lançamento de dejetos e emissão de poluentes principalmente, sendo necessária a implementação de medidas mitigadoras e compensatórias em função das externalidades negativas advindas deste processo, onde as empresas buscam, em sua maioria, se responsabilizarem com a empregabilidade local em troca da isenção de impostos.

Assim, as populações que vivem sob estes contextos criam uma diversidade de expectativas relacionadas principalmente ao trabalho, onde são evidenciadas múltiplas dificuldades vivenciadas pelos atores sociais presentes nestas áreas, com problemas relacionados principalmente a luta pela terra, melhores condições de produção, trabalho decente, salários, acesso a recursos naturais etc., onde as demandas destes grupos sociais tornam cada vez mais complexas as ações e os processos de intervenção. Sob este contexto a inserção da população rural no mundo do trabalho, e sendo mais específico, da juventude rural, que é um dos temas específicos desta dissertação, é um desafio que se configura em diversos aspectos e em diferentes níveis de complexidade, estando presentes no contexto das diferentes regiões. Em alguns casos o problema esbarra no acesso a bens e serviços ou em problemas de mão de obra, que implica em alguns casos na falta de mão de obra qualificada, e em outros na própria ausência de oportunidades de trabalho, referindo-se tanto à demanda quanto à procura por postos de trabalho e mão de obra. Este problema torna-se ainda mais recorrente face à atual recessão mundial e, nos países com grande desigualdade de renda e com índices elevados da população jovem, as consequências mais negativas se dão principalmente nos níveis social e político. Veremos no decorrer desta dissertação que no Brasil as pesquisas sobre emprego e desemprego apontam que os jovens representam 45,5% de todos os dos desempregados do país, e que cerca de 1,5 milhão desses jovens possuem até 24 anos de idade (DIEESE, 2009).

Sendo assim, essa pesquisa se orientou em discutir a situação de inclusão-exclusão do jovem rural no mundo do trabalho (desemprego estrutural, processos tecnológicos e a globalização) e da transição entre educação e trabalho (as políticas públicas e o papel das instituições) no contexto de instalação de um distrito industrial (o Complexo Industrial da Vallourec e Sumyotomo Tubos do Brasil - VSB) em Jeceaba, que vem oferecendo uma série de oportunidades de trabalho em seus diferentes setores de produção e demandando mão de obra extremamente qualificada, configurando, assim, o rural multifuncional. Tivemos como objetivos específicos: identificar as formas de capacitação profissional disponibilizadas aos jovens; investigar a disponibilidade, acesso e domínio tecnológico dos jovens entrevistados; analisar as possibilidades profissionais e as exigências de capacitações para estes postos advindas da industrialização do município; identificar as qualificações adquiridas pelos jovens; analisar as transformações ocorridas na formulação de seus projetos de vida em relação ao trabalho e moradia e verificar a empregabilidade dos jovens rurais no contexto da

multifuncionalidade do campo. Trabalhamos com a hipótese de que a multifuncionalidade do campo, se não for acompanhada de novas aprendizagens e domínios tecnológicos, pode funcionar como fator de exclusão social ao invés de promover a autonomia das populações que vivem sob este contexto.

Nesta investigação utilizamos pesquisa documental, bibliográfica e pesquisa de campo (entrevistas). O desenvolvimento da pesquisa foi feito sob a abordagem quantitativa e qualitativa do tipo exploratório. A pesquisa documental se direcionou na análise de dados emitidos pelo IBGE e outras instituições governamentais (Prefeitura e Câmara dos Vereadores do Município) e da análise de jornais impressos, folders e cartazes emitidos pela empresa VSB, pelo Sindicato dos Metalúrgicos da região, e de outras instituições quando estes estavam relacionados aos objetivos da pesquisa. A pesquisa bibliográfica compreendeu analisar as teorias sociológicas e antropológicas que tratam das transformações sociais e tecnológicas que têm a multifuncionalidade do campo como a principal característica do rural contemporâneo, analisando especificamente as categorias: tecnologia, trabalho e juventude rural. Para o trabalho de campo foram realizadas entrevistas com representantes da Prefeitura, Câmara dos Vereadores, da empresa VSB e com os jovens rurais do município de Jeceaba MG.

Esta pesquisa contribui com os estudos da Extensão Rural por problematizar as configurações do meio rural que apresentam os cenários caracterizados não só pela dimensão da produção agrícola, mas, também, por considerar uma diversidade de transformações ocorridas no cotidiano do jovem rural. O estudo sobre juventude rural e trabalho em especial é importante para o direcionamento de políticas nesse setor a fim de que estas sejam mais eficazes. Nos estudos que tratam dessa temática, Carneiro (2005) afirma: “uma das questões que tem recebido atenção é o desejo dos jovens de permanecerem ou não no campo e as condições de realização desses desejos e de suas aspirações profissionais”. Neste sentido, este projeto busca contribuir na reflexão sobre essa categoria através da compreensão das expectativas dos jovens que vivem sob esse contexto de transformação.

A bibliografia sobre juventude rural tem destacado seu papel principal como componente do trabalho agrícola no âmbito da agricultura familiar. Essa mesma bibliografia evidencia que o descontentamento dos jovens com a atividade agrícola os incita à migração para as cidades. Assim, esta pesquisa abarca outra situação, ou seja, o contexto de multifuncionalidade do espaço rural com a instalação de um complexo

industrial, no qual novos desafios se colocam para os jovens rurais em termos de capacitação profissional e inserção nesse novo mercado de trabalho.

Neste estudo percebemos esforços e ações governamentais e não governamentais na estruturação e formulação de programas voltados para a inclusão do jovem no trabalho. No entanto, a bibliografia que trata sobre estes programas aponta uma não eficiência, e em determinadas regiões até mesmo uma carência de políticas públicas que signifiquem a inserção juvenil no trabalho, que evidenciamos a partir da análise dos programas federais e estaduais de inclusão e geração de renda. Embora estes programas têm como objetivo a o desenvolvimento local, geração de renda e autonomia, estes geralmente esbarram em problemas relacionados à educação dos jovens (formal, informal, tecnológica, superior etc.), que seria uma das chaves para a compreensão das dificuldades enfrentadas pelos jovens, mas que por si só não contempla toda configuração do desemprego estrutural.

Sendo assim, para evidenciar o contexto da multifuncionalidade do campo e as demandas de qualificação e domínios tecnológicos para a inserção laboral no rural multifuncional, estruturamos esta dissertação em 6 capítulos que tratam especificamente: **Capítulo 1:** A Tecnologia na Sociedade Contemporânea, os principais conceitos e concepções do termo; **Capítulo 2:** A relação entre Tecnologia e as Transformações no Mundo do Trabalho, evidenciando a reestruturação da atividade produtiva de forma conceitual e analítica avaliando seus impactos sobre os processos e as relações de trabalho; **Capítulo 3:** A Juventude no Mundo do Trabalho, os elos e as dificuldades vivenciadas pelos jovens para sua inserção no universo laboral a partir da crise global e o desemprego estrutural; **Capítulo 4:** O Rural Contemporâneo e as possibilidades de trabalho para o Jovem na Multifuncionalidade do Campo advindas do processo de modernização; **Capítulo 5:** Universo Empírico (A cidade de Jeceaba e o Distrito Industrial da VSB – as novas possibilidades de trabalho e renda para os jovens); **Capítulo 6:** Jeceaba na Contemporaneidade - as estratégias para o desenvolvimento social: Inclusão ou exclusão dos Jovens Rurais?

Capítulo 1- Tecnologia na Sociedade Contemporânea: conceitos e concepções

Embora haja consenso no que diz respeito à relação entre produção científica e tecnológica e desenvolvimento econômico, especialmente depois que a revolução científico-tecnológica acelerou o processo de globalização, e por sua vez os processos de produção e comunicação, nem todos os trabalhos acadêmicos discutem o papel que a ciência, e, principalmente, a tecnologia, desempenham para o desenvolvimento social. Esse contexto nos coloca diante de uma complexidade, que exige conceitos e metodologias ligadas a diversas áreas científicas e institucionais, culminando, para alguns cientistas sociais, nos “novos paradigmas das sociedades contemporâneas”, que mudaram a política, a economia, a cultura, a história, o direito, a diplomacia, entre outros. Dentro desta temática buscamos discutir especificamente a literatura que enfoca as transformações advindas dos processos tecnológicos, bem como os conceitos e concepções que o termo tecnologia vem assumindo na sociedade a partir destas transformações.

Tendo em vista a inter-relação entre ciência, tecnologia e sociedade, Maciel (2002) critica a ideia de que a ciência estaria supostamente “empurrando” a produção tecnológica e alimentando o mercado de novos produtos, ampliando a produtividade das empresas, “gerando” mais empregos e riqueza para a nação. Neste contexto, Maciel salienta que enquanto autores europeus e norte-americanos se preocupam em examinar a relação entre ciência, tecnologia e avanço – ou “aperfeiçoamento” – da sociedade sob a perspectiva de uma forma “mais humana” de capitalismo, a preocupação do “Terceiro Mundo”, sobretudo na Índia e em alguns países da América Latina, inclusive o Brasil, volta-se principalmente para analisar esta relação com o processo de desenvolvimento social. A autora enfatiza que nos primeiros quinze anos após a Segunda Guerra Mundial o impacto foi maior nas políticas de incentivo à ciência e à tecnologia do que no pensamento sobre as suas consequências em termos de mudança social.

Dagnino (2002) afirma que existem duas principais abordagens sobre essa relação, ora sob o prisma da ciência e tecnologia, ora sobre o prisma da sociedade. Para o autor a primeira forma de abordagem se caracteriza pela suposição de que a C&T avança contínua e inexoravelmente, seguindo um caminho próprio, podendo ou não influenciar a sociedade de alguma maneira (DAGNINO, 2002;02). De acordo com ele essa abordagem pode ser entendida como infensa ao contexto sociopolítico, possuindo um desenvolvimento linear em busca da verdade, endogenamente determinada,

universal e inexorável, ao longo do qual existe apenas a diferença entre uma tecnologia mais avançada (de ponta, mais eficiente, mais recente) e a menos avançada (obsoleta, ineficiente, ultrapassada). Neste sentido, para Dagnino, esta seria uma concepção evolucionista, uma espécie de darwinismo tecnológico, uma vez que a história é reduzida a um processo em que sobrevivem as tecnologias mais aptas, mais eficientes, mais produtivas.

Para Dagnino (2002) a abordagem sob o prisma da C&T possui duas variantes. Na primeira, denominada tese da neutralidade da C&T, nem a C&T é influenciada pelo contexto social e nem a sociedade possui o poder de determinar sua evolução, sendo, então, a C&T desprovida de valor e independente do contexto (DAGNINO, 2002;6). Já a segunda variante atrela-se à vertente do determinismo, ou seja, o desenvolvimento da C&T é considerado como uma variável independente e universal que determinaria o comportamento de todas as outras variáveis do sistema produtivo e social. Neste sentido, o desenvolvimento econômico é determinado pelo avanço da C&T, e a tecnologia é a força condutora da sociedade e uma determinante da estrutura social (DAGNINO, 2002; 6).

Com o foco sob o prisma da sociedade, Dagnino (2002) afirma que o caráter da C&T, e não apenas o uso que dela se faz, é socialmente determinado e, devido a essa funcionalidade, a sociedade tende a reproduzir as relações sociais prevalentes dessa relação (DAGNINO, 2002;02). Dagnino (2002) afirma que esta concepção pode ser dividida em duas teses: a “tese fraca da não-neutralidade” e a “tese forte da não-neutralidade”. Para o autor a primeira postula que as relações sociais, econômicas e políticas conformam o ambiente em que é gerado o conhecimento científico e tecnológico e que, em consequência, este conhecimento internaliza as características fundamentais do contexto e constitui-se em algo funcional para o desenvolvimento tecnológico. Em relação à tese forte da não-neutralidade, esta incorpora a proposta da tese fraca e vai mais além. Para tanto Dagnino (2002) afirma que:

A C&T gerada sob a égide de determinada sociedade, e, portanto construída de modo a ela funcional, está de tal maneira “comprometida” com a manutenção desta sociedade que não é passível de ser utilizada por outra sociedade. Suas características, por estarem intrinsecamente determinadas por uma dada sociedade, a tornam disfuncional para um contexto social, político, econômico e cultural que dela difere de modo significativo. Assim, a sua apropriação por uma outra sociedade orientada por objetivos socialmente distintos ou, mais

importante, sua utilização para a construção de uma nova sociedade ou para alavancar o processo de mudança de um contexto pré-existente numa outra direção que não aquela que presidiu seu desenvolvimento, não é adequada (DAGNINO, 2002; 14-15).

Observando as transformações advindas dessas concepções, do determinismo ou da neutralidade da tecnologia, Maciel (2002) chama a atenção para um novo tipo de preocupação que emerge, sobretudo no âmbito do pensamento social, advinda das novas conformações que tomam a sociedade. Sob este aspecto a autora questiona os destinos da ciência e para que e quem ela tem serventia, apontando os benefícios e perigos que o desenvolvimento tecnológico representam para a humanidade em meio às tensões sociais vivenciadas. Neste sentido, Maciel (2002) afirma que:

O “novo paradigma tecno-produtivo” gera novos conceitos de inovação tecnológica. Ciência e tecnologia, vistas agora como forças produtivas, tornam-se objeto de políticas voltadas para o aprimoramento do desenvolvimento capitalista e instrumento da manutenção do consenso ao apontar a dimensão ideológica da relação entre ciência, tecnologia e poder (MACIEL, 2002 4).

Para Maciel (2002), novos impulsos e significados são tomados nos estudos acadêmicos em função dos fatores e motivações que condicionam essa relação, onde questiona-se, por exemplo, a lógica do “mercado da ciência”, isto é, até que ponto aspectos ligados à produção e à competitividade econômica estariam influenciando neste contexto. No caso brasileiro, as duas principais vertentes de análise sobre os impactos causados da ciência e tecnologia no desenvolvimento social examinam as “condições sociais e políticas” em que a ciência e a tecnologia são produzidas no país e na “análise das políticas” acerca da ciência e da tecnologia. Para a autora é consenso que houve momentos importantes de institucionalização das políticas voltadas à ciência e à tecnologia por um lado, e, por outro, há a constatação de inconsistência, descontinuidade e incoerência dessas políticas; no plural, já que há momentos de surto e de interrupção permeados de ações pontuais que não constituem, de fato, uma política no sentido estrito do termo. Percebemos que Maciel (2002) também compartilha das mesmas “preocupações” evidenciadas por Dagnino (2002) ao apontar novas configurações que se apresentam quando relacionarmos tecnologia e sociedade. Neste sentido, para Maciel (2002):

No começo deste século as mudanças “paradigmáticas” na organização da produção econômica e da produção do próprio conhecimento (Gibbons *et al.*, 1994), em virtude de uma nova revolução científico-tecnológica, provocaram o surgimento de um terceiro eixo de estudos, voltado, predominantemente, para as questões da inovação tecnológica, da “sociedade em rede”, do “empreendedorismo” e da “exclusão digital” (MACIEL, 2002; 7).

Maciel (2002) afirma que esse novo eixo analítico mostra as novas roupagens – ou linguagens – das pesquisas em ciências sociais que têm em vista a aceleração da mudança tecnológica e a sua difusão globalizada, mas, no entanto, há um baixo índice de estudos que seguem essa linha, dos quais Maciel evidencia os trabalhos de Baumgarten (2001), Fernandes (1997), Maciel (1999, 2001), Noé (1997), Sobral (2000) e Trigueiro (1998), no Brasil; e Arocena e Sutz (2000), Casas *et al.* (2000), Cimoli (2000), Katz (1988) e Sutz (1999), em outros países da América Latina.

Segundo essa lógica, Maciel (2002) enfatiza que a tônica principal da maioria desses autores é mostrar como o fosso tecnológico tende a se aprofundar com a aceleração da mudança tecnológica na medida em que as condições sociais e políticas internas aos países em desenvolvimento estão associadas às pressões internacionais, sendo estas no sentido de reforçar desigualdades e polarizar as capacidades de inovação. O tema da exclusão –evidentemente não se trata apenas de “exclusão digital” – vem à tona nas práticas de pesquisa das corporações multinacionais, nas políticas relativas à propriedade intelectual (por exemplo, nas lutas travadas na Organização Mundial do Comércio – OMC) e nas pressões externas no que concerne à legislação sobre patentes (MACIEL, 2002; 7). Neste sentido, a preocupação de Maciel (2002) segue a mesma linha dos estudos de Arocena e Sutz (2000), entre outros, nos quais a difusão de tecnologia não tem sentido sem o desenvolvimento de condições internas e externas que permitam a compreensão, o aprendizado e a capacidade de produção e incorporação de novos conhecimentos para o desenvolvimento social.

Sendo assim, parece não haver dúvidas de que nossos comportamentos e hábitos podem sofrer alterações em função do desenvolvimento tecnológico, podendo gerar até mesmo a exclusão. Percebemos que a dificuldade se encontra em perceber quais os impactos que algumas tecnologias têm sobre os seres humanos que a elas são expostos e quais as formas de apropriação do homem sobre mesmas. Neste contexto, para Costa (2002), em outras palavras, embora seja fácil detectar que a tecnologia tem o poder de alterar nossos hábitos e nossas formas de agir, é bem mais difícil registrar que algumas

tecnologias também podem alterar radicalmente nossos modos de ser (como pensamos, como percebemos e organizamos o mundo externo e interno, como nos relacionamos com os outros e com nós mesmos, como sentimos, etc.) (COSTA, 2002; 193).

Podemos concluir de imediato que os impactos e as concepções acerca da tecnologia vêm se transformando ao longo dos anos, no qual as mudanças de concepções se atrelam às formas com que a sociedade vem se relacionando, ou até mesmo se apropriando da tecnologia. Essas mudanças na concepção podem ser analisadas a partir das diferentes aplicações conceituais que o termo tecnologia vem adquirindo ao longo da história. Neste sentido, para Frigotto (2009), mais do que tratar da compreensão etimológica ou do senso comum do termo 'tecnologia', torna-se crucial, no atual contexto histórico do capitalismo, entendê-la para desvendarmos o seu real papel para o desenvolvimento social, cujos sentidos e significados, segundo esse autor, podem ser definidos dentro das relações de poder entre as classes sociais.

Para evidenciarmos o que venha a ser tecnologia nas sociedades contemporâneas, o objetivo central neste momento se encontra em, por um lado, classificar a tecnologia de acordo com seus diferentes conceitos e concepções, e, por outro, seguindo a própria ordem histórica em que se desenvolve o debate sobre o tema, mostrar as contradições e inconsistências que se revelam a partir destas concepções, bem como a insuficiência da maioria das ideias e proposições. Mesmo sabendo que em nossos dias fica impossível separar ciência de tecnologia, esperamos que, com o recorte de alguns momentos históricos sejamos capazes de demonstrar que tanto a ciência quanto a tecnologia foram dois grandes ramos do saber humano, e que existem alguns aspectos relevantes que enquadram cada um deles dentro de suas respectivas particularidades. Contudo, a intenção não é a de esgotar todo o conteúdo deste debate, já que a história da tecnologia está estreitamente ligada à história do homem, e por isso, é bastante complexa e com inúmeras ramificações.

Buscando uma definição do termo "tecnologia", Álvaro Vieira Pinto (citado por Frigotto; 2009) elucida sua complexidade diante de suas diferentes mediações e significados e destaca quatro sentidos mais usuais, a saber: o primeiro e mais geral é seu sentido etimológico: "tecnologia" como o 'logos' ou tratado da técnica. Estariam englobados, nesta acepção, "a teoria, a ciência, a discussão da técnica, abrangidas nesta última acepção as artes, as habilidades do fazer, as profissões e, generalizadamente, os modos de produzir alguma coisa"; o segundo sentido é tomado, no senso comum e no linguajar corrente, como sinônimo de técnica ou de *know-how*; já o terceiro sentido, que

também aparece frequentemente na literatura, relaciona-se ao “conjunto de técnicas de que dispõe uma sociedade”, referindo-se mais especificamente ao grau de desenvolvimento das forças produtivas de uma determinada sociedade; e, por fim, um quarto sentido, ligado a este último, que é o de ‘tecnologia’ como ‘ideologia da técnica’ (PINTO apud FRIGOTTO, 2009; 2).

Já Veraszto (2008), em seu trabalho, faz uma análise não só conceitual, mas também das diferentes concepções que se apresentam, enumeradas a seguir:

Tabela 1: Concepções e Definições de Tecnologia

	Concepção	Definição
1	Intelectualista	Compreende a tecnologia como um conhecimento prático derivado direta e exclusivamente do desenvolvimento do conhecimento teórico científico através de processos progressivos e acumulativos, onde teorias cada vez mais amplas substituem as anteriores. Nessa perspectiva, a tecnologia é um conhecimento prático (pelo menos desde o final do século XIX) derivado diretamente da ciência, do conhecimento teórico.
2	Utilitarista	Considera a tecnologia como sendo sinônimo de técnica. Ou seja, apenas a sua finalidade e utilização são pontos levados em consideração.
3	Tecnologia como símbolo da Ciência	Compreende a tecnologia como Ciência Natural e Matemática, com as mesmas lógicas e mesmas formas de produção e concepção.
4	Instrumentalista (artefatual) da tecnologia	É o ponto de vista mais arraigado em nosso cotidiano e predominante no senso comum. É o mito da máquina que reina como forma de opinião soberana em nossa sociedade. Nesta concepção García apud Veraszto (2008) entende a tecnologia como sendo simples ferramentas ou artefatos construídos para uma diversidade de tarefas. Sustentar essa imagem significa afirmar que não existe uma diferença essencial entre os utensílios de pedra da antiguidade e os modernos artefatos tecnológicos.
5	Neutralidade tecnológica	Afirma que a tecnologia não é boa nem má. Seu uso é que pode ser inadequado. Seria o mesmo que dizer que a tecnologia está isenta de qualquer tipo de interesse particular tanto em sua concepção e desenvolvimento como nos resultados finais.
6	Determinismo tecnológico	Considera a tecnologia como sendo autônoma, auto-evolutiva, seguindo, de forma natural, sua própria inércia e lógica de evolução, desprovida do controle dos seres humanos. Um dos âmbitos onde essa ideia mais teve influência é a ficção científica. A imagem da tecnologia autônoma e fora do controle humano, desenvolvendo-se segundo lógica própria, aparece associada a uma concepção determinista das relações entre tecnologia e sociedade; o progresso tecnológico segue um caminho fixo e, mesmo que fatores políticos, econômicos ou sociais possam exercer alguma influência, não se pode alterar o poderoso domínio que a tecnologia impõe às transformações sociais.

7	Universalidade tecnológica	Entende a tecnologia como sendo algo universal; um mesmo produto, serviço ou artefato poderia surgir em qualquer local e, conseqüentemente, ser útil em qualquer contexto.
8	Socioecossistema	Compreende a tecnologia de uma forma alternativa. Um novo conceito que permite relacionar a demanda social, a produção tecnológica com a política e economia. O desenvolvimento de uma tecnologia constitui um processo aberto cujo curso é determinado pela interação dos diferentes grupos sociais relevantes (dadas as limitações interpretativas impostas pelas características do artefato em questão e seu meio cultural e econômico de seleção). Em cada momento de desenvolvimento de um artefato tecnológico, especialmente quando este se consolida como produto, existe uma carga política concreta.

Fonte: Elaborado a partir de VERASZTO, 2008: 67-73.

Dentro deste debate, Verazsto (2008) enfatiza que ao invés de tentarmos obter representações fragmentadas, devemos, sim, considerar a tecnologia como um corpo sólido de conhecimentos, que vai muito além de servir como uma simples aplicação de conceitos e teorias científicas, afirmando que:

Precisamos deixar bem claro que o conhecimento tecnológico tem uma estrutura bastante ampla e, apesar de formal, a tecnologia não é uma disciplina como qualquer outra que conhecemos, nem tampouco pode ser estruturada da mesma forma. O conhecimento tecnológico não é algo que pode ser facilmente compilado e categorizado da mesma forma como o conhecimento científico. A tecnologia poderia ser apresentada como uma disciplina, mas sabemos que é mais bem qualificada como uma forma de conhecimento, e por isso adquire formas e elementos específicos da atividade humana. Dessa forma podemos dizer que o caráter da tecnologia pode ser definido pelo seu uso (VERASZTO, 2008;75-76).

Neste contexto o autor conclui que a compreensão da tecnologia pode englobar tanto aspectos culturais, incluindo metas, valores e códigos éticos, assim como possuir um aspecto organizacional, abrangendo a economia, as atividades industriais, profissionais, além dos usuários e dos consumidores da tecnologia. A tecnologia não seria uma mercadoria que se compra e se vende, é sim um saber que se adquire pela educação teórica e prática, e, principalmente, pela pesquisa tecnológica (VERASZTO, 2008; 79).

Em resumo, a partir deste panorama, podemos evidenciar alguns pontos recorrentes e talvez imprescindíveis em uma concepção mais ampla. Homem, cultura, saberes e necessidades, trabalho e instrumentos se encontram, de alguma maneira,

mencionados na concepção da tecnologia, onde a invenção é um fator chave e a criatividade corresponde a uma atividade tanto individual com social (VERAZSTO, 2008;79) Para Verazsto (2008) seria plausível afirmar que existem tantas tecnologias específicas quantos são os tipos de problemas a serem resolvidos, ou mais, se considerarmos que cada problema pode apresentar mais de uma solução possível. Poderíamos dizer que a tecnologia abrange um conjunto organizado e sistematizado de diferentes conhecimentos, científicos, empíricos e intuitivos. Sendo assim, as inovações tecnológicas possibilitariam a reconstrução constante de espaços para a resolução de problemas sociais.

Neste sentido, para Frigotto (2009), os diferentes sentidos que a tecnologia assume tendem, em nossa cultura, a serem tomados de forma fragmentária e linear, assim, passando-se a ideia de que a ciência se constituiria como um conhecimento puramente racional de onde emanaria o saber tecnológico, e este se constituiria na epistemologia das diferentes técnicas ligadas ao fazer humano prático (FRIGOTTO 2009; 3).

Percebemos, assim, que a tecnologia vai além de servir como simples aplicações conceituais e engloba aspectos socioculturais. Neste sentido, as formas de apropriação humana da ciência se tornam imprescindíveis para analisarmos os reais impactos causados por ela na esfera social. Para Covre (1986), a apropriação da ciência feita pelo homem se dá pelo viés de “transfiguração do conhecimento da natureza em técnica” juntamente com os desdobramentos organizatórios em função desse processo, ou seja, a tecnologia seria uma técnica específica ou uma forma de “saber fazer”. Em sua abordagem, Covre (1986) afirma que este processo é feito em geral pela classe dominante, no qual a mesma passa a “dominar” a ciência ao dela se apropriar. Dessa forma, a tecnologia, ou como afirma Covre (1986), a “técnica”, que poderia propiciar formas mais igualitárias de viver, de harmonia nas relações entre os homens e destes com a natureza, por estar presa às estruturas históricas, acaba por se tornar um instrumento para aprofundar as diferenças de privilégios econômicos, políticos e culturais entre classes sociais.

A autora evidencia duas vertentes da função da tecnologia: a que pode propiciar uma vida melhor para todas as classes sociais, de um lado, e a que se transforma em instrumento de exploração e dominação de classe, de outro. Sob este contexto Covre (1986) afirma que além do salário baixíssimo gerado através do uso intensivo da tecnologia nos diferentes setores de produção, tem-se, também, uma porcentagem

altíssima de desempregados e condições precárias da família operária, o que de certa forma faz parte da triagem do próprio capital, onde uma violência cada vez maior esta se fermentando: com o uso intensivo de tecnologia, o número de desempregados aumenta, a repressão aumenta, o desespero e a chamada marginalidade aumentam.

A consequência mais clara, no entanto, é a dívida social e a infinitude dos desamparados, desempregados, analfabetos, dos famintos, dos doentes, dos marginais. Neste sentido, para Covre (1986), cabe dizer que a tecnologia não pode manter suas possíveis premissas libertárias, e se constitui, entretanto, em móvel de exploração. Num sentido mais amplo, poderíamos dispor de tempo para usufruir, para criar, para pesquisar todo o Universo se o que a ciência produziu fosse utilizado a favor de toda a humanidade, mas não: estamos a “perder tempo”, destruindo o próprio tempo, à medida que se destrói o planeta com o uso indevido da tecnologia para poluir mares, destruir florestas e os próprios homens. Neste sentido, a autora chama a atenção para que abramos os olhos para ver que essa tecnologia nos está destruindo, pois é a presa daqueles que detêm o mercado e ou o poder, e que ela só tem razão se for voltada para as multidões, para o mundo do trabalho, para aquele “maior número de indivíduos do planeta” (COVRE, 1986; 153).

Kon (1997) entende que a apropriação da tecnologia pelo homem, que para Covre (1986) se daria a partir da “transfiguração do conhecimento em técnica”, vincula-se, à ótica do “progresso técnico”. Kon (1997) afirma que a tecnologia, no decorrer da evolução socioeconômica das nações, é o elemento chave que impulsiona a economia na tentativa da melhoria dos padrões de subsistência das sociedades, desde que acarrete no aumento de produtos gerados por trabalhador ou no aumento na relação produto-insumo. Para a autora o papel da inovação tecnológica, ou progresso técnico, sobre a geração do produto, a distribuição do excedente e o desenvolvimento econômico, é, assim, amplamente constatado, e a divisão crescente do trabalho e a especialização das funções no processo de produção representam um avanço das sociedades no sentido da racionalização de sua capacidade produtiva. Em outras palavras, as formas que a sociedade se apropria da tecnologia trazem a reboque uma maior estratificação dos postos de trabalho, na qual o aumento da produção é o elemento primordial para dar continuidade e garantir o aumento do capital e um “suposto” processo desenvolvimento social.

Neste sentido, para Kon (1997), o desenvolvimento de novas tecnologias tem sido, no decorrer da evolução da sociedade, um agente relevante que conduz à expansão

das oportunidades de combinações de recursos materiais e humanos disponíveis. A inovação tecnológica, portanto, decorre da necessidade de aumento da produtividade e da eficiência no uso dos recursos, e, como consequência, podem ser observados reflexos consideráveis no caráter e na natureza do trabalho humano (KON, 1997; 61). No entanto, as crises financeiras de mercado e sociais (como conflitos capital-trabalho ou distributivos) que emergiram nos anos 60 e 70, quando a microeletrônica e a informática possibilitaram a gradativa substituição dos paradigmas convencionais por sistemas organizacionais mais flexíveis e integrados, possibilitaram às empresas buscarem de forma integrada a resolução para os conflitos organizacionais, embora coexistissem grande heterogeneidade nos padrões tecnológicos e na difusão da tecnologia. Para Kon (1997), dessa maneira, com a continuidade dos avanços tecnológicos nas áreas de transportes e comunicações, o próprio aparato produtivo das empresas foi deslocado para o exterior, inicialmente com a internacionalização da produção de produtos acabados, e, posteriormente, particularmente a partir do avanço da tecnologia da informação, em alguns setores, a produção ficou internacionalizada, com o desenvolvimento de cada parte do processo em uma diferente região mundial. Para Kon (1997), no entanto,

A composição da estrutura produtiva dos diferentes países acarreta impactos diversos sobre as condições de expansão da globalização e sobre a acomodação do trabalho aos novos requisitos tecnológicos, desde que verificam-se diferentes graus de difusão tecnológica entre os setores econômicos, a saber: a) setores em que se verifica corrida tecnológica com difusão acelerada (informática, química fina, microeletrônica e telecomunicações), com exigências de alta qualificação do trabalho; b) setores em que os padrões de alta intensidade de capital investido nas plantas caracterizam uma difusão tecnológica lenta (química pesada, siderurgia, metalurgia, bens de capital e alguns produtos intermediários), com especialização pronunciada e menor requisito de qualificação da mão de obra; e c) setores em que a difusão tecnológica é relativamente rápida, porém a necessidade de trabalho flexível e qualificado é mais intensa (KON, 1997; 67).

Neste sentido, para Perry (2007), inaugura-se uma época em que as explicações sobre os fatos e o próprio domínio sobre o conhecimento passa a ser de domínio dos ‘cientistas’, no qual a modernidade e a ciência se desenvolvem colocando o homem no lugar de conquistador e dominador da própria natureza. Para a autora esse período, denominado por “Período Moderno”, marca uma época de crescente racionalização da

vida, tanto na esfera pública quanto privada, onde a ciência com suas explicações, baseadas na lógica cartesiana e nas observações empíricas, dão aos homens as ferramentas para explicar o mundo de maneira mais precisa como também de atuar nele de forma mais eficaz. Neste sentido, se nos últimos séculos o mundo assistiu a uma avalanche de novas descobertas e invenções, proliferaram-se também os problemas de ordem social, principalmente a partir do século XX, surgindo novas críticas vindas de cientistas sociais sobre a neutralidade científica e o pensamento positivista: estaria a ciência realmente a serviço da libertação do Homem ou seria ela instrumento de poder e exclusão (PERRY, 2007;32)?

Marcuse defende que a racionalidade científica é uma forma de controle e dominação social, ainda que as medições e os instrumentos possam ser considerados objetivos, pois eles foram construídos dentro de uma determinada realidade social e por um pesquisador inserido nessa realidade, e que por isso não estão isentos de valores culturais e de interesses (MARCUSE apud PERRY, 2007; 34). Perry (2007) afirma que a transformação da ciência, de produtora inquestionável de certezas a um instrumento que justifica certas possibilidades de dominação social, faz com que os produtos da ciência passem, em alguns casos, a serem vistos com desconfiança. Os métodos desenvolvidos pelos cientistas para calcular a possibilidade de um determinado evento indesejável ocorrer sob determinadas condições não explicam porque, em alguns casos, algumas tecnologias são percebidas como mais ou menos perigosas do que outras, ainda que os estudos estatísticos demonstrem a mesma possibilidade de ocorrência de riscos indesejados (PERRY, 2007; 36).

Sob este contexto Perry (2007) afirma que o significado da palavra “risco” ganha significado de um “perigo que talvez seja remediável”, fruto de transformações sociais e tecnológicas, e a partir dessa premissa, alguns cientistas sociais começaram, a partir da década de 1970, a desenvolver teorias que levassem em consideração os aspectos socioculturais na determinação de riscos. Para a autora o que os estudos culturais sobre o risco tentam mostrar é que a escolha sobre quais riscos devem merecer mais atenção por parte das pessoas é uma questão que ultrapassa a esfera da calculabilidade oferecida pelas ciências exatas. Nessas escolhas, revelam-se também projetos de sociedade, valores ético-morais e estruturas sociais, nos quais a escolha do risco a ser corrido é uma construção social e a ciência apenas tipifica o risco e o circunscreve em um limite de suportabilidade, e para a teoria cultural a percepção de risco depende de alternativas disponíveis e dos valores e crenças, que formam um

repertório que guia a interpretação sobre o que é ou não arriscado (PERRY, 2007; 39-40). Para Perry (2007):

Frente à impossibilidade de os indivíduos estarem cientes de todos os riscos que correm, o tempo todo, faz-se uma seleção e hierarquização dos riscos, determinando-se os que merecem maior ou menor preocupação. Ao colocar os riscos em um *ranking*, definem-se quais são os critérios de julgamento e as prioridades de atuação. Em longo prazo, as hierarquizações feitas podem não ser as mais adequadas, uma vez que novos riscos ou facetas até então desconhecidas do risco inicial podem ter sido descobertas. Como resultado, não há um modelo único que expresse o valor de risco aceitável para uma sociedade. Valores e incertezas são parte integral de todo risco considerado aceitável, pois não há meios de se escolher entre alternativas de risco que não sejam valorativas. Conclui-se, portanto, que essas escolhas são frutos de decisões políticas e culturais que determinam o que deve ser considerado prioritário (PERRY, 2007; 40).

A teoria cultural do risco não nega a existência física do risco, mas chamam a atenção para o fato de que riscos só se tornam problemas coletivos quando o ambiente sócio-cultural oferece um contexto explicativo razoável, e que as pessoas estão dispostas ou não a aceitar está muito mais ligado a orientações culturais do que a parâmetros científicos ou ecológicos (DOUGLAS, WILDAVISKY apud PERRY, 2007;40-41). Essa abordagem sobre o risco advém, principalmente, a partir das transformações sociais que deram origem ao período chamado por alguns autores de modernidade reflexiva, ou pós-modernidade ou ainda modernidade tardia ou sociedade de risco (LUIZ, GIDDENS, BECK apud PERRY, 2007; 41).

Sendo assim, o que podemos concluir no momento é que a tecnologia, por um lado, se atrela ao desenvolvimento à medida que pode beneficiar os diversos campos da ciência, como exemplo na medicina, a partir do desenvolvimento de medicamentos, vacinas e até mesmo aparatos tecnológicos que podem auxiliar e operacionalizar no controle e prevenção de doenças; na agricultura, com o desenvolvimento de fertilizantes, inseticidas, pesticidas, máquinas e implementos agrícolas como plantadeiras, colheitadeiras, arados, grades e subsoladores, e que por sua vez são inovações tecnológicas que otimizam, maximizam e facilitam a produção, gerando grandes retornos financeiros a partir de sua operacionalização. Por outro lado, a mesma tecnologia pode trazer inúmeros riscos à sociedade e causar uma infinidade de crises financeiras, gerando o desemprego em massa pela substituição do trabalho manual pelo

mecânico e conseqüentemente a precarização e marginalização da mão de obra, agravando assim o fenômeno da exclusão.

Dessa forma, podemos perceber que essa relação requer uma infinidade de elementos que podem ou não contribuir para o desenvolvimento social. Como nesta dissertação estamos interessados em analisar as possibilidades de inserção dos jovens rurais no universo do trabalho, e mais especificamente da necessidade de qualificação advinda dos novos postos de trabalho no rural multifuncional (que será discutido em capítulo posterior), e que por sua vez depende da apropriação e domínio da tecnologia pelo homem, faremos a partir deste ponto uma análise sobre as principais transformações que ocorreram na sociologia do trabalho que justificam a necessidade de dessas novas qualificações. Sob este aspecto perceberemos que os principais resultados da reestruturação do processo produtivo têm sido em direção a uma maior preocupação da empresa com o aumento da produtividade; profundas alterações entre as empresas e nas formas de organização da produção, interferindo nas relações de trabalho e nas instituições de defesa dos trabalhadores; crise no emprego – desemprego estrutural - (inclusive nos países mais desenvolvidos); flexibilização das relações de trabalho e o aumento do mercado informal, onde serão discutidos os marcos teóricos que vêm fomentando as discussões acerca dessas transformações nas sociedades contemporâneas, analisando os impactos causados a partir desse cenário. Ao final do próximo capítulo serão mostradas as principais tendências do pensamento sobre o trabalho e alguns possíveis caminhos para a resolução dessa problemática, para depois discutirmos como se configuram essas demandas para o segmento juvenil.

Capítulo 2 - Tecnologias e transformações no mundo do trabalho

Como dito anteriormente, neste capítulo serão discutidas as principais transformações no mundo do trabalho a reestruturação da atividade produtiva na sociedade contemporânea destacando que um dos principais motores das transformações neste universo advém da revolução tecnológica.

Com o propósito de designar o que acontece com o trabalho na contemporaneidade, iniciaremos a discussão mostrando como os diferentes cientistas sociais encaram as dimensões deste problema a partir da análise feita por Dowbor (2002):

Alvin Toffler acha que vamos para o trabalho intelectual, embalados na terceira onda, Domenico DeMasi nos acena com um agradável ócio ativo, Manuel Castells mostra as perspectivas do trabalho em rede, Pierre Lévy aponta para um universo coletivo de inteligência compartilhada, Guy Aznar aponta para menos trabalho, Jeremy Rifkin para o seu fim. As Nações Unidas trabalham com o conceito de Jobless Growth, que designa o novo desemprego que surge não da falta de crescimento, mas do próprio crescimento. Podemos acrescentar o conceito de downsizing, que em geral cumpre funções semelhantes, mostrando que estamos desempregados por uma boa razão científica de management, ou ainda o conceito de lean and mean, literalmente enxuta e malvada, que resume a visão atual da empresa eficiente, e gera boa parte da angústia que o ser humano por acaso empregado hoje sente. (DOWBOR, 2002;3).

Percebemos, assim, que em suas mais diversas perspectivas, autores clássicos do pensamento antropológico e sociológico apontaram, cada um do seu modo, a importância do trabalho e das relações que se constituem a partir dele para o entendimento da sociedade. Analisando essas transformações Dowbor (2002) evidencia macrotendências essenciais para entendermos as configurações das sociedades contemporâneas neste campo, afirmando que a diversidade e a complexidade dos subsistemas que surgem apontam, em grande parte, não só para as transformação dos processos produtivos, mas para as relações de poder e de cultura.

Para Dowbor (2002) as transformações atuais não são apenas de infraestruturas, como a ferrovia ou o telégrafo, ou de máquinas, como o automóvel, mas sim de sistemas de organização do conhecimento atreladas aos processos tecnológicos. Neste sentido, Dowbor (2002) afirma que:

A mudança nas tecnologias muda as dimensões espaciais do trabalho, na medida em que as finanças, o comércio, os diversos serviços inatingíveis que hoje assumem tanta importância, como publicidade, advocacia, gerenciamento a distância, circulam nas ondas do novo sistema de informações (TICs) em segundos, fazendo por exemplo uma secretária que trabalha em Washington perder o emprego para uma secretária que vai fazer o mesmo trabalho, via computador, a partir da Índia (DOWBOR, 2002; 4).

Para Dowbor (2002), portanto, a tendência geral se constitui no sentido da hierarquização do trabalho, da fragilização dos vínculos e da crescente desigualdade de remuneração. Neste sentido o autor afirma que na ausência de mudanças institucionais competentes a tecnologia privilegia minorias e gera exclusão e angústia na maioria. Para o autor:

Não existe nenhuma tendência espontânea no sentido do reequilíbrio social. Os segmentos mais frágeis da sociedade são empurrados para uma situação cada vez mais catastrófica, enquanto segmentos minoritários optam por diversos tipos de corporativismo. (DOWBOR, 2002; 23).

Dowbor (2002) evidencia o surgimento de novas profissões, e que todo trabalhador hoje necessita de novas capacitações e qualificações sob pena de se ver marginalizado por não saber utilizar novos equipamentos que foram desenvolvidos nos diversos setores. De uma forma mais geral, Dowbor (2002) afirma que o avanço tecnológico é positivo e abre possibilidades de se produzir mais com menos esforços, no entanto, ao estreitar a base dos incluídos, o sistema gera desequilíbrios cada vez mais dramáticos. Sobretudo, para o autor, as novas tecnologias podem representar um poderoso instrumento de ruptura de formas tradicionais de alienação de trabalho, permitindo inclusive às pessoas começarem a seguir os seus interesses, se distanciando assim da alienação no trabalho.

Neste contexto, Santana & Ramalho (2010) afirmam que o surgimento das inovações tecnológicas implicam novas formas de gestão da força de trabalho e reestruturação das atividades produtivas, apresentando, em seu texto, um quadro geral das transformações nas esferas produtivas. Dentre elas se destacam: um cenário globalizado, de abertura de mercados e de forte competição internacional; a atividade produtiva passa a exigir trabalhadores polivalentes-flexíveis e de posse de ferramentas flexíveis para desenvolvimento de um produto flexível; e a parcela do trabalho fora do “foco” principal passa a ser subcontratada por outras empresas ou terceirizada, com o

setor industrial perdendo volume frente ao setor de serviços, aumentando a precarização dos contratos de trabalho.

Já Antunes (2004), apreendendo as principais determinações dessas transformações, mostra a heterogeneidade e complexidade deste processo. Esse autor analisa as principais mutações na objetividade e subjetividade do trabalho para assim caracterizar as tendências de formação da classe trabalhadora. Sua tese central é a de que a classe trabalhadora não é idêntica àquela existente em meados do século passado, e não está em vias de desaparecimento ou ontologicamente perdeu seu sentido estruturante. Para Antunes (2004) a classe trabalhadora compreende a totalidade dos assalariados (homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho e que são despossuídos dos meios de produção), que vem presenciando um processo multiforme. O autor elenca uma série de tendências que caracterizam essa classe:

- 1- Redução do proletariado industrial, fabril, tradicional, manual, estável e especializado, herdeiro da era da indústria verticalizada de tipo taylorista e fordista. Esse tipo de trabalhador vem diminuindo com a reestruturação produtiva do capital dando lugar a formas mais desregulamentáveis de empregos formais.
- 2- Contrariamente à tendência anterior, há, entretanto, outra muito significativa caracterizada pelo aumento do novo proletariado fabril e de serviços em escala mundial e presentes nas diversas modalidades de trabalho precarizado, terceirizados, subcontratados, part-time, entre tantas outras formas assemelhadas, que se expandem em escala global.
- 3- Há também a tendência à expansão dos assalariados médios como resultado do amplo processo de reestruturação produtiva e das políticas neoliberais da desindustrialização e privatização, com a inter-relação crescente entre mundo produtivo e setor de serviços. Em consequência dessas mutações, várias atividades no setor de serviços anteriormente consideradas improdutivas tornaram-se diretamente produtivas, subordinado-se à lógica exclusiva da racionalidade econômica e da valorização do capital. Para o autor uma consequência dessa tendência é o significativo aumento dos níveis de sindicalização dos assalariados médios, o que aumenta o universo dos trabalhadores(as) assalariados(as), ampliando a configuração da classe trabalhadora.

- 4- Outra tendência é a crescente exclusão dos jovens, que ao atingirem a idade para o ingresso no mercado de trabalho, sem perspectiva de emprego, acabam muitas vezes engrossando as fileiras dos trabalhos precários, dos desempregados e sem perspectivas, dada a vigência da sociedade do desemprego estrutural.
- 5- Paralelamente à exclusão dos jovens, também se evidencia a exclusão dos trabalhadores considerados “idosos”, com idade próxima de 40 anos, que uma vez excluídos do trabalho, dificilmente conseguem reingresso no mercado. Para o autor somam-se desse modo os contingentes do chamado trabalho informal, os desempregados, os “trabalhos voluntários”, etc.
- 6- Com o desdobramento das tendências anteriores há a expansão do “Terceiro Setor”. Assumindo uma forma alternativa de ocupação, por intermédio de empresas de perfis mais comunitários, motivadas predominantemente por formas de trabalho voluntário, o setor abarca um amplo leque de atividades, com predominância assistencialista, e que se desenvolvem relativamente às margens do mercado. A expansão desse segmento é um desdobramento direto da retração do mercado de trabalho industrial e de serviços. Esta forma de atividade social, movida predominantemente por valores não mercantis, tem tido certa expansão por meio de trabalhos realizados no interior das ONGs e de outros organismos ou associações similares. O autor considera ser esta uma alternativa limitada para compensar o desemprego estrutural não se constituindo, em seu entendimento, numa alternativa efetiva e duradoura ao mercado de trabalho capitalista.
- 7- Outra tendência é a expansão do trabalho em domicílio, que passa a ser permitida a partir da desconcentração do processo produtivo e da expansão de pequenas e médias unidades produtivas. Para o autor, por meio da telemática, com a expansão das formas de flexibilização e precarização do trabalho, e com o avanço da horizontalização do capital produtivo, o trabalho produtivo doméstico vem apresentando formas de expansão em várias partes do mundo.
- 8- Há ainda uma última tendência que é dada pela transaccionalização do capital. Com a reconfiguração tanto do espaço quanto do tempo de produção, novas regiões industriais emergiram e muitas desapareceram, além de suas inserções serem cada vez maiores no mercado mundial. Esse processo, de acordo com o autor, vem desenvolvendo uma classe trabalhadora que mescla a dimensão local, regional, nacional, com a esfera internacional.

Antunes (2004) conclui que para se compreender a classe trabalhadora de hoje é preciso partir de uma concepção ampliada do trabalho. Ela deve incorporar tanto o núcleo central do proletariado industrial, dos trabalhadores produtivos que participam diretamente do processo de criação de mais valia e da valorização do capital, e abranger também os trabalhadores improdutivos, cujos trabalhos não criam diretamente mais valia. O autor ressalta que a classe trabalhadora também incorpora o proletariado rural, cujos exemplos são os assalariados das regiões agroindustriais, que se caracteriza pelo vínculo de trabalho temporário, precarizado, e que estão em expansão na totalidade do mundo produtivo. Essas configurações no mundo rural serão discutidas no capítulo 4, mostrando a complexidade e a multifuncionalidade do rural contemporâneo.

Neste sentido, em meio a tantas tendências, um conjunto de outros autores analisa as transformações desses modelos em função dos sistemas produtivos que se desenvolveram ao longo dos anos nos diferentes países. O debate teórico, neste sentido, gira em torno da crise e continuidade do fordismo; da emergência e vigência de uma nova forma produtiva, vinculada a novos padrões de demanda – a especialização flexível –; e dos limites e possibilidades de expansão dessa nova forma produtiva, muitas vezes identificada com os processos que lhes serviram de base. Percebemos que as interpretações advindas de tais análises são importantes na medida em que permitem reconstruir um mapa que pode servir na orientação de leitura do processo em curso.

Para Wood Jr. (1992), o processo de transformação e reestruturação da indústria seria a base do processo de transformação do trabalho atual. Sob este debate, Wood (1991) afirma que o fordismo, que emergiu nos anos 70 como elemento central nos debates da sociologia do trabalho, foi estimulado em grande parte pela teoria da desqualificação de Braverman e pela escola francesa da regulação. Mais recentemente, conceitos como os de especialização flexível e pós fordismo têm assumido o primeiro plano, onde o centro do debate tem se deslocado, portanto, da desqualificação para a flexibilidade, a qualificação polivalente e a organização coletiva, que vêm sendo chamadas, nos círculos gerenciais, de trabalho em equipe. Assim como o fordismo trouxe novo ímpeto a boa parte da sociologia do trabalho nos anos 70 e início dos 80, o conceito de pós fordismo promete ter o mesmo efeito (WOOD, 1991; 1).

Para Druck (1999) o processo de reestruturação produtiva se efetivou através das transformações das políticas de gestão e de organização do trabalho num contexto de globalização. Druck (1999) destaca principalmente a atuação das empresas e bancos transacionais, que instituíram uma nova dinâmica aos mercado e transformações de

caráter financeiro que assumiram maior importância, facilitadas pelo desenvolvimento das telecomunicações, com base na microeletrônica. Neste sentido, podemos perceber que a transformação no mundo do trabalho foi possível a partir da introdução das novas tecnologias da informação e comunicação neste campo.

Druck (1999) entende que a globalização, ao mesmo tempo que acelera os ganhos de grandes capitais, que concentra e centraliza o capital, que diversifica e agiliza os investimentos, sobretudo no mercado financeiro global, deixa as economias nacionais, em especial as periféricas – que são subordinadas às políticas das instituições financeiras internacionais -, a mercê da anarquia deste mercado, que é, por definição, especulativo, instável e capaz de pôr abaixo qualquer programa de estabilização econômica que esteja subordinado a esta dinâmica. Neste sentido, é no interior da globalização que se discutem os novos conteúdos do trabalho, a redefinição dos sujeitos sociais, a necessidade de se erguerem novas formas de organização social e política e se debate sobre o futuro (ou fim) da “sociedade do trabalho”.

Druck (1999) afirma que as transformações recentes no mundo do trabalho só podem ser explicadas à luz de uma reconstituição histórica dos padrões que entraram em crise: o taylorismo e o fordismo, privilegiando-se o conteúdo sociopolítico destes fenômenos. Assim, parte-se da compreensão de que o taylorismo e o fordismo conformaram novas culturas do trabalho que têm como ponto de partida as relações estabelecidas no espaço fabril, onde se impõem determinadas relações de poder enquanto expressão de um novo momento de reordenação das forças sociais e políticas na sociedade capitalista, inscrevendo-se, portanto, na história das lutas entre patrões e operários, na necessidade do controle e disciplina do trabalho, e de estabelecer e consolidar a “direção capitalista” na gestão da fábrica e da sociedade (DRUCK, 1999; 34).

Para Wood Jr. (1992) o modelo fordista estaria, portanto, sendo substituído na indústria manufatureira em todo o mundo por novos conceitos e princípios. Sendo assim, para o autor, a vida humana sofre profunda transformação, onde a produção manual dá lugar à produção em massa; a sociedade rural dá lugar à urbana e o humanismo cede ao racionalismo. Para Wood Jr. (1992), princípios como unidade de comando, divisão do trabalho, definição de responsabilidade, disciplina e autoridade, passaram a ser as chaves para o êxito das organizações.

Wood Jr.(1992) afirma que Taylor, a partir da ideia citada acima, desenvolveu uma série de princípios práticos e baseados na separação do trabalho mental e físico e

na fragmentação das tarefas. Estes princípios são aplicados até hoje, configurando uma forma de trabalho marcada pela perda das habilidades genéricas manuais e o aumento da produtividade. Para o autor (1992) a utilização desses princípios marcou a expansão industrial americana e foi uma das chaves de sucesso durante muito tempo. O autor afirma que:

Efocar [sic] e administrar as organizações como máquinas significam fixar metas e estabelecer formas de atingi-las; organizar tudo de forma racional, clara e eficiente; detalhar todas as tarefas e, principalmente controlar, controlar, controlar (WOOD JR., 1992; 8).

Neste sentido, para Wood Jr. (1992), após dois séculos de industrialização e desenvolvimento capitalista, estes valores se interiorizaram, ocorrendo uma aceleração das mudanças socioculturais e econômicas na sociedade. Pode-se dizer que o enfoque mecanicista torna-se popular, e influencia nas fronteiras culturais e ideológicas afetando todo o mundo, marcando, assim, nossas maneiras de entendermos a realidade e nossos comportamentos. Para o autor, entretanto, vivemos um novo período, caracterizado pela alteração acelerada do ambiente, tanto do ponto de vista do mercado de trabalho, quanto sob o aspecto da organização, onde a realidade hoje é diferente daquela que gerou a visão mecanicista. O autor afirma que:

Parece óbvio que a existência do paradigma não é suficiente para tudo explicar. Questões como a falta de políticas industriais melhor definidas e orientadas, o declínio da qualidade da educação em vários níveis, o fenômeno do capitalismo de papel e os movimentos em geral podem e devem ser considerados se quisemos estabelecer um quadro de referencial mais amplo. Mas é igualmente verdade, e facilmente observável, que os princípios administrativos próprios deste paradigma tendem a se tornar anacrônicos e impraticáveis diante do quadro de mudanças que hoje ocorrem. O que é importante notar é que esta afirmação tende a ser validada pela prática, mas ainda não o é em toda a sua amplitude. Isto equivale a dizer que parte dos princípios tayloristas-fordistas ainda são válidos em muitas condições específicas de empresa, meio ambiente, tecnologia, países, etc (WOOD JR., 1992; 11).

A partir deste ponto, Wood Jr. (1992) afirma que no início do século a ideia de que empregados são pessoas com necessidades complexas e que precisam ser preenchidas para um melhor desempenho no trabalho, não era ainda óbvia. Neste sentido o mesmo fenômeno ocorrido com os princípios fordistas-tayloristas também

ocorreu com os princípios toyotistas. Para Wood Jr. (1992), segundo uma visão mais ampla, o toyotismo, em essência, seria uma evolução do fordismo. O autor afirma que:

Este ponto de vista encontra respaldo na análise do seu surgimento e equivale a dizer que o sistema estaria exposto às mesmas contradições básicas de seu antecessor. Sua vantagem competitiva, na comparação com o fordismo, seria uma maior adaptabilidade às condições ambientais. Mas mesmo esta adaptabilidade talvez esteja se aproximando de um limite de ruptura. O conjunto de fatores da dinâmica social acabaria por catalisar as contradições internas da pirâmide, minando-a por dentro. Simultaneamente, este mesmo conjunto de fatores atuaria sobre o meio, enfraquecendo a capacidade adaptativa e a flexibilidade do sistema (WOOD JR., 1992; 15).

Em outras palavras, para Wood Jr. (1992), o modelo mecanicista enfocava a organização como um conjunto de partes ligadas por uma rede de comando e controle. Já o modelo organicista trouxe os conceitos de integração ao ambiente, estrutura matricial, flexibilidade e motivação. A partir deste ponto houve a introdução gradativa de inovações tecnológicas e conceituais combinadas aos requisitos e demandas do mercado e o processo de organização do trabalho.

O problema, então, é se os novos métodos e práticas significam uma ruptura com o fordismo. Trata-se de saber se esses métodos e práticas modificam radicalmente “princípios centrais” do fordismo e introduzem um sistema de produção qualitativamente novo, de especialização flexível, em vez de pós fordismo, ou seja, se os métodos são uma continuação ou aperfeiçoamento do fordismo implicando ‘grande avanço’ na mesma direção dos sistemas fordistas, onde teríamos uma espécie de ‘japonização’ do fordismo (WOOD, 1991; 2).

Sob este aspecto Wood (1991) faz menção à expressão ‘japonização do fordismo’, em um contexto diferente daquele das economias ocidentais do pós guerra. Para Wood (1991), no ocidente, o fordismo desenvolveu-se nos marcos de um Estado do Bem-Estar, com sindicatos fortes e acordos políticos corporativistas, condições que, para Roobeck (1987), criador da expressão “japonização do fordismo”, estavam ausentes no Japão. Para Wood (1991) essa expressão se refere à possibilidade de as empresas japonesas introduzirem inovações neste processo. A expressão também é usada num segundo sentido, referindo-se ao modo como o Japão entrou no debate fordista, ou seja, na controvérsia sobre a natureza, a crise potencial e a superação do modelo, que tem sido um dos estímulos para o pós fordismo e ainda propõe que existiria uma ‘japonização do fordismo’ pelo menos no Japão, fato que enfraqueceu os

argumentos daqueles que levaram o debate ao pós-fordismo mais extremado (WOOD, 1991; 2).

Para Wood (1991), tanto os defensores da especialização flexível quanto os pós-fordistas tendem a concluir que o Japão avança rapidamente em direção a um novo modelo de organização, tendo renunciado à produção em massa. Neste sentido, para Wood (1991), duas discussões, frequentemente misturadas, desenvolvem-se, portanto, no interior do que se poderia chamar de japonização do debate sobre o processo de trabalho: a) uma que se ocupa da exata localização do Japão no interior do aparato conceitual fordista, ou seja, se é um caso de fordismo simples, de neofordismo, de pós fordismo, de especialização flexível ou até mesmo de pré-fordismo; e b) uma discussão mais básica, sobre o valor e a relevância desse arcabouço conceitual (WOOD, 1991; 4).

Para certos autores o conceito é sinônimo alternativamente de taylorismo, produção em massa, linha de montagem automatizada, e, para outros, fordismo refere-se a todo um modo de vida. Enquanto certos autores limitam sua aplicação ao processo de trabalho e aos métodos de gestão, outros querem inseri-lo num conjunto de conceitos gerais voltados para a explicação das sociedades como um todo (WOOD, 1991; 4). Para Wood (1991) essas tentativas refletem muitos problemas, pois os autores nem sempre têm clareza a respeito do nível de análise em que estão operando, de modo que, ao usarem o conceito de pós fordismo em relação ao Japão, fica muitas vezes obscuro se estão se referindo apenas ao processo de trabalho, ao sistema geral de organização, ou ao conjunto da sociedade.

Para Wood (1991) um aspecto primordial no modelo japonês de gestão, no entanto, é o de ter ressaltado a importância dos problemas cotidianos do taylorismo, enfrentando-os de modo inovador, pela criatividade das gerências e maior envolvimento dos trabalhadores, em relação ao que ocorreu no fordismo convencional. Sem dúvida a gerência japonesa obteve excelentes resultados na solução de alguns problemas permanentes dos sistemas fordistas de produção, entre estes: o da qualidade; o do balanceamento da linha e da redução do excesso de horas paradas, em parte através do maior envolvimento de pessoas que têm um conhecimento prático das tarefas; e, sobretudo, o sistema Just in time, ou Toyota, como se tornou conhecido, que se desenvolveu dentro do fordismo e levou a novos princípios (WOOD, 1991; 11).

Sendo assim, para Wood (1991), a primeira e mais evidente conclusão sobre o debate em torno do fordismo e do Japão é que não há um consenso claro, os problemas são muito mais do que semânticos e os autores frequentemente debatem e criticam entre

si conceitos e quadros de referência distintos. A segunda conclusão é que em boa parte da discussão parece estar subentendida a ideia de que o Japão é um caso excepcional. Para o autor o desafio proposto pelo caso japonês, é, sobretudo, o de entender o papel e o desenvolvimento do processo de trabalho fordista em um novo campo de debate, no qual conceitos como os de autonomia, modelos de controle soma-zero e mesmo flexibilidade possam ser de menor importância. A japonsização do fordismo, sugere, então, que a evolução das teorias gerenciais e sua implementação devem ser uma dimensão básica. A teoria do processo de trabalho tem se tornado confusa por causa de suas raízes em um conceito absolutista, a-histórico, do taylorismo como o processo de trabalho capitalista (WOOD, 1991; 16).

Para Druck (1999), nesta medida, as manifestações não se limitam aos locais de trabalho, mas se generalizam para os vários setores da sociedade, em particular, entre os jovens e estudantes, que questionam este “modo de viver”, questionam as formas de uso social de saber, de suas qualificações e da rigidez dos padrões racionais que dominavam não somente o trabalho, mas também o não-trabalho.

Druck (1999) afirma que a resposta para a crise, no entanto, depende da adaptação das realidades locais e nacionais, levando em conta fatores econômicos, culturais e políticos, compostos por quatro grandes dimensões:

- i. O sistema de emprego adotado pelas grandes empresas, constituído por: a) o “emprego vitalício”. Na realidade, não existe nenhum “contrato formal” sobre uma estabilidade permanente no emprego, mas ela existe de fato, até a aposentadoria aos 55 anos de idade; b) a promoção por tempo de serviço, onde o critério da antiguidade é central na remuneração dos trabalhadores; c) a admissão do trabalhador não é realizada para um posto de trabalho, mas para a empresa, num determinado cargo, ao qual corresponde um salário; ii. Sistema de organização e gestão do trabalho: “just in time” – produzir no tempo certo, na qualidade exata, com uma quantidade de trabalho certa; “kanban” – sistema de informações dos vários estágios de produção inclusive participando com propostas de mudanças no processo de produção; “trabalho em equipe” – a organização do trabalho está baseada em grupos de trabalhadores polivalentes que desempenham múltiplas funções, inclusive adotando como um dos critérios de avaliação para promoções e ou aumentos salariais o rendimento da equipe a que pertence o trabalhador avaliado; iii. o sistema de representação sindical: os sindicatos por empresa são integrados à política de gestão do trabalho. Confundem-se com a própria estrutura hierárquica da empresa. Os cargos assumidos na empresa coincidem com os do sindicato. Desta forma, não são exatamente sindicatos de

trabalhadores, mas sindicatos da empresa e, portanto, não existem enquanto forma de organização e resistência ou oposição dos trabalhadores às práticas gerenciais. Não existem sindicatos por categorias profissionais; iv.sistema de relações inter-empresas; são relações muito hierarquizadas entre as grandes empresas e as pequenas e médias. Há uma posição de subordinação destas últimas que é institucionalizada por um “estatuto de dependência e fidelidade” por níveis salariais diferentes (FERREIRA at all, 1991, apud DRUCK, 1991; 40).

Portanto, para Druck (1999) pode-se raciocinar da seguinte forma: assim como existiu o fordismo, criado por Ford, compreendido como uma forma de gestão e organização do trabalho baseada nos princípios tayloristas e na linha de montagem (esteira rolante), surge agora o toyotismo, criado pela Toyota. Mas o fordismo só se legitima e se consolida nos EUA tornando-se referencia para os demais países porque existe um “americanismo”, um jeito americano de viver, e, então, a questão que deve ser posta é: assim como ao fordismo corresponde o americanismo, pode se afirmar que o toyotismo corresponde a um japonismo (DRUCK, 1999; 41)?

Diante dessas transformações na subjetividade e objetividade do trabalho e da reestruturação do processo produtivo, Dowbor (2002) enfatiza que o trabalho também aflora como um problema central na medida em que as tecnologias permitem uma produtividade mais elevada. De uma forma geral Dowbor (2002) entende que o debate se centrou bastante nas dimensões materiais do trabalho, dificultando a compreensão dos processos, segmentado os diversos aspectos do trabalho e prejudicando a visão de conjunto e a compreensão da transformação tecnológica, institucional, cultural e política que está ocorrendo. Dowbor (2002) afirma que:

Somos um país (Brasil) pobre (economicamente) num mundo onde a distancia entre países ricos e pobres aumenta. Entre os países pobres, somo hoje o país de maior concentração de renda, e, portanto de maior discriminação dos pobres. Não bastasse isso, as políticas sociais, que deveriam ser compensatórias, privilegiam os ricos. E quanto mais pobres se tornam os pobres, mais dificuldades haverá de se gerar espaço político para a mudança. Os nós do sistema são bem amarrados. Geramos um mundo de prosperidade tecnológica acoplada a uma miséria medieval. O atraso da transformação das relações sociais faz com que as dinâmicas modernas de avanços tecnológicos e de globalização, que carregam consigo forte tendência à elitização, reforcem a nossa velha herança de opressão e discriminação, gerando uma situação que, além de ser eticamente vergonhosa, é economicamente burra e politicamente insustentável (DOWBOR, 2002; 31).

Para Dowbor (2002) a regulação social do trabalho tornou-se indispensável, mas não suficiente, pois, quando a mudança é sistêmica, não basta nos concentrarmos num aspecto.

Neste sentido, a opção política tem sido até hoje de tornar os indivíduos responsáveis por sua empregabilidade. De certa forma, se não estão empregados adequadamente, ou simplesmente desempregados, a culpa seria a sua inadequação individual ao mercado do trabalho (DOWBOR, 2002; 34). Neste sentido, Dowbor afirma que:

Mas o essencial para nós, neste ponto, é que no nível de administração local pode-se articular políticas de renda mínima e de educação, de educação e de saúde, de inclusão social com geração de emprego e renda. Não que iniciativas não sejam viáveis no nível nacional: o governo federal pode aprovar leis adequadas para os diversos setores, e facilitar muito inclusive na dinamização de políticas locais. Mas é no plano local que se pode juntar as diversas políticas setoriais para formar uma política econômica e social coerente no seu conjunto, pois podem ser organizadas as parcerias necessárias, podem ser ouvidos os atores sociais mais interessados em cada problema, pode-se gerar um processo articulado de desenvolvimento (DOWBOR, 2002; 37).

Para Dowbor (2002) ainda não estamos acostumados a ver políticas sociais como motor de um processo de acumulação. Para o autor a área social tornou-se hoje um conjunto mais significativo não só do ponto de vista social, mas do ponto de vista econômico. Até meados do século XX as políticas sociais eram essencialmente vistas como um tipo de “esparadrapo” para pobres, enquanto os ricos tinham os seus próprios sistemas privados e restritos. A partir dos anos 1970, em boa parte já sob pressão das inovações tecnológicas, passou-se a entender que dinheiro gasto com educação, por exemplo, podia significar mais expansão de atividades produtivas do que dinheiro gasto com máquinas (DOWBOR, 2002; 40).

Sendo assim, Dowbor (2002) coloca que é preciso considerar, antes de tudo, os limites das políticas sociais ancoradas em relações formais de trabalho. No Brasil a presença é relativamente fraca se compararmos com países desenvolvidos. Para Dowbor (2002):

Na realidade, as políticas sociais obedecem a relações técnicas de produção bastante particulares: trata-se de serviços que

precisam ser entregues às pessoas diretamente, e a cada pessoa no país. O serviço de saúde precisa atingir cada casa, cada pessoa. A escola precisa atingir todas as crianças, e assim por diante. Temos portanto um desafio: nem as tradicionais burocracias estatais, e muito menos os sistemas privados centrados no lucro a qualquer custo, respondem às necessidades de produzir serviços sociais adequados. As nossas heranças institucionais e organizacionais, e as correspondentes teorias administrativas, estudam a pirâmide burocrática e a máquina empresarial.

De forma simplificada mais realista, os novos paradigmas de gestão social que surgem concentram-se na descentralização e na participação. Hoje se constata cada vez mais que praticamente todos os setores da área das políticas sociais, saúde, educação, cultura, informação, lazer, esporte, habitação, segurança – funcionam muito mais adequadamente quando as decisões são tomadas o mais perto possível da população interessada nos resultados. A descentralização pode, no quadro das nossas tradições políticas, levar a um reforço do caciquismo local. Mas no conjunto, trata-se de uma condição praticamente indispensável da racionalidade da gestão social. A descentralização é essencial para garantir o segundo pilar da gestão social, que é a participação. As pessoas podem participar ativamente quando se trata de projetos da sua região, referentes à realidade que conhecem (DOWBOR, 2002; 42-43).

De uma forma mais geral, Dowbor (2002) afirma que o avanço tecnológico é positivo, no entanto, gera desequilíbrios, não se tratando apenas de promulgar uma lei, mas sim de criar o clima social e político que possibilite a renegociação do acesso ao trabalho e ao produto, mas a tentação dos grupos dominantes é de aproveitar as vantagens adquiridas e reforçar as polarizações gerando o caos econômico, social e político.

Para Dowbor (2002), hoje o processo produtivo avançou para um aprofundamento das divisões técnicas interdependentes, onde o acesso ao trabalho é bastante limitado. O candidato a trabalhar fica numa situação precária, onde se reduziram drasticamente os espaços de inserção individual, pois as atividades econômicas ficam dominadas por sistemas empresariais integrados com muita tecnologia e pouco emprego, enquanto as atividades tradicionais que permitiam a iniciativa individual tiveram o seu espaço reduzido, gerando uma sociedade do “bico”, bicos de venda, bicos de aulas, bicos de mecânica, bicos de manutenção domiciliar. Em termos de uma visão estratégica mais ampla, no caso brasileiro, o país sofreu um processo intenso de urbanização, gerando uma ampla capacidade de gestão local nas cidades, e esta urbanização, por sua vez, gerou imensas necessidades de infraestruturas e de serviços urbanos intensos – intensivos em mão de obra, e pouco intensivos em

capital e tecnologia, onde as políticas sociais, também intensivas em mão de obra e pouco intensivas em capital, constituem um eixo extremamente importante deste reequilíbrio (DOWBOR, 2002; 52).

Para Dowbor (2002) de certa maneira é difícil, por mais que se criem leis e regulamentos, assegurar políticas trabalhistas adequadas sem uma maior capacidade de pressão por parte dos trabalhadores, e esta pressão não existirá em condições de amplo desemprego, com muitos excluídos e insegurança generalizada.

No geral, a visão que temos é a de que defender trincheiras de direitos adquiridos é sem dúvida importante. No entanto, é nossa visão também, de que o essencial da luta por uma sociedade mais decente, por assim dizer, será cada vez menos de manter o emprego, e cada vez mais de transformar o trabalho (DOWBOR, 2002; 53).

Para Costa (2007), as recentes transformações do mundo do trabalho vêm gerando também outro patamar de discussões. A difusão da noção de competência tem ocupado espaço significativo dentro dos estudos da sociologia do trabalho, apresentando uma clara relação com estas recentes transformações principalmente no que tange à gestão da mão de obra nos setores de ponta. Neste sentido, para o autor, a bibliografia que fundamenta esta discussão mostra como referência a dinâmica do trabalho nos segmentos mais avançados o que, de certa forma, limita a compreensão da realidade dos setores e regiões mais periféricos. O autor enfatiza em seu texto as definições clássicas dos conceitos de qualificação e de competência, procurando demonstrar a dimensão política existente na tentativa de mudança dos conceitos, a partir da oposição entre a dimensão coletiva da qualificação e a dimensão individual da competência, na qual a argumentação procura apontar para um conceito de qualificação que se apresenta polissêmico e em constante evolução: não se reduz, portanto, apenas ao universo técnico, antes traz consigo uma dimensão social que possui, neste sentido, uma capacidade explicativa.

Entretanto, para Costa (2007), a noção de competência ainda se apresenta bastante instável e vaga no âmbito acadêmico. Como se trata de um conceito ainda em construção, ele suscita mais perguntas do que respostas, o que é natural não só por estar inserido nas transformações contemporâneas do trabalho, como também por propor rupturas com relação a um modelo de qualificação já tão consolidado.

Num âmbito mais geral o autor afirma que a construção da noção de competência está sempre vinculada às mudanças do trabalho, ou pelo menos daquele ofício mais formal que existe no interior das empresas dos setores avançados. Assim, o

enfoque é sempre dado ao “enriquecimento” do trabalho, à valorização e à participação dos trabalhadores como sujeitos deste “novo” processo por meio de atributos que estariam expressos na noção de competência. Sob este contexto, Costa (2007) ressalta que este tipo de análise, além de generalizar tais mudanças para outros contextos traz à tona novamente as interpretações substanciais, enfocando não mais o determinismo tecnológico, mas sim o determinismo do posto de trabalho, que demanda a qualidade e as características pessoais para realizá-lo.

Percebemos, assim, que a reestruturação do processo produtivo advém das grandes inovações tecnológicas e do processo de globalização. Essas transformações podem ser entendidas como as grandes transformações do mundo do trabalho de hoje, que demanda do trabalhador novos aprendizados, domínios tecnológicos e novas qualificações. A partir desta noção, o trabalhador de hoje se encontra em uma situação em que se não acompanhar o desenvolvimento tecnológico, apropriando-se e qualificando-se para o uso das novas tecnologias, pode ser excluído das novas configurações que surgem no mundo do trabalho. Como veremos a seguir, a noção de qualificação se atrela diretamente à transição escola-trabalho, mas essa relação pode se apresentar tanto no sentido da conquista do trabalhador pelo posto de trabalho desejado, tanto no da exclusão pelo viés da crise global e do desemprego estrutural. Por isso no próximo capítulo, será discutido o quadro geral de inserção do jovem no mundo do trabalho e a relação entre a transição educação-trabalho, assim como a relação deste contexto com a crise global e o desemprego estrutural.

Capítulo 3 - Juventude no Mundo do trabalho: Os elos e as dificuldades

3.1 - Quadro geral

A inserção do jovem no mundo do trabalho, da geração de renda e da autonomia é um desafio que está atrelado a diversos aspectos, em diferentes níveis de complexidade e presente em contextos de diferentes regiões. Em alguns casos se percebe que o problema esbarra em suprir a falta de mão de obra qualificada, em outros, na própria ausência de oportunidades de trabalho, podendo referir-se tanto à demanda quanto à procura por postos de trabalho e mão de obra. Este problema torna-se ainda mais recorrente face à atual recessão mundial e, nos países com grande desigualdade de renda e com índices elevados da população jovem, as consequências mais negativas se dão principalmente nos níveis social, civil e político (SOARES, 2010;9)

Percebe-se, que por um lado, as experiências de países economicamente mais desenvolvidos, a partir de suas demandas de trabalho, como EUA e países da Europa Ocidental, demonstram que conectar os jovens neste universo requer algumas estratégias, a exemplo: qualificação em áreas ligadas à computação e tecnologia; familiaridade com códigos de conduta em locais de trabalho; e, em alguns casos, a possibilidade de aproximar os jovens dos empregadores (SOARES, 2010;10). Já nos países periféricos se percebe o problema no sentido contrário, onde a juventude é vítima do desemprego principalmente por falta de oportunidades de trabalho e pela baixa capacitação e qualificação profissional dos jovens, sendo que estes problemas se agravam por estarem vinculados à escassez de programas institucionais e de iniciativas governamentais.

Em um contexto mais geral, tanto nos países em desenvolvimento como naqueles com economias mais avançadas, os jovens vêm ocupando as páginas dos jornais e estudos acadêmicos de maneira central, despertando uma onda de estudos e pesquisas com foco nesta população, cujo debate se alinha ao discurso afinado do “desemprego estrutural”. Esses estudos, por sua vez, seguem duas tendências em geral: a juventude ora é vista como problema social, ora como esperança para o futuro, onde se percebe certa “fragilidade” desse segmento social.

No Brasil, pesquisas divulgadas pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE, sobre emprego e desemprego, apontam que os

jovens representam 45,5% dos desempregados, ou seja, quase metade de todos os desempregados do país. Segundo o DIEESE, dos 3,2 milhões de desempregados, pesquisados nas regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador, Recife e Distrito Federal, 1,5 milhão desses jovens possuem até 24 anos de idade (PAIM,2006;7). Neste capítulo focalizaremos as discussões que abordam principalmente as dificuldades de inserção juvenil no acirrado mundo do trabalho, considerando os aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais e destacando as especificidades da juventude rural. Buscamos retratar esse contexto em função das formas que a sociedade contemporânea utiliza na tentativa de possibilitar a promoção dos projetos de vida dos jovens. Sendo assim, esse capítulo tem como objetivo discutir a situação do jovem no mundo do trabalho (desemprego estrutural, processos tecnológicos e a globalização) e a transição entre educação e trabalho (as políticas públicas e o papel das organizações de trabalhadores neste universo).

3.2 - A situação do Jovem no Universo do Trabalho: o desemprego estrutural, os processos tecnológicos e a globalização.

Como apontado na introdução do capítulo, enquanto países mais ricos encontram problemas relacionados principalmente à ausência de postos de trabalho para uma juventude que possui altos níveis de capacitação, em países periféricos, como o Brasil, o problema esbarra principalmente na baixa qualificação profissional, sendo que em ambos os casos, no entanto, existe uma situação de exclusão juvenil. A partir desta problemática são evidenciados diversos esforços para a compreensão da dinâmica entre as categorias “jovem” e “trabalho” atreladas ao fenômeno da exclusão social.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) parte do pressuposto de que as sociedades contemporâneas têm como principal desafio a promoção de mecanismos satisfatórios para a inclusão juvenil, devendo unir seus esforços para que os jovens tenham mais opções e a maior liberdade possível para se realizarem através da inserção no mercado de trabalho, especialmente em regiões onde o desemprego, a desigualdade e a pobreza afetam tanto homens como mulheres (OIT, 2007;9).

Para a OIT esse desafio compreende uma ampla heterogeneidade, pois “as juventudes” têm características e necessidades diferentes e as políticas relativas ao trabalho e juventude raras vezes enfocam simultaneamente tal magnitude e tal heterogeneidade. Dessa forma se percebe que por não considerar as especificidades

desse segmento social as políticas públicas e ações governamentais e não governamentais acabam por nem sempre se tornarem satisfatórias.

Sob este aspecto, neste trabalho, estamos levando em consideração o conceito de juventude utilizado pela Organização Mundial de Saúde, que considera o ser jovem como o indivíduo que se encontra dentro da faixa etária que corresponde dos 15 aos 29 anos; no entanto, entendemos que a análise desta categoria vai além da idade biológica, pois as experiências individuais e o contexto sócio-cultural também devem ser considerados na definição do segmento juvenil.

Dados da OIT, em um relatório emitido sobre a juventude na América Latina, mostram que:

Dos 106 milhões de jovens na América Latina e no Caribe, em 2005, 48 milhões trabalhavam, 10 milhões estavam desocupados e aproximadamente 48 milhões na condição de inativos. Contudo, ao mesmo tempo, cerca de 49 milhões de jovens estavam estudando, o que –considerando apenas estas duas variáveis– gera diversas situações: 1- os jovens que estudam e trabalham são 13 milhões; 2- os inativos que estudam são 32 milhões; 3- os desempregados que estudam são quatro milhões. De outro ponto de vista: 1- os que trabalham e não estudam são 35 milhões; 2- os desempregados que não estudam são seis milhões; 3- os inativos que não estudam são 16 milhões. Somados estes dois últimos grupos, obtém-se a cifra de jovens que não estudam nem trabalham: 22 milhões (OIT, 2007;12).

Esses dados mostram que mesmo considerando o grupo dos jovens em sua totalidade, nem sempre os mesmos conseguem conciliar estudo e trabalho, ou até mesmo manterem o foco na educação e qualificação profissional, que são elementos fundamentais para a ocupação e permanência em determinados postos de trabalho, o que é observado a partir dos índices de desemprego e inatividade juvenil no campo laboral. Já em relação aos jovens que só trabalham, estes estão sempre sujeitos aos postos com baixas remunerações e ameaçados a perderem o emprego justamente pela não qualificação exigida pela própria demanda do emprego, gerando insegurança e instabilidade para o jovem e dificultando sua emancipação e autonomia.

Para Catani (2008) um fator que contribui para o alto e crescente desemprego juvenil é o grande número de jovens em relação ao total das populações nos países subdesenvolvidos, fazendo com que a disputa seja ainda mais acirrada. O resultado deste quadro é sentido nas famílias, com os jovens permanecendo mais tempo com os

país devido a sua menor independência financeira. O autor, no entanto, ressalta que as dificuldades de inserção dos jovens no mercado de trabalho e suas repercussões em outros campos da vida social têm suas particularidades segundo as condições de desenvolvimento de cada nação.

Se voltarmos o olhar para as crises vividas no Brasil, em especial nas décadas de 80 e 90, estas também provocaram sérios impactos no mercado de trabalho. Para Catani estas crises se relacionam às formas de ingresso do jovem no mundo de trabalho caracterizadas pela instabilidade e pela ocupação de postos em condições mais precárias do que aquelas oferecidas aos trabalhadores adultos. Para o autor a principal característica da juventude trabalhadora brasileira é o seu desamparo, pois as alternativas de ocupação juvenil cada vez mais se associam aos setores de baixa produtividade (subempregos) e a relações trabalhistas precárias, distanciando-se dos segmentos modernos da economia, situação esta que contribui para o aumento da exclusão social (CATANI, 2008;66/67).

Neste sentido, para a OIT, o problema principal reside no crescimento econômico assimétrico, no qual uma fonte importante de desigualdade se relaciona a um mercado de trabalho com muitos aspirantes e insuficientes oportunidades. Além do fator idade, há outros mecanismos discriminatórios que restringem as oportunidades de emprego, tais como: as relações de gênero, raça, aparência, origem étnica, que são de origem mais cultural do que econômica. Para a OIT, estes mecanismos de discriminação e exclusão constituem um dos desafios centrais, onde as políticas de juventude devem considerar medidas destinadas a superar as desvantagens particulares que os mais excluídos enfrentam (OIT, 2007;38).

Também dentro deste debate se encontra a juventude rural, que enfrenta restrições importantes para o seu desenvolvimento em uma trajetória de trabalho. Para a OIT um dos problemas que afeta os jovens rurais esbarra principalmente na carência de educação e capacitação adequadas. Esse processo pode ser percebido a partir da industrialização do campo e das novas necessidades de domínios e aprendizagens tecnológicas que são demandados dos “novos postos de trabalho”, sendo uma questão que relaciona o ensino e a transição para o trabalho, quando o jovem se encontra em uma situação em que, se não tiver aptidões específicas e familiaridade com os novos códigos tecnológicos, pode ser excluído de setores rurais específicos.

Também sob este aspecto se percebe que no meio rural a produtividade da terra é usualmente mais valorizada do que a produtividade do trabalho, o que limita ainda

mais as oportunidades disponíveis para os jovens, determinando a busca de novas alternativas de trabalho que não necessariamente no campo. Percebe-se que em alguns países essa situação é determinante para que os jovens emigrem para outras regiões mais urbanizadas, não à procura de novas oportunidades, mas porque eles têm uma visão pouco atraente do tipo de trajetória pessoal que o meio rural lhes oferece (OIT, 2007;42). Segundo a OIT:

Mesmo assim, pode-se e deve-se adotar um enfoque mais moderno da ruralidade, atendendo suas relações com o âmbito urbano. Em certas localidades, especialmente em cidades de médio porte, o rural vincula-se com o urbano através de processos de migração diária. Muitos trabalhadores que vivem em zonas rurais trabalham em zonas urbanas e vice-versa; como também muitas das atividades econômicas “urbanas” utilizam componentes ou insumos rurais, e vice-versa (OIT, 2007;42).

No entanto, alguns estudos mostram que com a evolução da agroindústria, principalmente nos países da América Latina, o campo possa a ser um “atrativo” para os jovens. Neste sentido percebe-se que a multifuncionalidade do campo, a partir da integração lavoura-pecuária, turismo rural, pluriatividade, ou até mesmo da presença de indústrias e complexos industriais, empresas, cooperativas e os complexos agroindustriais (CAIs), forma-se um novo rol de alternativas de ingresso no mundo do trabalho para os jovens rurais, visto que, até então, o trabalho ficava restrito à produção agropecuária. Analisando esse cenário de possibilidades para a autonomia dos jovens, Dayrell insiste que apesar dos infindáveis problemas e dramas do trabalhador juvenil, a inserção ocupacional no contexto da multifuncionalidade do campo tem um significado importante pois, do ponto de vista dos jovens, esta seria a “condição para maior autonomia e liberdade em relação à família” (DAYRELL apud CATANI, 2004;67).

Para Catani (2008), se observamos a “juventude” em um plano geral, percebemos dificuldades distintas, onde diferentes problemas são enfrentados de acordo com as classes sociais a que os jovens pertencem: para os de menor escolaridade, falta a capacitação; para aqueles um pouco mais favorecidos, são poucas as oportunidades de adaptação às exigências modernas do processo produtivo; para os jovens com alta escolaridade, há pequena quantidade de postos de trabalho condizentes com sua formação (CATANI, 2008;68).

Percebemos que a partir da “modernização do campo” ou mesmo da multifuncionalidade do campo (fatos estes que serão descritos e debatidos no próximo capítulo), e com a incorporação de elementos até então tidos como de exclusividade urbana (no caso do surgimento de empresas e complexos indústrias no campo), o processo de “globalização” e o “desenvolvimento tecnológico” passam a ter papel fundamental para a compreensão da relação existente entre “juventude” e “trabalho”, pois os aparatos de cunho tecnológico passam a estruturar as bases do processo de “globalização” com a incorporação de máquinas, mecanismos automatizados e redes virtuais, que são tidos como as bases estruturantes e fundamentais para a ocorrência desse processo, e que configuram as novas formas de organização do trabalho como visto no capítulo anterior.

Sendo assim, analisando-se as configurações das sociedades contemporâneas, a globalização, que tem como um dos componentes fundamentais a tecnologia, viabiliza a maioria dos processos (comunicacionais, educativos, políticos, culturais e de trabalho) nas sociedades complexas, mas funciona como um dos catalisadores do desemprego estrutural pelo fato de exigir novos códigos de aprendizagem e apropriação de seus usuários, o que nem sempre acontece devido às dificuldades enfrentadas pelos jovens de obterem tal capacitação. Neste sentido, Frigoto (2005) afirma que a globalização amplia as desigualdades existentes nas diferentes nações e regiões, tendo o papel de encobrir os processos de dominação e desregulamentação, que por sua vez, implicam na ampliação do desemprego, no trabalho precário e na exclusão social.

Sob a discussão acima, também podemos citar as conquistas dos próprios trabalhadores que buscam ter estabilidade para a promoção de seus projetos de vida e conseqüentemente à autonomia. Embora, a partir das conquistas dos trabalhadores evidenciadas por Castel e Boaventura Santos (*apud* Frigotto; 2005), mediante um conjunto de leis e regras que limitavam a violência da exploração e garantiriam um conjunto de direitos no âmbito da esfera pública (educação, saúde, emprego, cultura, moradia, transporte, aposentadoria, etc), estes elementos não são capazes de garantir de fato a construção dos direitos dos trabalhadores para que possam programar o futuro e assim manter sua autonomia no trabalho. Para Frigotto (2005) essa configuração atual das sociedades contemporâneas se encontra em um processo de desmoronamento, e tem como resultado dois processos interligados: um rompimento crescente e cada vez mais radical pelo capital, e uma nova base científico técnica na produção (digital-molecular) e nos processos de sua gestão.

Para Frigotto (2005), pelo processo da globalização se viabiliza uma nova base científico técnica que comanda a gestão e organização advindas de uma “revolução digital-molecular”. Neste sentido, torna-se ainda mais evidente que as formas em que se configuram as sociedades contemporâneas estão cada vez mais imbuídas de uma necessidade de novos aprimoramentos e capacitações profissionais para a permanência e estabilidade no emprego, sendo que esse processo pode ser percebido, como indica a bibliografia, tanto nas sociedades urbanas, quanto nas sociedades rurais.

Observando este processo nas sociedades rurais, Frigotto (2005) afirma que as novas tecnologias aplicadas à produção, que são fundamentais para o desenvolvimento, permitem, por exemplo, a organismos como a Organização de Alimento e de Agricultura das Nações Unidas (FAO) afirmarem que há hoje a capacidade de produzir alimentos em abundância para 12 bilhões de pessoas, embora esse exemplo se choque com a realidade brasileira que, com o avanço do capitalismo no campo, mediante a ampliação do latifúndio e do agronegócio, produziu 20 milhões de adultos, jovens e crianças sem terra (FRIGOTTO, 2005;10).

Assim, se por um lado as mudanças tecnológicas permitem o desenvolvimento econômico por parte dos centros hegemônicos do capital, por outro, estes mesmos centros, como afirma Frigotto, deslocam seus investimentos para onde é possível mais lucro, sem nenhum compromisso com as populações locais, incorporando cada vez mais tecnologia, aumentando a produtividade e exigindo cada vez menos trabalhadores, onde percebemos a ampliação da crise do desemprego. Dessa forma, o autor afirma que chegamos ao fim do século XX com a seguinte contradição: a ciência e a técnica que têm a virtualidade de produzir uma melhor qualidade de vida, ocupar os seres humanos por menos tempo nas tarefas de produzir para a sobrevivência e liberá-los para o tempo livre- tempo de escolha, de fruição, de lazer, produzem o desemprego estrutural ou o trabalho precarizado (FRIGOTTO, 2005;11).

Dento da mesma lógica do parágrafo anterior, Robert Castel, relacionando as políticas neoliberais e a hegemonia do capital especulativo de um lado e, de outro, o desenvolvimento produtivo centrado na incorporação da ciência e tecnologia, sintetiza uma realidade baseada nas seguintes tendências: 1) a desestabilização dos trabalhadores estáveis pela crescente incorporação de novas tecnologias à produção e a conseqüente intensidade na exploração e permanente ameaça de perda do emprego; 2) a instalação da precariedade do emprego, mediante a flexibilização do trabalho, trabalho temporário, terceirização; 3) o aumento crescente dos sobrantes. Sob esta configuração, Castel

aponta quatro cenários presentes de forma diversa nas diferentes formações sociais capitalistas:

1. A radicalização das políticas neoliberais numa crescente mercantilização dos direitos sociais, ruptura crescente da proteção ao trabalho e a instalação de um mercado auto regulado, no qual se amplia o número de sobrantes e sua sobrevivência se torna cada vez mais precária e na dependência de planos emergências de alívio à pobreza;
2. Instauram-se políticas focalizadas de inserção social precária, que são adotadas pela maioria dos países periféricos;
3. Auto-organização dos excluídos mediante uma organização alternativa do trabalho – uma nova cultura do trabalho. Essa realidade vem sendo cunhada com nomes diferentes e com sentidos diversos, como economia solidária, economia cooperativa, economia popular, economia de sobrevivência e, mais amplamente, de mercado informal;
4. Um cenário que explicita as teses de que já chegamos à uma sociedade do conhecimento, sociedade do entretenimento, do lúdico ou do fim do trabalho e a sociedade do tempo livre, na qual a mesma tese se choca com a multidão de desempregados, subempregados e excedentes desnecessários à produção capitalista (CASTEL apud FRIGOTTO, 2005;12/13).

Por outro lado, também analisando as configurações e os rumos das sociedades contemporâneas, percebemos o discurso de que o processo de desenvolvimento advindo da incorporação de inovações tecnológicas influenciam a população de diferentes formas e vincula-se a uma série de “promessas” a partir de demandas sociais: uma distribuição igualitária da tecnologia na sociedade, capacidade de promover a expansão das liberdades das populações, promoção de um espaço mais democrático, no qual as pessoas podem participar mais das decisões políticas, acordos governamentais e organizações sociais. Neste sentido, para Brandão, o avanço tecnológico das sociedades pós industriais e de certos bolsões industrializados (como São Paulo, Rio de Janeiro, Cidade do México, etc) de países periféricos influencia, cada vez mais, a população desses centros urbanos. Para esse autor, a cultura jovem da década de 90 sofreu influência da nova ordem internacional, também representada pela globalização e pela interatividade por meio da internet, manifestando-se em protestos contra o controle econômico das grandes corporações e a formação dos blocos econômicos. Diante dessa complexidade, parte da juventude teve, e tem papel de destaque, fazendo a sociedade rever determinados valores e refletir sobre questões até então ignoradas ou superficialmente discutidas, atreves de criticas, reivindicações e manifestos. Hoje, a

atuação de uma juventude mais consciente e politizada pode ser verificada, por exemplo, nos movimentos antiglobalização (BRANDÃO, 2004; 151).

Sendo assim, neste trabalho, entendemos como afirma Castells (2006), que a tecnologia se torna condição necessária, mas não suficiente para uma nova forma de organização social, na qual, como vimos anteriormente, a categoria jovem insere-se de diferentes formas, ora vista como problema social, ora como engajada ativamente nesta nova configuração. Assim, buscamos a partir deste ponto, focar a discussão nas ações e planos governamentais sob o prisma da inclusão juvenil nas sociedades contemporâneas, para podermos desvendar as lacunas existentes no processo de engajamento do jovem no universo do trabalho.

3.3 - Juventude e Políticas Públicas de Trabalho e Educação

Outro prisma para a análise da atual situação de exclusão juvenil do mercado de trabalho está na relação das categorias trabalho e educação. Neste ponto se destacam ações e modelos institucionais a partir da transição entre os processos educativos e a inserção do jovem no mundo do trabalho que, para alguns autores, seria a forma mais adequada para a real inclusão do jovem neste universo perante a complexidade das sociedades globalizadas. Esse processo depende principalmente da forma como são pensadas as políticas públicas de trabalho nos diferentes países e regiões. Gutiérrez evidencia os principais modelos de elaboração de políticas de trabalho voltadas à juventude em países desenvolvidos, demonstrando pelo menos três modelos diferentes a seguir:

Estados Unidos e Canadá mantêm uma pauta de transição que se caracteriza por um frequente acesso dos jovens ao mercado de trabalho durante a etapa educativa, na forma de empregos curtos em regime de tempo parcial, seguidos de uma fase relativamente longa de ajustes ao trabalho com bastante mobilidade entre empregos depois que (o jovem) deixa o sistema educativo. Na Europa convivem dois modelos com características bem diferentes. Nos países com tradição de sistemas de aprendizagem dual, como Alemanha, Áustria e Suíça, a transição da educação para situações estáveis de emprego é realizada, para a maioria dos jovens, por posições intermediárias entre a educação e o trabalho, que tem um sólido reconhecimento institucional no que se refere às condições de emprego e reconhecimento das habilidades adquiridas e que costumam desembocar em situações estáveis de emprego

prematuramente. Nos países mediterrâneos e, de certo modo, também nos escandinavos, a transição ocorre entre um sistema educativo no qual os jovens realizam trabalhos remunerados e uma etapa posterior e longa de busca de emprego e de ajuste ao trabalho, cada vez mais acompanhada de uma intensa ação pública no sentido de promover “políticas públicas de emprego juvenil” e “empregos de inserção”. (GUTIÉRREZ apud CATANI, 2008;64).

No Brasil a transição entre trabalho e educação se atrela a diversos fatores, ora na própria concepção da educação, que não se relaciona à realidade do educando, e em alguns casos, em regiões menos desenvolvidas, na própria ausência de instituições de ensino (médio, técnico e superior), mostrando o descaso das autoridades governamentais em relação às populações menos favorecidas.

Fazendo uma análise do modelo educacional no Brasil, de acordo com Frigotto (2007), um dos equívocos mais frequentes e recorrentes em nosso país, em todos os seus níveis e modalidades, têm sido o de tratar a educação em si mesma e não como constituída e constituinte de um projeto dentro de uma sociedade cindida em classes, frações de classes e grupos sociais desiguais. Para esse autor, no Brasil se reproduz, por diferentes mecanismos, a escola dual e uma educação profissional e tecnológica restrita para formar o “cidadão produtivo” submisso e adaptado às necessidades do capital e do mercado. Em seu trabalho o autor considera que a educação escolar básica (fundamental e médio), pública, laica, universal, unitária e tecnológica nunca se colocou como uma necessidade para o desenvolvimento. Mais do que isso, nunca se colocou, de fato, até mesmo uma escolaridade e formação técnico-profissional para a maioria dos trabalhadores, a fim de prepará-los para o trabalho complexo que é o que agrega valor e efetiva a competição intercapitalista (FRIGOTTO, 2007;1136).

Frigotto parte do pressuposto que o nosso desenvolvimento está barrado porque temos baixos níveis de escolaridade e os trabalhadores não têm emprego porque não investiram em sua empregabilidade, isto é, no quantum de educação básica e de formação técnico-profissional que os constituam como desejáveis pelo mercado como “cidadãos produtivos” (FRIGOTTO, 2007;1138). O autor entende esse processo advindo da quase universalização do ensino fundamental que se efetiva dentro de uma profunda desigualdade intra e inter regiões e na relação cidade-campo, onde a diferenciação e a dualidade se dão pelo não acesso efetivo e democrático ao conhecimento.

Em seu balanço realizado na esfera da educação, esse autor entende que as opções no plano econômico, social e político reiteram tanto a precariedade de recursos quanto à permanência dos dualismos entre educação geral e específica, humanista e técnica e, portanto, a frágil relação entre educação básica e formação técnico-profissional (FRIGOTTO, 2007; 1142).

Percebemos que a relação entre trabalho e educação, a partir da transição da escola para o mercado de trabalho é um fator de grande importância no processo de inclusão social. No entanto, destacamos que o acesso à educação escolar também não é o único elemento capaz de explicar tantas desigualdades de oportunidades. Afinal, mesmo que o estudante conclua as diversas etapas da escolarização e até faça outros cursos de aperfeiçoamento profissional, não significa que haverá postos de trabalho esperando para que a transição ocorra, como afirma Catani, tanto em países com economias mais desenvolvidas, quanto os países de economias menos desenvolvidas (CATANI, 2008; 58).

Para Catani, as expectativas que o jovem pode ter em relação ao que a sociedade lhe oferece mudaram brutalmente: nas últimas décadas, o jovem permaneceu mais tempo no sistema educativo, vivenciando períodos maiores nos quais se intercalam estudo e diversas formas de inserção parcial no sistema produtivo. Contudo, o aumento do período de escolarização – reduzindo as pressões de ingresso da mão de obra no mercado e permitindo aos jovens se capacitarem mais para tentar obter melhor inserção profissional – é, em geral, ligado a outros segmentos sociais menos fragilizados. Para Catani, com efeito, os estudantes com melhores condições econômicas têm maiores oportunidades de aproveitar as chances abertas pelo mercado de trabalho, já os jovens de famílias de baixa renda tendem a ficar à margem dos setores mais dinâmicos e modernos no sistema produtivo – por isso acabam em grande medida sendo excluídos da possibilidade de vivenciar a própria condição juvenil (CATANI, 2008; 58 /59).

Dessa forma percebemos que o tema da “transição” do jovem entre a escola e o trabalho constitui uma preocupação central, que coloca, entre outros aspectos, a questão da “sobreeducação”, ou seja, o impacto de uma quantidade maior de mão de obra com excesso de escolaridade, que é o caso de países mais desenvolvidos, como a Espanha. Neste caso, os trabalhadores jovens com nível superior, não encontrando emprego em ocupações que exigem tal formação, buscam colocações em postos com menores exigências educacionais, sendo a mão de obra de nível médio empurrada para fora desse segmento do mercado de trabalho, e assim por diante. No geral, o que ocorre é uma

deterioração das oportunidades de trabalho para os jovens, inclusive para aqueles com melhor formação educacional (CATANI, 2008;59). Para Catani:

Apesar de o fenômeno da sobreeducação ser, por vezes uma possível barreira, a possibilidade de inserção no mercado de trabalho tende a ser menos difícil conforme o jovem tem mais anos de escolaridade. Mesmo assim, o desemprego e o subemprego são mais elevados entre os jovens do que entre os adultos. Neste sentido, para compensar os problemas observados na transição entre o término da escolarização formal e a inserção no mercado de trabalho, o Estado, desde os anos 90, vem procurando intensificar políticas públicas capazes de atenuar as dificuldades dos jovens nesse momento delicado. No Brasil, o governo Lula criou uma Secretaria no âmbito do Ministério da Educação para combater o problema de exclusão educacional, reunindo os programas de alfabetização e de escolarização de jovens e jovens adultos. No entanto, o patamar de jovens que não estão no sistema educacional praticamente não se alterou de 2004 a 2008, com mais da metade da população entre 15 e 29 anos sem estudar (CATANI, 2008; 60).

A partir deste ponto percebemos que as organizações governamentais e não governamentais também tem papel de extrema importância nesse processo, pois estas instituições podem, por sua vez, auxiliar na criação e institucionalização de ações e programas inclusivos no mundo do trabalho para a categoria jovem. No entanto, percebemos as limitações dessas organizações pelo fato de não levarem em consideração as reais necessidades e os anseios dos jovens (ou a própria condição juvenil).

Como exemplo podemos citar programas de formação, como o “Pro-jovem”, “Proeja”, “Promed”, “Prouni”, entre outros, que obtiveram impactos positivos no início, mas que foram se diluindo com o tempo. Esses programas nem sempre são satisfatórios pela própria classificação de juventude feita pelas instituições. Em alguns momentos a juventude é compreendida por indivíduos dos 18 até os 29 anos, como no caso do “proeja”, e em outros abrange indivíduos desde os 14 anos, onde as políticas se mesclam com as que seriam voltadas para crianças e adolescentes, tornado mais difusa e complexa a aplicação desses programas e dificultando ainda mais a promoção satisfatória dos mesmos.

Neste sentido, Sposito et al. (2003) identificam 33 programas de âmbito federal focalizados na juventude, constatando que eles não constituem uma totalidade orgânica pelo próprio foco que as instituições dão para o segmento jovem. Em sua análise, pode-

se dizer que existem focos fortes, médios ou de fraca intensidade, distribuídos da seguinte forma: a) o foco dirige-se explicitamente a adolescentes e ou jovens (18 programas ou projetos); b) o foco é difuso entre crianças e adolescentes ou jovens adultos (10 programas); e c) o foco dirige-se à população jovem apenas de modo incidental (5 programas) (SPOSITO, 2003;8).

A partir desta classificação a autora afirma que há uma falta de consenso, no âmbito federal, sobre a definição de políticas específicas e coordenadas para a juventude e que o pouco acúmulo teórico sobre essa categoria se expressa na elaboração de significativo número de programas e projetos que se destinam indistintamente a crianças, adolescentes e jovens. Nesse quadro de heterogeneidade de parâmetros sobre a dimensão etária da juventude, a infância pode se alargar até aos 14 anos de idade e o jovem ser designado como maior de 10 anos (SPOISTO et al., 2003; 8).

Para a OIT o que deve ser tomado como lição é que um programa pode ter sucesso durante um tempo; mas para solucionar o problema de fundo, devem modificar-se as estruturas que o geraram. Deve-se passar da aplicação e execução de programas à formulação de políticas efetivas que enfrentem os problemas de maneira estrutural e permanente (OIT, 2007;44). Para a OIT:

Uma limitação é a ênfase de tais programas na educação, apesar de que em diversas pesquisas de opinião, a preocupação central dos jovens é o emprego (desemprego ou subemprego). Sem deixar de lado a importância da educação como elemento chave para dar forma às trajetórias dos jovens, é óbvio que correspondem às políticas de mercado de trabalho um papel maior que o outorgado até agora. Neste sentido é difícil que iniciativas desligadas de um plano ou de uma política tenham resultados e, usualmente, são descontinuadas. Muitas vezes podem ser dispersas, variadas, heterogêneas e carecer de coesão e de articulação entre si. Este tema é tão importante que poderia se dizer que o problema não é o que fazer –porque as áreas de intervenção estão mais ou menos definidas– mas como pôr em prática iniciativas que sejam verdadeiramente úteis para os jovens. Em alguns casos, além da dispersão de esforços, observa-se duplicidade de atividades realizadas por diferentes entidades, às vezes na mesma área geográfica. É clara a necessidade de estabelecer um marco institucional que elimine as imprecisões, reduza a dispersão e a duplicidade institucional e que regulamente adequadamente as competências dos organismos públicos encarregados de promover as políticas ou ações a favor dos jovens e, em especial, no que diz respeito à educação, formação e trabalho. (OIT, 2007;44-45)

Para a OIT, também nos países mais desenvolvidos, como no caso dos Estados Unidos, não se foge a essa problemática, pois existe “uma visão compartilhada para a juventude” cuja finalidade é articular esforços e construir uma visão e ação comuns a seu respeito. Neste sentido, o problema institucional básico é a existência de iniciativas ou programas que não são capazes de atender à grande quantidade de jovens, com características e necessidades heterogêneas, onde seria preciso articular a oferta de serviços com as demandas juvenis, sendo que a existência dos organismos de juventude pode contribuir com isso (OIT, 2007;46).

Partindo deste contexto, sob a iniciativa do Secretariado Geral das Nações Unidas, em 2005, a Assembléia Geral da ONU fez um chamado para que os diferentes países apresentassem Planos Nacionais de Ação de Emprego de Jovens e relatórios de progresso dos mesmos, requerendo uma institucionalidade adequada para estes programas e considerando que a participação do jovem na construção dos planos seria indispensável para a sua inserção no universo do trabalho. Percebemos aqui a importância do papel das organizações de trabalhadores e empregados, que podem atuar como instituições capazes de promoverem trajetórias juvenis satisfatórias em relação à inserção no trabalho. Neste caso, a participação dos jovens se evidencia como fator de extrema relevância, embora a realidade se encontre diferente, pois a presença de jovens é ainda incipiente nas organizações de trabalhadores, a julgar pelo seu baixo índice de filiação a estes organismos. Para a OIT:

É importante destacar que a nova organização sindical mundial estabeleceu cotas para mulheres e jovens. Os sindicatos estão tentando articular os interesses juvenis no mercado de trabalho naquelas áreas às quais os jovens prestam maior atenção (ecologia, minorias, pacifismo, desenvolvimento de tecnologias, etc., vinculando-se com outros atores e instituições (OIT, 48).

Dessa forma, percebemos que a participação da juventude nas organizações de trabalhadores se torna fundamental para sua inserção, mas, é impossível garantir sua participação no desenvolvimento dos países através apenas de políticas públicas. A contribuição ativa das organizações de empregadores e de trabalhadores é indispensável, mas atingir esse objetivo só será possível se os jovens participarem e se sentirem representados por estas instituições (OIT, 2007;48), que via de regra, se pautam ainda por uma ação adultocêntrica.

Percebemos que a educação (formal, informal, tecnológica, superior, etc.) seria uma das chaves para a compreensão das dificuldades enfrentadas pelos jovens para a inserção no universo do trabalho, mas isso não contemplaria toda configuração atual do desemprego estrutural, já que há outros problemas que se atrelam às modificações da globalização em seu contexto econômico e cultural. Sendo assim, a partir deste ponto, buscamos entender como o processo de globalização afeta as configurações no mundo do trabalho no mundo rural e quais os desafios que se apresentam aos jovens rurais para a sua inclusão laboral no campo multifuncional.

Capítulo 4 - O rural contemporâneo: as condições e possibilidades de trabalho para o jovem na Multifuncionalidade do Campo

4.1 - As Novas funções do Campo

Esse capítulo tem como finalidade discutir as grandes transformações que vem ocorrendo no mundo rural a partir de modificações advindas do processo de modernização do campo e dos processos tecnológicos e a relação deste contexto com o nosso objeto de estudo, o jovem rural. Demonstraremos as configurações do rural contemporâneo e os desafios enfrentados pelos jovens para a conquista de sua autonomia a partir das novas possibilidades oferecidas pela multifuncionalidade do campo.

Nas últimas décadas o mundo rural vem sofrendo alterações principalmente no que diz respeito ao trabalho que, como visto em capítulo anterior, se configura exigindo novas qualificações, apropriações e domínios tecnológicos, tanto nas sociedades economicamente desenvolvidas, quanto nas menos favorecidas de recursos financeiros. Para Pereira (2007) os processos culturais, políticos e econômicos do mundo contemporâneo, como a globalização, desemprego estrutural, migrações nacionais e internacionais, mundialização do capital etc., envolvem tanto os indivíduos da cidade como do campo (PEREIRA, 2007;150).

Partindo deste prisma analítico, Palmeira (2008) entende que a mudança de base técnica de produção e a interação dos setores da produção agropecuária ao complexo agroindustrial fizeram com que muitos cientistas sociais pensassem essas mudanças como um processo de modernização, ainda que enfatizassem os efeitos perversos e seu caráter conservador (PALMEIRA, 2008;193).

Stropasolas (2006) afirma que essa dinâmica é resultado da convergência de diversos fatores e tem a descentralização econômica como um dos principais elementos. Para o autor o desenvolvimento industrial e comercial, bem como a disseminação espacial de serviços, criam condições para que centros comerciais se instalem nos espaços rurais beneficiando-se precisamente de vantagens locais de caráter econômico e social. Neste sentido, a partir da crise do modelo urbano-industrial o rural passa a ser visto de uma forma mais valorizada, ou seja, há uma representação mais positiva do papel ocupado pelo espaço rural na sociedade contemporânea.

Para Wanderley (2000) a diversificação em que se encontra o espaço rural, em cuja paisagem convivem indústrias, serviços, vias de comunicação e distintos tipos de residências ao lado dos estabelecimentos agropecuários, a presença de diversos grupos sociais que se desenvolvem no mesmo podem ser fatores de dinamismo ou uma fonte de conflito. A autora afirma que as transformações mais recentes do rural são resultado de fatores externos e internos, tratando-se dos efeitos das novas relações econômicas e políticas dominantes de um mundo cada vez mais internacionalizado e das formas de funcionamento e regulação da produção agrícola e de valorização do rural. Esses processos mais gerais, segundo a autora, são a globalização da economia, a presença cada vez maior das instâncias internacionais – ou macrorregionais – na regulação da produção e do comércio agrícola, a profunda crise do emprego, que atingiu as sociedades modernas em seus diversos setores, e as transformações pós-fordistas das relações de trabalho e as novas formas de sua regulação.

Carneiro (2002) evidencia dois fatores que contribuem para as novas dinâmicas da ruralidade contemporânea:

Em primeiro, destaca-se a ampliação da modalidade estimulada pela expansão dos meios de comunicação reais (melhorias da rede de estradas rodoviárias e do serviço de transporte coletivo, além das maiores facilidades de acesso ao automóvel) e virtuais (principalmente a TV). A transmissão televisiva no meio rural brasileiro foi ampliada enormemente, recentemente, após a instalação das antenas parabólicas, contribuindo para o estreitamento das relações entre universos culturais e sociais distintos.

Em segundo lugar registra-se a transformação do campo em espaço de lazer ou mesmo de residência principal para integrantes de camadas médias da população urbana, que buscam uma qualidade de vida diferente (e “melhor”) daquela a que estão submetidos na cidade (CARNEIRO, 2002:226).

Neste sentido, Silva (1997) afirma que o rural de hoje só pode ser entendido como um “continuum” do urbano do ponto de vista espacial, e do ponto de vista da organização da atividade econômica, as cidades não podem mais ser identificadas apenas com a atividade industrial, nem os campos apenas com a agricultura e a pecuária. Para o autor pode-se assim dizer que o meio rural brasileiro se urbanizou a partir dos anos 70, com o resultado do processo de industrialização da agricultura de um lado, e do transbordamento do mundo urbano de outro, onde a agricultura – que antes podia ser caracterizada como um setor produtivo relativamente autárquico, com seu

próprio mercado de trabalho e equilíbrio interno - se integrou no restante da economia a ponto de não mais poder ser separada dos setores que lhe fornecem insumos e/ou compram seus produtos. Essa integração termina por se consolidar nos chamados “complexos agro-industriais”, que passaram a responder pela própria dinâmica das atividades agropecuárias aí vinculadas. No entanto o autor afirma que:

Mas isso é apenas suficiente para explicar parte das transformações do mundo rural contemporâneo, em particular aquelas que se coadunavam com o paradigma da industrialização da agricultura, que previam as “fábricas verdes” como protótipo da organização social do trabalho nos campos. (SILVA, 1997; 1-2).

Busch (1981) afirma que as transformações no espaço rural se difundiram principalmente em função da expansão do capital moderno. Para o autor, desde o século XVII, as sociedades como um todo vêm se transformando e inserindo-se cada vez mais ao “sistema mundial moderno” e, dessa forma, a agricultura vem se distanciando cada vez mais dos meios de subsistência de produção para os modos de produção da empresa capitalista, tendo como resultado esperado o aumento do volume de mercadorias agrícolas exportadas. Para o autor, particularmente, desde o final da segunda guerra mundial, a pesquisa agrícola vem se dedicando quase que exclusivamente aos estudos em ciências biológicas e físicas, onde essa trajetória diz respeito ao modelo “difusionista” das inovações. Neste sentido, seu principal aspecto diz respeito ao incentivo dado pelos cientistas e pesquisadores aos fazendeiros na adoção das inovações agrícolas (insumos e tecnologias) tidos como fundamentais para o desenvolvimento rural, onde foram ofuscados os prejuízos causados ao meio ambiente, os aspectos políticos e, principalmente, aspectos ligados ao desenvolvimento social.

Neste sentido Goodman (1990) afirma que a relação existente entre agricultura, indústria e a “biotecnologia” é fundamental para a compreensão do rural contemporâneo e as mudanças nas sociedades rurais. Para o autor, dentro dos limites definidos pelo progresso técnico, elementos do processo de produção foram “apropriados” pela indústria, tais como: a semeadura à mão pela máquina de semear; o cavalo pelo trator; o esterco por produtos químicos sintéticos, modificações estas que o autor denomina de “apropriacionismo”. Assim, diferentes aspectos da produção agrícola foram transformados em setores específicos da atividade industrial através de uma série de apropriações do trabalho rural e dos processos biológicos de produção

(com máquinas, fertilizantes, sementes híbridas, produtos químicos, biotecnologias, etc.), no qual Goodman (1990) evidencia a emergência dos “complexos agroindustriais”, que fornecem insumos e diversificam o processamento e a distribuição dos produtos. Para o autor o crescimento do complexo agroindustrial se dá de forma estrutural e determinado principalmente por inovações tecnológicas, químicas e genéticas; assim, o desenvolvimento da agricultura, com base em apropriações das etapas do processo de produção, leva claramente a uma capitalização das atividades agrícolas.

Para Magno (2011), retomando a obra de Milton Santos, a “técnica”, conjunto de meios instrumentais e sociais mediador das relações sociedade-natureza e também entre os grupos sociais, influencia no espaço e se exerce de duas maneiras e em duas escalas diferentes: a primeira se dá com a ocupação do solo por infra-estruturas modernas (estradas, portos, aeroportos, redes de telecomunicação, etc.- ou seja, pelas formas espaciais que agregam ciência, tecnologia e informação), que ligam a produção local ao comércio mundial, configurando as “*verticalidades*” no espaço e assegurando as trocas comerciais entre diferentes pontos do mundo (o local, o regional, o nacional e o mundial); e a segunda, quando as transformações espaciais impõem novos métodos de produção no território e de existência social, podendo-se dizer, então, que o objeto técnico é apropriado de um modo específico, onde esse espaço é redefinido pelas técnicas e, portanto, não se tratando de uma simples adição das técnicas no espaço, mas do entendimento de um fato que é relacional e influencia o território na configuração de *horizontalidades* territoriais que articulam no local as condições necessárias à produção (SANTOS apud MAGNO, 2011;47).

Para Schneider (2005) as transformações do mundo rural estão marcadas pelo processo de diferenciação entre agricultura e espaço rural, especialmente a partir da década de 1990. Schneider afirma que com o crescimento significativo de pessoas em idade ativa residentes nas áreas rurais e ocupadas em atividades não-agrícolas, além da função de produção de alimentos e matérias prima, o rural constitui-se em um lugar de moradia, lazer, identidade cultural, relação com a natureza, etc; enfim, em um espaço multifuncional (SCHNEIDER, 2005;2). O autor ressalta que as novas formas de organização que surgem, e principalmente as novas configurações do trabalho, pressionam por novos modos de regulação por parte do Estado, e enfatizam a mudança nas sociedades urbanas e no universo rural. Neste sentido, as transformações no mundo rural não podem mais ser vistas apenas sob a ótica econômica ou social e nem do ponto

de vista estrito da produção e/ou do consumo. Para Schneider (2005) se consolidam atores sociais com novas aptidões, competências e qualificações específicas para o trabalho no rural contemporâneo.

Sob este contexto Silva (1997) faz menção ao aparecimento de um novo homem do campo contemporâneo, o part-time farmer, que podemos traduzir como agricultores em “tempo parcial” por combinar atividades agropecuárias com outras atividades não-agrícolas dentro ou fora de seu estabelecimento, tanto nos ramos tradicionais urbano-industriais, como em outras atividades que vem se desenvolvendo no meio rural, (atreladas principalmente ao lazer, ao turismo, conservação da natureza, moradia e prestação de serviços pessoais). Em resumo, o part-time seria um trabalhador autônomo que combina diversas formas de ocupação (assalariadas ou não) sendo esta sua característica nova: uma pluriatividade que combina atividades agrícolas e não-agrícolas (SILVA, 1997; 4).

Neste sentido, esse novo homem rural contemporâneo, estimulado pelo desenvolvimento de novas tecnologias, cria novas formas de organização do trabalho a partir da apropriação, domínio e uso dos benefícios tecnológicos, buscando estabelecer a autonomia e sobrevivência em um espaço cada vez mais urbanizado.

Schneider (2005), em seu estudo, aborda as transformações no mercado de trabalho rural e analisa o aparecimento da então chamada “pluriatividade” em unidades familiares com domicílio no meio rural. O autor afirma que as transformações no mercado de trabalho se refletem em mudanças nas relações sociais no meio rural, sobretudo através do aparecimento das famílias pluriativas, que são aquelas em que ocorre a combinação da ocupação da força de trabalho disponível em atividades agrícolas e não-agrícolas. No caso da unidade de análise, a família, esta é entendida como um grupo social que compartilha um mesmo espaço (não necessariamente uma mesma habitação) e possui em comum a propriedade de um pedaço de terra, no qual esse coletivo está ligado por laços de parentesco e consangüinidade (filiação) entre si, podendo a ele pertencer, eventualmente, outros membros não consangüíneos (adoção). Neste sentido, é no âmbito da família que se discute e se organiza a inserção produtiva, laboral e moral dos seus diferentes membros integrantes, e é em função deste referencial que se estabelecem as estratégias individuais e coletivas. Embora seu objetivo seja a reprodução material, cultural e moral do grupo, não existe um caminho pré-determinado ou estratégias definidas *ex ante*, pois a inserção no mercado de trabalho de atividades não-agrícolas é uma alternativa freqüentemente trilhada pelos membros da família, e

pode não se repetir se esta mesma definição for utilizada para investigar outros contextos sociais e econômicos (SCHNEIDER, 2005;8).

Assim, Schneider (2005) evidencia diferentes formas de alocação do trabalho no interior da propriedade combinando a agricultura com outros tipos de atividades, permitindo a compreensão da pluriatividade em função de seus sistemas produtivos e o do contexto social e econômico, além de permitir analisar a composição demográfica da família, bem como os efeitos diferenciados que decorrem da inserção do homem ou da mulher em atividades não-agrícolas. Para o autor:

Acredita-se que os estudos recentes realizados no Brasil sobre as atividades não agrícolas acabam associando equivocadamente as alterações que estão ocorrendo nos mercados de trabalho com os processos microsociais que transcorrem a partir das decisões e estratégias dos indivíduos e suas famílias. É preciso considerar que a ampliação das atividades não-agrícolas que está ocorrendo com virtuosidade nos espaços rurais brasileiros pode não implicar em um aumento proporcional de famílias pluriativas. Mesmo que a pluriatividade seja dependente da possibilidade de combinação das atividades agrícolas com as não-agrícolas em um determinado contexto social e econômico, é preciso notar que a manutenção das múltiplas inserções ocupacionais depende de um conjunto de variáveis e fatores relacionados à dinâmica das famílias e dos indivíduos que as compõem. Ao não considerar este aspecto fundamental, muitos analistas acabam afirmando que a pluriatividade é uma característica transitória e efêmera com tendência ao desaparecimento (SCHNEIDER, 2005;11).

Neste sentido percebemos que a partir da noção de “pluriatividade”, ou “espaço multifuncional”, a atividade não agrícola passa a se destacar no mundo rural. Um dos primeiros trabalhos realizados sobre as mudanças nas formas de trabalho no meio rural, o “Projeto RURBANO, IE/UNICAMP - Setembro/2000”, que abordava a dinâmica ocupacional do mercado de trabalho rural de São Paulo, um dos estados brasileiros em que a modernização agrícola foi intensa, as pesquisas do grupo demonstraram entre outros resultados que, no período de 1981 a 1999, a população rural brasileira de mais de 10 anos de idade começou a mostrar uma lenta diminuição, sendo que no período 1992-1999 registrou-se inclusive um pequeno aumento de 0,9%. (SCHNEIDER, 2005;9). Este comportamento revela um fato novo, pois desde a década de 1960 os indicadores da dinâmica demográfica da população rural brasileira apontavam, invariavelmente, para sua redução década após década. Neste sentido, Schneider (2005) analisa dados do IBGE apurados pelas PNADs, evidenciando que desde a década de

1980 a PEA rural brasileira obteve aumento absoluto, passando para 14,8 milhões de pessoas, como pode ser observado na tabela 1 abaixo:

Tabela 2: Brasil. População total, urbana e rural, com 10 anos ou mais, ocupada e não ocupada, segundo o local de domicílio e o setor de atividade, 1981-1999 (1000 pessoas).

		1981	1997	Tx Crescimento (% a.a) até 1992-1999 ^a
Pop. Total		88.902,9	130.096,7	2,0***
Pop. Urbana		64.669,1	104.693,5	2,3***
Pop. Rural		24.233	25.402,2	0,9***
PEA Rural Ocupada		13.795,7	14.850,5	-0,2
PEA Pop. Rural Ocupado	Agrícola	10.735,9	10.230,5	-1,7***
	Não Agrícola	3.060,8	4.620,0	3,7***
PEA Pop. Rural não ocupado	Desempregados	139,4	594,6	10,8***
	Aposentados	1.240,0	2.235,8	5,7***
	Outros	9.057,8	7.271,3	1,4***

^a Estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Teste t indica a existência ou não de tendência.
(***), (**) e (*) indicam valores significativos ao nível de 5, 10 e 20%, respectivamente.

Fonte: Elaborado a partir de Schneider (2005;9)

Observando essas grandes transformações do rural contemporâneo Carneiro (2002) entende o “espaço multifuncional” abordado por Schneider (2005) no sentido da “multifuncionalidade do campo”, que, para a autora, possibilita perceber a agricultura no contexto das práticas sociais, culturais e econômicas diversificadas. Dessa forma, essa abordagem leva para o debate técnico-político a noção da reprodução social, definida não apenas pela satisfação das necessidades econômicas como também pelas demandas culturais e sociais, que para a autora são extremamente importantes para o entendimento do processo de transformação em curso. Resulta daí um olhar que não reduz o agricultor a um mero *homo economicus*, movido exclusivamente pela sobrevivência e pela produção, mas que o vê como um ser social de múltipla inserção, sujeito a desejos e orientado por valores que não são reduzidos à lógica econômica – risco que incorrem os que observam a agricultura familiar somente da perspectiva da produção (CARNEIRO, 1999 apud CARNEIRO, 2002;233). Para a autora essa nova visão integra a agricultura a projetos de desenvolvimento local, respeitando a diversidade das realidades locais e questionando, assim, a exclusividade do modelo produtivista. Neste sentido, como apontado por Carneiro, para podermos entender as

implicações dos processos tecnológicos e as formas de inserção e reprodução social no rural contemporâneo, as questões culturais são fundamentais para verificarmos as possibilidades de trabalho e inclusão social vivenciada pelas sociedades rurais.

Carneiro (2002) afirma que a nova forma de organização e gestão do trabalho no campo e a relação desta com as grandes transformações das sociedades globalizadas só tomam sentido na atualidade em consequência da política de modernização agrícola. Neste sentido, tanto a noção de pluriatividade como a de multifuncionalidade do campo, recuperam uma característica da agricultura camponesa: a agricultura como modo de vida (integrada ao conjunto da sociedade e ancorada em um território) e não como uma profissão como qualquer outra. A autora enfatiza que as transformações provocadas pela intensificação das trocas do rural com o urbano não implicam a descaracterização de um sistema social e cultural rural. Mudanças de hábitos, na maneira de trabalhar e mesmo na percepção de mundo sobrevivem, de maneira irregular e diversificada, seguindo os interesses e a posição dos atores sociais, não resultando na ruptura decisiva entre os espaços rural e urbano. Sendo assim, a noção de multifuncionalidade é operacional e pode ser entendida como um instrumento metodológico. Sua maior contribuição está, portanto, na possibilidade de perceber o rural na sua relação com as outras esferas do social.

Direcionar a atenção para o que se nomeou de “funções não diretamente produtivas da agricultura”, promovendo um recorte analítico, favorece uma percepção holística (e não setorial) da sociedade rural que até então estava à margem das análises econômicas e das lentes dos formuladores de políticas públicas (CARNEIRO, 2002:236). Neste sentido, a autora conclui que dentro dessa lógica é mais adequado reorientarmos o debate das transformações do mundo rural para o foco da multifuncionalidade do território, incluindo, assim, as diferentes categorias sociais que são engendradas pelas novas dinâmicas econômicas e sociais das ruralidades contemporâneas, pois, a agricultura, nesse caso, não deve ser encarada como o foco central da multifuncionalidade, mas como uma atividade que se articula às demais no esforço de conservar o meio ambiente e de manter o tecido social.

A partir desta problematização, Carneiro (2012) elucida formas de captar a extensão dos significados culturais atribuídos ao rural, comumente reconhecidos sob a moldura das dualidades entre campo e cidade, urbano e rural, ou global e local, tão frequentemente evocados para distinguir a realidade contemporânea. A autora parte do pressuposto de que este contexto não implica necessariamente a supressão das

identidades locais e, portanto, não pode ser traduzido como um processo inexorável de “urbanização”. Logo, não estaríamos observando uma “descaracterização” das localidades rurais, mas sua reestruturação a partir da incorporação de novos atores sociais e os sistemas culturais aos quais eles estão referidos. Desta forma, para a autora, em se tratando de localidades centradas em atividades agrícolas, as análises contemplam também as práticas pluriativas como sendo uma das alternativas que integram as estratégias familiares e que assumem significados distintos, podendo tanto viabilizar a produção agrícola e a identidade ameaçada de agricultor, como apontar para caminhos alternativos de sustentabilidade econômica, social e ambiental, não pautados exclusivamente na produção agrícola, mas que oferecem saídas para a miséria da população e para o êxodo rural.

Se tomarmos a noção da multifuncionalidade do campo como uma das principais características das transformações recentes do rural, podemos assinalar o aparecimento de uma série de novas atividades no espaço rural e o “emprego qualificado”, com o surgimento de algumas profissões ou atividades de conteúdo tipicamente urbano, tais como: a contratação de serviços externos (aluguel de máquinas, assistência técnica, etc.); a especialização produtiva crescente, permitindo o aparecimento de novos produtos e de mercados secundários, como por exemplo, de animais jovens, mudas e insumos; a produção de tortas, bolos, doces, compotas, etc.; roupas, bijuterias e serviços domésticos; a formação de redes vinculando fornecedores de insumos, prestadores de serviços; o turismo e hotéis fazenda, com necessidades de secretários, auxiliares administrativos, gerentes; a agroindústria; a empresa e os complexos industriais; as cooperativas e empresas de distribuição comercial; motoristas, mecânicos, professores, engenheiros, digitadores e profissionais liberais, etc.

Neste sentido, a melhoria de infra-estrutura, lazer e a facilidade de comunicação possibilitadas pela “modernização do campo”, atrelada ao avanço tecnológico, é capaz de promover maior acesso aos bens públicos, como a previdência, saneamento básico, assistência médica e educação como a melhoria substancial na qualidade de vida para as populações que moram na zona rural. É nesta configuração de um rural mais urbanizado que se encontra a “juventude rural” em suas diferentes formas e representações, destacando-se que se o espaço rural vem apresentando novas possibilidades de trabalho para os jovens e demandando dos mesmos novas aptidões, apropriações, domínios e qualificações específicas em função destes novos postos de trabalho.

4.2 - Juventude Rural e Trabalho

Weisheimer (2005), analisando dados do IBGE de 2000, evidencia que dos 34.081.330 jovens com 14 a 24 anos de idade no Brasil, apenas 18% deles residem no meio rural, e de 1991 a 2000 houve redução de 26% da população jovem rural. O autor fez um mapeamento das pesquisas sobre juventude rural no Brasil e elencou um total de 50 trabalhos realizados por 36 pesquisadores brasileiros, divididos nos seguintes temas: 1) Juventude e educação rural; 2) Juventude, identidades e ação coletiva; 3) Juventude rural e inserção no trabalho; e 4) Juventude e reprodução social na agricultura. Para o autor, os diferentes trabalhos apontam no sentido da necessidade de desenvolvimento de políticas públicas específicas para os jovens rurais que tenham os jovens enquanto “protagonistas das novas dinâmicas do processo de desenvolvimento rural agrário, ambientalmente sustentável e socialmente justo” (WEISHEIMER, 2005;29).

O autor destaca que um dos principais problemas advém da ausência da participação dos jovens nos espaços de formulação e decisões políticas para a juventude e também devido à heterogeneidade dos jovens, o que dificulta se estabelecer um conceito unívoco para este segmento social e a formulação de políticas específicas para o público jovem. Neste sentido, de acordo Pais (2003), a sociologia da juventude tem classificado a juventude dentro de duas tendências:

numa delas, a juventude é tomada como um conjunto social cujo principal atributo é o de ser constituído por indivíduos pertencentes a uma dada fase da vida, prevalecendo a busca dos aspectos mais uniformes e homogêneos que caracterizariam essa fase da vida — aspectos que fariam parte de uma cultura juvenil, específica, portanto, de um geração definida em termos etários (PAIS, 2003;29).

Noutra tendência, contudo, a juventude é tomada como um conjunto social necessariamente diversificado, perfilando-se diferentes culturas juvenis, em função de diferentes pertenças de classe, diferentes situações econômicas, diferentes parcelas de poder, diferentes interesses, diferentes oportunidades ocupacionais, etc. Neste outro sentido, seria, de fato, um abuso de linguagem subsumir sob o mesmo conceito de juventude universos sociais que não têm entre si praticamente nada de comum (PAIS, 2003;29).

Para Pais (2003) é possível analisar a juventude através dos diferentes sentidos que o termo tem tomado e às manifestações de sentido contrário que entre os jovens é possível encontrar – nos seus comportamentos cotidianos, nos seus modos de pensar e

agir, nas suas perspectivas em relação ao futuro, nas suas representações e identidades sociais (PAIS, 2003; 30). O autor afirma que tentar uma aproximação científico-analítico ao mundo da juventude exige, nesta ordem de ideias, uma radical vigilância epistemológica que nos obriga partir do pressuposto metodológico de que, em certo sentido, a juventude não é, com efeito, socialmente homogênea. Na verdade, a juventude aparece socialmente dividida em função dos seus interesses, das suas origens sociais, das suas perspectivas e aspirações (PAIS, 2003;42).

Já Bourdieu (1983), em seu texto “A juventude é apenas uma palavra”, entende que para se classificar a juventude deve-se pensar para além da idade do jovem, pois para o autor a idade é um dado biológico socialmente manipulado e manipulável, e que o fato de falar dos jovens como se fossem uma unidade social, um grupo constituído, dotado de interesses comuns, e relacionar estes interesses a uma idade definida biologicamente já constitui uma manipulação evidente, sendo necessário analisar neste caso “as juventudes” (BOURDIEU, 1983;121).

Também dentro deste debate Foracchi (1972) coloca que há na juventude um significado que a transcende. Ela se afirma como uma etapa de arrogante sacrifício, sendo a resposta da própria sociedade à incapacidade adulta de construir uma vida mais plena e mais rica. A simples possibilidade que a sociedade moderna lhes assegura de poderem escolher o tipo de adulto no qual irão se converter é um desafio complexo, penoso para ser enfrentado com desenvoltura e sem sofrimento (FORACCHI, 1972:33).

Para Castro (2009), por estar permeado por definições genéricas, associado a problemas e expectativas, a categoria tende a ser constantemente substantivada, adjetivada, sem auto percepção e de difícil formação identitária. A autora afirma que ao acionar a juventude como forma de definir uma determinada população, um movimento social ou cultural, ao usar a palavra jovem para definir alguém ou para se autodefinir, estamos, também, acionando formas de classificação que implicam relações entre pessoas, classes sociais, relações familiares, relações de poder, etc. (CASTRO, 2009:189). A autora afirma que:

Juventude/jovem está marcada por relações de hierarquia social. Juventude definida, seja como “revolucionária/transformadora”, seja como “problema”, é, muitas vezes, tratada a partir de um olhar que define hierarquicamente o papel social de determinados indivíduos e mesmo organizações coletivas. A análise dessa categoria permite percebermos como os processos

de construção de categorias sociais configuram e reforçam relações de hierarquia social” (CASTRO, 2009;195).

Sendo assim, para Castro (2009) as identidades dos jovens estão permeadas tanto pela circulação dos jovens entre campo e cidade, como pelas relações de autoridade e hierarquia, tanto na família quanto nas esferas coletivas e de organização de comunidades rurais.

Neste sentido, partido deste arcabouço teórico e conceitual sobre “juventudes”, Carneiro (2005) afirma que uma das dificuldades de se caracterizar a “juventude rural” ocorre na forma de se estabelecer o que é rural frente às novas possibilidades de interação campo-cidade que se apresentam na sociedade contemporânea. Em sua abordagem a autora faz um estudo sobre juventude e “novas mentalidades” no “cenário rural”, evidenciando que o aumento da comunicação campo-cidade, em primeiro plano, coloca como desafio entender os valores e novos anseios da juventude rural diante não apenas da atração que a cidade e seus bens materiais e imateriais exercem sobre ela, como também na direção oposta, frente à revalorização do meio rural por diferentes segmentos da população urbana. A autora parte da premissa que esse contexto tem provocado mudanças nos projetos juvenis e na maneira como os jovens percebem a si próprios e aos outros (CARNEIRO, 2007:53).

Dentro deste debate, Freire et al (2007), em seu estudo intitulado “Juventude na Amazônia Paraense: identidade e cotidiano de jovens assentados da reforma agrária”, entendem que constituir a juventude do campo como objeto de estudo implica uma mirada sobre uma realidade multifacetada e multidimensional, num cenário de clivagens econômicas, políticas sociais e culturais (FREIRE, 2007;218). Freire et al afirmam que:

A heterogeneidade da vida cotidiana e dos projetos de vida dos jovens no Brasil de hoje impede que a juventude seja pensada como categoria unívoca, particularmente no caso da juventude do campo, considerando-se o contexto da agricultura familiar e dos processos econômicos que transformam o rural num espaço cada vez mais heterogêneo, diversificado e não exclusivamente agrícola (FREIRE, 2007;235).

É neste sentido de diversidade de elementos utilizados para compor tal identidade que Weisheimer (2005) mostra que o conceito de juventude e juventude rural podem ser apresentados a partir de cinco abordagens, em alguns momentos detendo-se a uma modalidade específica, em outros combinando-as em diferentes conjecturas.

Em sua primeira abordagem Weisheimer (2005) entende como fator predominante a faixa etária. Para isso fundamenta-se em indicadores demográficos, critérios normativos ou padrões estabelecidos por organismos internacionais. Para Weisheimer (2005) este conceito se embasa numa compreensão limitada ao parâmetro biológico, não abrangendo as dimensões histórico-culturais do “ser jovem”.

A segunda abordagem faz referência ao período de transição ou o ciclo de vida. Nesta perspectiva Weisheimer (2005) coloca que a juventude pode ser entendida sob o ponto de vista de um “período transitório”, de preparação para o mercado de trabalho, tendo início com o aparecimento da puberdade. Neste sentido, a juventude acaba sendo pensada a partir do ponto de vista de um período passageiro, transitório, preparatório (WEISHEIMER, 2005). A terceira traz um enfoque geracional, na qual o autor centraliza as discussões com o foco nas gerações, ou seja, os ritmos de mudanças sociais possibilitam novos valores e ideais que são incorporados mais facilmente pelos jovens por não estarem completamente enredados no status quo (WEISHEIMER, 2005).

A quarta abordagem diz respeito à juventude como cultura ou modo de vida, que enfatiza-a como uma forma de expressão da cultura de massa. Nesse sentido a juventude está intimamente ligada à sociedade de consumo.

E por último, o autor analisa a juventude sob a ótica das representações sociais, e, nesta perspectiva, o termo juventude refere-se a um conjunto de relações sociais específicas, é a atribuição que se estabelece sobre quem é ou não pertencente a determinado grupo – no caso, de quem é ou não jovem para uma certa cultura/sociedade (WEISHEIMER, 2005).

Sendo assim, torna-se evidente a grande diversidade de abordagens do termo juventude, e juventude rural, e a sua relação frente ao contexto em que esta está inserida. O que se percebe é a aplicação do conceito em diversas áreas do conhecimento sob diferentes perspectivas, principalmente no campo da sociologia e da antropologia.

Weisheimer (2005) evidencia uma série de formas diferentes para denominar os “os jovens do meio rural”, o que reflete a diversidade de identidades juvenis, tais como: alunos rurais, jovens, jovens agricultores, jovens do campo, jovens do interior, jovens do sertão, jovens empreendedores rurais, jovens empresários rurais, jovens filhos de agricultores, jovens rurais ribeirinhos, jovens sem-terra, juventude em assentamento rural, juventude escolar rural e juventude rural. Percebemos que os estudos que tratam desta categoria, em sua maioria, visam compreender e explicar as estruturas da

sociedade através da formulação de conceitos e teorias a fim de manter ou alterar as relações classificatórias e de poder nelas existentes. A partir dos objetivos deste trabalho a abordagem do termo juventude rural será no campo da antropologia e das representações sociais considerando as diferentes possibilidades de modos de vida desse jovem rural no que diz respeito ao trabalho.

Dentro deste debate percebemos que a juventude rural estaria supostamente invisível aos olhos da sociedade, pois muitos estudos mostram a precariedade que se associa as sociedades rurais, e, sendo mais específico, a saída ou permanência do jovem rural em busca de novas formas de trabalho, tanto na agricultura com em outros setores de trabalho no rural multifuncional. Neste sentido, para Castro et al. (2009), um dos fatores associados a “saída dos jovens do campo” é a imagem de desinteresse e do distanciamento do meio rural do urbano, no qual a autora elucida a diversidade de situações sociais que hoje se apresentam no cenário da “pequena produção familiar e trabalhadora rural brasileira”, identificando fatores que levam os jovens a “lutar” para ficar no meio rural e que colaboram para que haja movimentos de juventude. Para a autora a juventude rural é constantemente associada ao problema da migração do campo para a cidade, contudo, “ficar” ou “sair” do meio rural envolve múltiplas dimensões, mediante as quais a categoria jovem é construída, e seus significados disputados. Neste sentido, a autora elenca alguns estudos no Brasil e em outros países que apontam para a tendência da saída de jovens do campo rumo às cidades principalmente em busca de acesso à escola e trabalho ou pelo estilo de vida urbana.

Para Rosas (2007), sob este contexto cabe ressaltar que além das condições precárias do trabalho no campo (informalidade e inseguranças– beirando a invisibilidade cívica -, e acesso a terra dificultado), políticas públicas que levam em conta as peculiaridades de distintos grupos e comunidades, etárias e laborais, são importantes para fomentar ações concretas que dignifiquem a vida no campo.

Brumer (2007), analisando os problemas mais frequentes evidenciados nos estudos sobre juventude rural no contexto da agricultura familiar, afirma que os principais motivos dos jovens quanto à sua decisão de sair do campo se relacionam principalmente às representações negativas que eles têm sobre a atividade agrícola, criadas em virtude de baixos rendimentos, dificuldades de acesso a terra, dureza do trabalho e das condições de vida e falta de autonomia.

Para Wanderley (2007) o desinteresse do trabalho no campo se relaciona a estrutura de distribuição da terra, responsável pelo bloqueio à reprodução social dos

pequenos agricultores à medida em que são impostas profundas restrições à capacidade produtiva do estabelecimento rural e que inibem as possibilidades de trabalho. Estudando jovens rurais pernambucanos, a autora elenca uma série de dificuldades, tais como: o isolamento das comunidades rurais e suas consequências; a dificuldade de se estabelecerem negociações entre as comunidades rurais e o poder público para assegurar a implantação local de políticas públicas; a falta de alternativas profissionais que garantam oportunidades de emprego e renda na agricultura ou em outros setores do trabalho; terra insuficiente; a penosidade do trabalho no campo e a falta de estímulos para a produção. Nestas circunstâncias Wanderley (2007) afirma que estas demandas, claras e fortes, significam:

para uns, poder permanecer no meio rural e encontrar no espaço local um campo de realização pessoal e profissional na própria atividade agrícola ou fora dela; para outros, ter acesso aos meios que permitam a realização de um outro projeto de vida no local ou fora dele – ser médico, advogado, bailarina, jornalista etc. Para todos, o desejo de vencer o isolamento, integrando, efetivamente, o meio rural à sociedade brasileira, para o acesso à educação, é a principal demanda (WANDERLEY, 2007;33).

Percebemos que a família também influencia na visão de mundo dos jovens rurais uma vez que ela não transmite apenas bens materiais, como também concepções de trabalho, código moral e uma ideia sobre o futuro. Para Malagodi (2007), neste contexto, ficar e sair são estratégias complementares e pautadas por condições objetivas das famílias de agricultores familiares pelos significados que estas alternativas oferecem aos jovens na montagem de seus projetos de vida. O autor afirma que ficar e sair são opções que escondem, de um lado, valores que se formam na mente dos jovens a partir das condições que dispõem suas respectivas famílias, ao mesmo tempo em que representam alternativas do exercício de trabalho nos espaços rurais ou fora deles. São, portanto, as condições objetivas e subjetivas que formam as concepções dos jovens rurais e dão a eles os elementos para elaborarem seus planos de ações e orientar suas trajetórias e seus projetos de vida, porém as estruturas objetivas não provocam os mesmos efeitos sobre todos, pois é preciso considerar como exemplo as representações e significados dessa saída que podem variar de acordo com as diferenças de sexo, escolaridade, idade etc., permitindo a visualização de situações concretas bem distintas, como: há os que partem e os que ficam, há os que voltam e os que não voltam (MALAGODI, 2007;198-199).

Para Carneiro (2005), geralmente as pesquisas referem-se ao jovem rural apenas na condição de membro da equipe do trabalho familiar, seja como aprendiz de agricultor nos processos de socialização e de divisão social do trabalho no interior da unidade familiar, seja como trabalhador fora do estabelecimento familiar complementando a renda da família com seus salários precários, sem levar em consideração os assuntos que mais interessam aos jovens rurais: educação, trabalho, cultura e lazer. Neste sentido, a autora afirma que a associação entre estudo e emprego é generalizada no meio rural, sendo encarada como a condição necessária para, no falar de um jovem, “ser alguém na vida”, e, que, apesar das dificuldades para a autonomia no trabalho, vistas as condições a que são submetidos, a avaliação que os jovens fazem do futuro próximo, em alguns casos, é otimista. Neste sentido Carneiro (2005) afirma que:

A precariedade do vínculo de trabalho dos jovens rurais associada ao ideal de um futuro melhor pode indicar que a relação atual do trabalho é considerada provisória, daí se submeterem com maior “neutralidade” às baixas remunerações e à ausência de um contrato formal enquanto ainda não consideram concluída a fase de formação profissional e a chegada do momento de entrada no “mundo adulto”. Observou-se em outras pesquisas qualitativas que essas condições são próprias da fase inicial de ingresso no mercado de trabalho, ou seja, quando o rapaz começa a sentir a necessidade de uma renda própria para cobrir suas despesas individuais (com roupas, festas e aquisição de bens de consumo que atribuem status) ou para ajudar a família. Isso ocorre normalmente entre os jovens de 15 a 18 anos, quando estão terminando o ensino fundamental ou cursando o ensino médio, e, em geral, antecede o momento de partida para a cidade, onde esperam, idealmente, adquirir uma especialização profissional, ou seja, um contrato de trabalho formal (CARNEIRO, 2005;253).

Carneiro (2005) afirma que além da reconhecida heterogeneidade das maneiras de viver e dos valores da juventude em seus diferentes contextos, rural ou urbano, no que se refere à juventude rural há a necessidade de ampliar seus espaços de inclusão social em relação tanto ao mercado de trabalho como nas opções de lazer e educação, que são condições necessárias para a permanência dessa juventude em seus universos sociais de origem.

Sendo assim, para se compreender os resultados das transformações do rural, os aspectos culturais são extremamente importantes para entendermos os reais desafios enfrentados pelos jovens para a conquista de sua autonomia (inserção no universo do trabalho) e para a realização de seus projetos de vida. Para Wanderley (2007) para esta

compreensão deve-se considerar uma dinâmica espacial, relacionando a família, a comunidade local e a cidade. Para a autora essa análise leva em consideração mais do que espaços distintos e superpostos; trata-se essencialmente dos espaços de vida que se entrelaçam e que dão conteúdo à experiência dos jovens rurais e à sua inserção na sociedade. Para Wanderley (2007):

nestes espaços, a vida cotidiana e as perspectivas para o futuro são imbuídas de uma dinâmica temporal: o passado das tradições familiares – que inspira as práticas e as estratégias do presente e do encaminhamento do futuro; o presente da vida cotidiana – centrado na educação, no trabalho e na sociabilidade local; e o futuro - que se expressa, especialmente, através das escolhas profissionais, das estratégias matrimoniais e de constituição patrimonial, das práticas de herança e sucessão, das estratégias de migração temporária ou definitiva. Estas dinâmicas se interligam e, através delas, emerge um ator social multifacetário, que pode ser portador, ao mesmo tempo e paradoxalmente, de um ideal de ruptura e de continuidade do mundo rural (WANDERLEY, 2007: 23-24).

Sendo assim, torna-se evidente que o jovem rural encontra-se em um contexto onde a multifuncionalidade do campo, juntamente com as dinâmicas das sociedades globalizadas, é que criam novas possibilidades de trabalho. Entretanto, são demandadas aptidões para estas novas atividades que emergem no rural multifuncional e que até então eram tidas como de exclusividade urbana, com necessidades de capacitação profissional, domínio e apropriação tecnológica, passando estas exigências a terem papel fundamental para que as aspirações dos jovens que vivem sob este contexto possam se concretizar e possibilitar sua autonomia.

Percebemos que para a inserção do jovem em determinados setores do trabalho no rural multifuncional, que no caso específico deste trabalho advém principalmente da presença da atividade industrial no campo (o surgimento de um complexo siderúrgico), que oferece um rol de possibilidades para a inserção laboral dos jovens, há exigência, dependendo do posto, de qualificações específicas como ensino médio, diplomas de cursos profissionalizantes, técnico ou até mesmo de nível superior.

Assim, a partir das assimetrias de um mundo cada vez mais “globalizado” e do contexto da “multifuncionalidade do campo”, buscamos analisar a juventude rural identificando as dificuldades vivenciadas pelos jovens entrevistados para a inserção nesse novo universo de trabalho. Entendemos que a multifuncionalidade do rural pode trazer novos atrativos e possibilidades aos projetos de vida juvenis, ampliando as

perspectivas de futuro e influenciando na decisão de “ficar”, mas, no entanto, essa estratégia ainda pode estar cheia de obstáculos.

Capítulo 5 – Universo Empírico

5.1 - Jeceaba – Primeiras Histórias

“Jeceaba” surgiu em 1910 quando chegaram populações de portugueses, italianos e espanhóis para trabalharem na construção do Ramal Paraopeba da Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB) em Camapuã, como era chamado o município antes de sua emancipação. Muitos destes empregados permaneceram em Camapuã e constituíram ali suas famílias. Naquela época a localidade se constituía por um povoado com poucas casas e pertencendo ao município de João Ribeiro, atual Entre Rios de Minas.

A construção da Estrada de Ferro Central do Brasil foi iniciada no ano de 1855. A história de sua construção encontra-se bastante dispersa devido a longos períodos de mudanças políticas ocorridas durante sua construção. Naquela época os representantes do poder propunham construir uma estrada de ferro que alcançasse São Paulo e Minas Gerais e que atendesse a regiões industrializadas do Vale do Paraíba – dentre as quais a Companhia Siderúrgica Nacional - CSN, em Volta Redonda, e a do minério, em Paraopeba - e outras cidades com atividade comercial e industrial em desenvolvimento, tais como: Juiz de Fora, Taubaté, São José dos Campos, Mogi das Cruzes e outras, cujo intercâmbio de mercadorias contribuiu com 40% da produção mineral e 53% da produção agrícola na economia brasileira da época, detendo 69% da mão de obra industrial (CHRISTOFFER, 2008).

Durante a construção do Ramal Paraopeba na Estrada Real o movimento era grande tanto em sua linha principal como nas linhas auxiliares, com a estrada apresentando-se como a maior e mais importante via de transporte ferroviário dentre todas as linhas na esfera nacional. A Estrada de Ferro Central do Brasil como um todo começou a inoperar desde a criação da Rede Ferroviária Federal, a partir da promulgação da Lei n.º 3.115 de 16 de Março de 1957, com a linha perdendo sua identidade, sendo erradicada, segmentada ou passando a fazer parte de outros sistemas (CHRISTOFFER, 2008). Nos dias de hoje esta se encontra quase que totalmente inoperante. Em Jeceaba há ligação com Conselheiro Lafaiete.

O que a Estrada deixou de história, além de memórias para a população, foram os trabalhadores, que se fixaram em território “Camapuense” e juntamente com a população local iniciaram o processo de emancipação do povoado, primeiro com a

determinação do Decreto estadual nº 058 de 31 de dezembro para a mudança do nome de Camapuã para Jeceaba (Yi-ecê-aba), nome de origem indígena e que significa "confluência de rios", "a junção de rios" ou "a reunião das águas" (CHRISTOFFER, 2008). Em 31 de agosto de 1953 Jeceaba passou para a categoria de município deixando então de ser distrito de Entre Rios de Minas.

Jeceaba possui clima tropical com temperatura média anual de 19,4,°C, tendo limite geográfico com as cidades de Belo Vale, Piedade dos Gerais, Entre Rios de Minas, Desterro de Entre Rios de Minas, São Brás do Suaçuí e Congonhas, fazendo parte da mesorregião do Alto Paraopeba na Bacia do Rio Paraopeba (Figuras 1 e 2), sendo banhada pelos Rios Camapuã e Paraopeba. A rodovia de acesso a Jeceaba é a BR 040, que liga a capital mineira a Jeceaba passando por Moeda, Belo Vale, Congonhas, passando pela BR 383 em Joaquim Murtinho, percorrendo 20 Km até São Brás do Suaçuí e mais 13 Km de rodovia até Jeceaba (Figura 2).

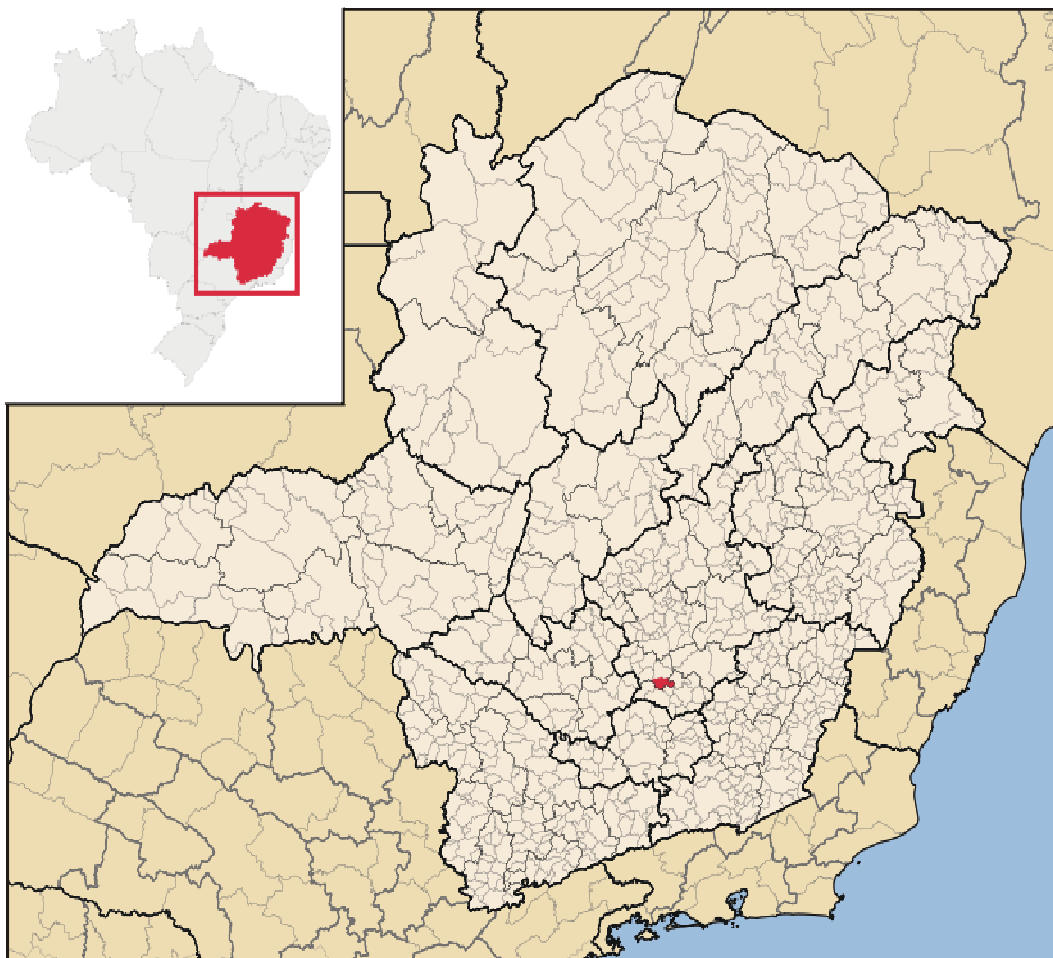


Figura 1: Brasil, Minas Gerais e Jeceaba.

Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:MinasGerais_Municip_Jeceaba.svg



Figura 2: Minas Gerais, Região do Alto Paraopeba, Meso-regiões e Rodovias.

Fonte: http://www.altoparaopeba.mg.gov.br/mat_vis.aspx?cd=6505

Há na região predominância principal dos biomas Cerrado e Mata Atlântica (Floresta Estacional Semidecidual) com solos mais arenosos. A cidade possui problemas de saneamento básico no que diz respeito ao tratamento de esgoto e a coleta seletiva (lixo). Os problemas mais gerais estão ligados principalmente à poluição (água e ar) embora alguns moradores reclamem sobre a poluição sonora causada pela atividade industrial recente.

Jeceaba possui pontos turísticos famosos, como exemplo a Estrada Real, o Mosteiro de Bituri, o Mirante Cruzeiro e algumas cachoeiras, sendo as mais famosas a Cachoeira de Santa Cruz, Cachoeira de São Mateus e a Cachoeira da Tandalia. A cidade tem predominância católica, e, por muito tempo, além da festa da Padroeira da cidade (Nossa Senhora da Conceição), a população também celebra a Festa do Rosário, organizada pelos grupos de Congado da região. Atualmente a cidade também celebra os Festejos de São Sebastião, a Semana Santa e Corpus Christis.

Segundo o censo do IBGE de 2010 a população de Jeceaba é de 5.396 habitantes, com 53,66% da população urbana e 46,34% rural, e, devido a este aspecto, a cidade é classificada como “tipicamente rural”. A área do município corresponde a 236

km² representando 0.0402% da área total do estado. A partir de dados do PNUD (2000), o índice de desenvolvimento humano (IDH) é de 0.732. A cidade é considerada como dentro da microrregião metropolitana de Belo Horizonte, ficando a 120 km de distância da capital, com altitude máxima de 850m.

As tabelas 1, 2 e 3 mostram a distribuição da população por localização da residência (rural e urbano), sexo e idade.

Tabela 3: População residente por situação do domicílio e localização da área segundo o sexo.

	População Total	População Urbana (Cidade ou Vila área Urbanizada)	População Urbana (Cidade ou Vila área não Urbanizada)	População Rural (Área Rural Exceto Aglomerado)
Jeceaba	5.395	1.987	1.001	2.407
Homens	2.723	973	514	1.236
Mulheres	2.672	1.014	487	1.171

Tabela 4: Distribuição da população Masculina segundo os grupos de idade de Jeceaba (MG) – Rurais e Urbanos

Idade	Número de Homens
Acima de 90 anos	9
80 a 89 anos	25
70 a 79 anos	119
60 a 69 anos	193
50 a 59 anos	322
40 a 49 anos	433
30 a 39 anos	397
20 a 29 anos	438
10 a 19 anos	468
0 a 9 anos	319
Total	2.723

Tabela 5: Distribuição da população Feminina segundo os grupos de idade Jeceaba (MG) – Rurais e Urbanos

Idade	Número de Mulheres
Acima de 90 anos	9
80 a 89 anos	50
70 a 79 anos	151
60 a 69 anos	211
50 a 59 anos	322
40 a 99 anos	377
30 a 39 anos	400
20 a 29 anos	401
10 a 19 anos	428
0 a 9 anos	323
Total	2.672

Fonte: Tabelas elaboradas com base nos dados do IBGE 2010.

Através desses dados percebemos que em função da relação entre residência rural ou urbana e gênero, os dados demográficos mostram que há uma regularidade em termos de números entre homens e mulheres, onde se verifica baixa predominância masculina. Em relação ao segmento jovem, objeto analítico desta dissertação, este está dividido em dois grupos: na faixa dos 10 aos 19 anos (incluindo crianças, adolescentes e jovens) e o dos 20 aos 29. Se juntarmos o total da população de jovens e crianças num mesmo grupo percebemos que estes representam aproximadamente 45% da população total da cidade, ou seja, há uma pequena predominância do público “adulto”. Nesta dissertação, como estamos analisando as relações de trabalho juvenil no campo multifuncional, iremos considerar como recorte da pesquisa o segmento que se encontra entre 20 e 29 anos, com a finalidade de demonstrar dados comparativos com os dados emitidos pelo censo e por compreender jovens que possuem idade média equivalente ao fim do ensino médio e o ingresso no universo do trabalho.

O território de Jeceaba se divide em 2 distritos e 10 povoados. Os distritos são Bituri e Caetano Lopes, e os povoados são Tartária, Lava-pés, Mato Félix, Sesmaria, Santa Cruz, Machados, Mato Dentro, Dinizes, Sapé e Água Limpa (Figura 3). Em relação à administração pública, o poder do município está estruturado em secretarias, departamentos e coordenadorias, sendo Fábio Vasconcelos (PDT) e José Coelho dos Reis (PT) os atuais prefeito e vice-prefeito respectivamente, e os setores administrativos divididos por seus respectivos responsáveis na gestão 2013-2016; a Secretaria de Educação – Fernanda Monteiro de Castro Rezende; Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento – Leandro Marciano Marra; Secretária de Saúde – Vinicius de Paula Gonzaga; Secretaria da Fazenda – Alessandro de Araújo; a Secretaria de Administração e Planejamento – Willian de Paula Gonzaga; Secretaria de Controle Geral – Rômulo Luís Pimenta; Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos – Sérgio José da Rocha; Secretaria Municipal de Assistência Social – Edwilson Gomes Pinto; o Departamento de Recursos Humanos – José Carlos Lobo Leite; Departamento de Meio Ambiente – Lindayane Cardoso Chaves; Departamento de Transporte – José Dantas de Miranda Filho; Departamento de Cadastro, Tributação, Fiscalização e Arrecadação – Fernanda Maria de Freitas; a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil – Maciel Gonçalves Dias; a Coordenadoria Municipal de Informática – Halker Marciano Delgado; e a Coordenadoria do SIAT – Pedro Paulo Dias.



Figura 3: Distritos e Povoados de Jeceaba

Fonte: <http://jeceaba.mg.gov.br/index.php?pg=dadosgerais>

Em relação à educação a cidade possui atualmente 1 escola com Ensino Médio, 11 com Ensino Fundamental e 2 com a Pré escola, sendo quase todo o ensino centrado na cidade. Antigamente as comunidades rurais tinham suas próprias escolas, mas em algumas áreas rurais as escolas eram precárias e as salas de aula multisseriadas, com alunos de séries diferentes dividindo o mesmo espaço e demandando dos professores múltiplas habilidades e domínios simultâneos. Atualmente, a partir de mudanças no sistema governamental local, o ensino foi centralizado, o que explica a existência de apenas uma escola com o Ensino Médio na cidade. Esta escola, a Escola Estadual Santos Reis, está localizada na região central da cidade e recebe alunos tanto da área urbana como de áreas rurais. Ela funciona em três turnos sendo o Ensino Médio nos turnos da manhã e noite (Ensino Médio e EJA – Educação de Jovens e Adultos), e as séries do Ensino Fundamental nos turnos da manhã e da tarde.

Em termos de saúde a cidade possui 6 postos de atendimento, sendo 1 Federal e 5 Municipais. A economia nas últimas décadas esteve baseada principalmente no comércio local e na atividade agropecuária (gado de leite, café, milho e arroz). A cultura da cana de açúcar tem se destacado, o que tem estimulado a construção de alambiques e a comercialização de produtos artesanais por parte dos produtores locais. Outra atividade que se encontra em processo de desenvolvimento na região é a criação de avestruz. No passado a cidade se destacou com a produção leiteira, sendo que o município chegou a contar com uma fábrica de derivados de leite e, recentemente, com

a inauguração de uma cooperativa neste setor, os cooperados vêm buscando reativar esta atividade e operacionalizar a padronização e o escoamento do leite produzido.

Jeceaba obteve o PIB (Produto Interno Bruto) de 3.875 para o setor de Agropecuária, 23.387 para a Indústria e 26.861 para o setor de Serviço (IBGE, 2010). No que diz respeito à Indústria, este valor se relaciona à recente atividade industrial em Jeceaba, com o setor industrial passando a ter PIB significativo na soma dos valores monetários de bens e serviços finais produzidos na região. Este processo se iniciou quando o Governo do Estado de Minas anunciou, em 2007, a construção de um Distrito Industrial – o Complexo Industrial da VSB (Vallourec & Sumitomo Tubos do Brasil) de Jeceaba, em Jeceaba, apresentando novas demandas locais e ofertando novas possibilidades de trabalho na esfera produtiva, que serão vistos no próximo subcapítulo.

5.2 - Jeceaba e a industrialização do espaço rural – o Distrito Industrial e as novas possibilidades de trabalho no campo Multifuncional

Ao longo da história Jeceaba vem passando por uma série de modificações demográficas causadas pela oferta de novas possibilidades de trabalho na esfera produtiva gerando expectativas para a população local. A primeira delas foi com a construção da Estrada de Ferro Central do Brasil, que trouxe novas populações de trabalhadores para construção da estrada, sendo que estes vieram em busca de novas oportunidades para a conquista de sua autonomia e melhorias de qualidade de vida. A segunda advém da Usina de Jeceaba, que surgiu após aquisição da Cia. Paulista de Ferros-ligas da “Hidrelétrica Salto do Paraopeba”, que na época pertencia à Sociedade Mineira de Mineração. No entanto, em 1997 a Cia. Paulista cessou sua produção devido à inundação do Rio Paraopeba e a destruição de grande parte de suas instalações (DIAS,2004;8). Esta Usina também contribuiu para as modificações demográficas a partir do momento em que atraiu novas populações (mão de obra qualificada) para a cidade para trabalharem com mineração, promovendo o desenvolvimento econômico local com o aumento da demanda de bens e serviços.

Para dar continuidade a este processo, desta vez no ano de 2007, o governo do Estado de Minas Gerais anunciou a construção do Distrito Industrial da Vallourec Sumitomo do Brasil – VSB, em Jeceaba, voltado à produção de tubos de aço sem costura. A implantação do distrito industrial se iniciou no ano de 2009 e ocupa

atualmente uma área total de 11.872.120,00m². Neste caso, se compararmos a área da empresa com a soma dos perímetros urbanos das cidades de Jeceaba, Entre Rios de Minas e São Bras do Suaçuí, municípios localizados na área de influência do Distrito Industrial, que é de 24.661.914,84, um único empreendimento corresponde a quase 50% da somatória das áreas dos principais núcleos urbanos do entorno (SOUZA, 2010;118).

Também no ano de 2007 foi anunciada pelo Governo do Estado a implantação de outro novo distrito industrial na microrregião de Jeceaba, o Distrito Industrial de Congonhas, com a instalação de uma unidade siderúrgica da CSN - voltada à produção de aço laminado. No mesmo ano a Gerdau-Açominas (localizada no município de Ouro Branco) anunciou a expansão de seu complexo industrial. Em 2008 a Ferrous Resource do Brasil e a Nacional Minérios S.A. – Namisa, duas empresas mineradoras, também anunciaram a implantação de empreendimentos minerários (SOUZA, 2010;119). Neste sentido os municípios de Belo Vale, Congonhas, Conselheiro Lafaiete, Entre Rios de Minas, Jeceaba, Ouro Branco e São Brás do Suaçuí, que podem ser vistos no mapa do subcapítulo anterior, possuem parte de sua área localizada no polígono do “Quadrilátero Ferrífero”, e de acordo com Souza (2010), vem sendo utilizada como base de estabelecimento do ciclo de extração de minérios, estabelecendo uma cadeia produtiva dando suporte para processos urbanos de grande porte. Sendo assim, se torna evidente que nos últimos anos toda esta região do quadrilátero ferrífero, e em especial a cidade de Jeceaba, que é o universo empírico desta dissertação, vem atraindo investimentos e criando novas oportunidades de trabalho para as populações locais.

Dentro deste quadro de transformações do espaço rural, uma vez que a indústria foi instalada neste universo, com a criação do Complexo Industrial da VSB, este vem se destinando particularmente à produção de aço para aplicações, ou melhor, tubos para aplicações petrolíferas. O distrito contempla uma usina siderúrgica integrada (pátio de matérias-primas, planta de pelotização, altos-fornos, estocagem/ peneiramento e sistema de injeção de finos), aciaria (forno elétrico a arco, forno panela, desgaseificador a vácuo e lingotamento contínuo) e laminação (laminação, tratamento térmico e rosqueamento) (Figura 4).



Figura 4: Planta da VSB

Fonte: <http://www.cbca-acobrasil.org.br/noticias-ultimas-ler.php?cod=5339>

Para se ter acesso ao empreendimento deve-se passar por diversas portarias, todas com identificação. A Empresa funciona 24 horas por dia, sendo que seus trabalhadores, dependendo do cargo, são obrigados a trocarem de turno, o que pode variar nos turnos da manhã, tarde e noite (madrugada). Internamente a empresa possui seus departamentos divididos em setores, possuindo seus respectivos chefes e supervisores. Os trabalhadores fazem suas refeições no local de trabalho, onde, dependendo também do setor do trabalho, eles recebem marmitex ou frequentem restaurantes internos. Estes restaurantes são divididos por escalões, por isso os

empregados e os supervisores não frequentam o mesmo restaurante, onde não só a comida, mas também o próprio conforto dos restaurantes é diferenciado.

De acordo com dados emitidos pela diretoria da empresa, a VSB tem capacidade para produzir anualmente 600.000 toneladas de tubos. A empresa decidiu construir o Distrito Industrial em Jeceaba devido a localização do mesmo permitir benefícios de acesso a mercados, bem como vantagens comparativas em termos de custos de fabricação e matérias-primas disponíveis. Segundo consta no documento oficial do “Projeto de Implementação da VSB” a empresa anuncia serem diversos os benefícios trazidos pela empresa, sendo estes principalmente sociais e ambientais. No sentido ambiental a empresa destaca o uso de biomassa renovável (carvão vegetal com insumo energético) em seu processo produtivo. A empresa vem se responsabilizando com o plantio de árvores e auxiliando na manutenção dos ecossistemas por meio do estabelecimento de reservas de florestas naturais na região. Em relação aos benefícios sociais a empresa afirma serem estes relacionados à oferta de empregos e oportunidades de estágio para a inserção e capacitação das populações locais para trabalharem em sua cadeia produtiva. Em termos mais gerais a VSB estaria contribuindo para o abastecimento da indústria do ferro em escala mundial e possibilitando a integração entre desenvolvimento rural e industrial gerando novos empregos e promovendo a autonomia e o desenvolvimento local.

Dado este contexto, Souza (2010) elenca os projetos de implantação das empresas da região com seus respectivos valores de investimentos, produção e a quantidade de empregos ofertados (diretos e indiretos), que estão demonstrados no Tabela 6.

Tabela 6: Projetos, empreendimentos, demandas e possibilidades

Projeto	Vallourec Sumitomo do Brasil (VSB)	CSN - Casa de Pedra	Ferrous	Namisa	Gerdau-Aço-minas
Localização	Jeceaba	Congonhas	Congonhas	Congonhas	Ouro Branco
Valor (US\$) milhões	1.600	500	2.740	150	1.500
Produto	Tubos de aço sem costura	Minério de Ferro	Minério de Ferro	Minério de Ferro	Tarugos, blocos, chapas, aço laminado
Capacidade de Produção	600 mil toneladas de tubos	40 milhões de toneladas	25 milhões de toneladas	12 milhões de toneladas	5,5 milhões de toneladas
Empregos diretos gerados	1.500	2.500	1.200	600	826
Empregos indiretos gerados	7.500	1.500	3.600	1.800	500

Fonte: Elaborado a partir de SOUZA, 2010;123.

No caso da VSB, desde o início da implantação do distrito industrial, executivos da empresa vêm ressaltando os milhares de empregos ofertados. Tancredo Martins, Flávio Azevedo e Paulo Valadares, diretores brasileiros representantes da empresa, afirmaram em entrevista a revista Ecológico que durante a construção do empreendimento foram mais de 11 mil operários, técnicos, engenheiros e outros especialistas de diferente nacionalidades. Martins afirmou que naquela época, em 2010, eram mais de 1.500 empregados, sendo que metade dos trabalhadores eram jovens, e que a partir dos anos seguintes este número chegaria em torno de 1,6 mil funcionários. Para Martins, a empresa fez um 'plano de voo' completo: admitindo e enviando trabalhadores recém-recrutados para serem treinados por responsáveis da V & M do Brasil (Vallourec & Mannesmann do Brasil) durante quase dois anos e, agora, todas estão aptas (MARTINS, 2010). Ele afirma que 20% da mão de obra na construção da empresa veio da VMB; 60% da região de Jeceaba e 20% de outras regiões de Minas, do Brasil e do exterior (MARTINS, 2010 – dados emitidos em entrevista à revista Ecológico).

Antigamente os postos principais de trabalho na cidade de Jeceaba incluíam o comércio local, sendo estes em sua maioria nos restaurantes, bares, lanchonetes, mercearias e lojas. Um fator interessante é que a maioria dos postos de trabalho ofertados pela cidade não têm como pré-requisito qualificações específicas, como

exemplo para as vagas de ajudante de pedreiro, mestre de obras, servente, atendente, caixa etc. As exigências do trabalho se concentravam principalmente no âmbito do tempo de trabalho e experiência adquirida. Após a chegada da VSB este quadro vem se transformando. São ofertadas novas vagas e possibilidades de emprego para a população no setor industrial, só que neste caso além de ser exigida em alguns dos postos experiência profissional, são também exigidas qualificações específicas (cursos técnicos ou profissionalizantes), apropriações e domínios tecnológicos (informática e ferramentas da internet) por parte dos trabalhadores, como demonstrado abaixo com os cargos mais ofertados nos últimos anos:

1. Supervisor de Manutenção: Experiência: Em manutenção industrial, manutenção preventiva e inspeção de equipamentos. Formação: Nível Técnico em Mecânica, Técnico em Elétrico ou Eletrônico.
2. Operador de Máquinas Operatrizes: Formação: 2º Grau Completo. Conhecimentos: Usinagem (Torno e Fresa). Desejável: Curso Técnico em Metalúrgica ou Mecatrônica.
3. Fiscal Técnico – Técnico em Edificações: Formação: Ensino médio completo, Curso Profissionalizante ou Técnico em Edificações. Desejável: Pacote Office. Atividades: Planejar, fiscalizar e controlar atividades de execução e manutenção de obras civis.
4. Operador de Produção: Formação: Ensino Médio completo. Conhecimento específico exigido: curso de Informática. Atividades: Responsável pelas máquinas de produção, executando sua atividade conforme setor.
5. Auxiliar Administrativo: Escolaridade: Segundo Grau completo. Desejável: Informática (Windows, Word, Excel, Internet e Outlook). Atividades: Serviços administrativos nas diversas áreas de interesse da empresa.
6. Torneiro Mecânico: Formação: Ensino Médio Completo. Desejável: Curso Técnico. Conhecimento/Experiência exigida: Usinagem convencional. Necessário ter disponibilidade para trabalhar de turno.

(Dados emitidos no quadro de vagas da empresa VSB; trabalho de campo, 2013)

Dessa forma percebemos que a empresa vem demandando profissionais de diversas áreas para atuarem em setores específicos da sua linha de produção. Para anunciar as vagas de emprego a empresa vem utilizando principalmente sites de

emprego, redes sociais, mídias impressas (cartazes, jornais e boletins) e o SINE (Sistema Nacional de Emprego). Em Jeceaba não há SINE e a empresa, neste caso, anuncia suas vagas no SINE de Ouro Branco, mas com a vaga destinada para Jeceaba. Em todos os casos os candidatos devem enviar seus currículos (via internet) pelo próprio site da empresa no link “área de trabalho – trabalhe conosco”. Ao anunciar as vagas a empresa também divulga os pré-requisitos mínimos exigidos para o cargo (qualificação, domínios e experiência).

O recrutamento do trabalhador começa ao ser selecionado o currículo na etapa de triagem. A empresa utiliza um modelo de recrutamento próprio, francês, uma vez que o grupo controlador da empresa tem sede naquele país. Os candidatos selecionados nesta etapa passam por uma série de entrevistas. A primeira é com o gerente de Recursos Humanos. Após essa entrevista o candidato é novamente avaliado pelo supervisor da vaga, no qual o mesmo apresenta o candidato ao cargo e às funções e atribuições do mesmo, e, posteriormente, o candidato visita o setor específico do trabalho. Posteriormente a esta fase o candidato passa por uma entrevista com o presidente do setor da vaga para que assim seja finalizada a etapa de entrevistas do processo seletivo. A empresa resalta que esta etapa é importante, pois ajuda o candidato e a própria empresa a perceberem as vantagens e desvantagens da parceria entre ambos, mesmo que o processo se viabilize de forma lenta e demorada.

A partir daí os candidatos selecionados começam a receber treinamento específico do setor do trabalho pleiteado. A empresa se responsabiliza por cursos e capacitações para a operação e manutenção das máquinas e equipamentos de seu setor, afirmando que dessa forma o aprendizado por parte do novo trabalhador auxilia em seu entendimento sobre o processo de produção, podendo o candidato desenvolver novas habilidades e futuramente trocar de posição.

No final de 2012, terminada a instalação do distrito industrial, a VSB lançou seu primeiro programa de emprego objetivando atrair novos “talentos” da região de Jeceaba e cumprir assim com sua função social, com a ocupação da população local nos postos de trabalho da empresa. Foram lançadas cerca de 70 vagas em diferentes áreas voltadas para estudantes dos níveis técnico e superior. Segundo a coordenadora de estágios da VSB, Silvana Ramos, o programa teve como meta inicial preparar os estudantes para o mercado de trabalho e contribuir para o desenvolvimento de suas habilidades pessoais e profissionais. “Vemos o estágio como uma oportunidade de atrair talentos e colocar esses jovens em contato direto com sua área de formação. É um grande crescimento

para os estudantes e também para a empresa” (Silvana Ramos – coordenadora de Estágios da VSB em entrevista, trabalho de campo; 2013). A empresa também divulgou os valores de bolsa de auxílio para custear despesas dos estagiários, sendo estas de R\$ 1.170,00 para estudantes de curso superior e R\$ 868,00 para estudantes de curso técnico, além de oferecer plano de saúde, cesta básica, auxílio transporte e alimentação. Outro elemento também disponibilizado aos trabalhadores da empresa é o transporte, sendo este oferecido aos moradores das cidades de Jeceaba, São Brás do Suaçuí, Entre Rios de Minas, Conselheiro Lafaiete, Congonhas e Ouro Branco. Sob este aspecto vale ressaltar que de acordo com o IBGE 2010 o rendimento nominal médio mensal dos domicílios urbanos de Jeceaba é de R\$1733,13 e dos domicílios rurais de R\$825,50, sendo os rendimentos per capita médio de 200,00 e 500,00 reais mensais por domicílio rural e urbano respectivamente.

Esta realidade traz para a população dessa cidade além de expectativas em função das novas possibilidades de trabalho e crescimento econômico, transformações espaciais no meio rural, com a configuração do campo multifuncional, ou seja, um rural mais urbanizado e com alternativas de trabalho no setor industrial de alta tecnologia ou mesmo o turismo rural, com o rearranjo territorial das comunidades locais e as grandes modificações demográficas advindas deste processo. Neste sentido as Tabelas 7 e 8 foram elaborados a partir de projeções populacionais feitas por Souza (2010) para o período compreendido entre 2010 a 2025. O cenário 1 (Tabela 7) o autor denomina tendencial por não considerar a aplicação de todos os investimentos previstos para o desenvolvimento da cidade com a implantação do empreendimento e já no cenário 2 (Tabela 8) o autor faz a projeção prevendo a aplicação de todos os investimentos planejados para a cidade.

Tabela 7: Cenário 1 - Projeção populacional Tendencial (2010-2025)

Cenário 1	2010	2015	2020	2025	Taxa de crescimento 2010-2025 (%)
Congonhas	45.568	47.551	49.242	50.561	10,96
Conselheiro Lafaiete	112.915	117.551	121.503	124.589	6,39
Entre Rios de Minas	17.743	14.032	14.278	14.471	5,30
Jeceaba	5.488	5.203	4.960	4.770	-13,8
Ouro Branco	32.553	33.550	34.399	35.063	7,71
São Brás do Suaçuí	3.345	3.374	3.398	3.417	2,15

Fonte: Elaborado a partir de SOUZA, 2010;124

Tabela 8: Cenário 2 - Projeção populacional (2010-2025) com totalidade dos empreendimentos planejados

Cenário 2	2010	2015	2020	2025	Taxa de crescimento 2010-2025 (%)
Congonhas	47.877	61.971	89.326	95.102	98,64
Conselheiro Lafaiete	108.754	130.937	173.994	183.084	68,35
Entre Rios de Minas	13.736	15.404	18.643	19.326	40,70
Jeceaba	9.242	11.818	16.818	17.873	93,39
Ouro Branco	34.700	42.897	58.807	62.166	79,15
São Brás do Suaçuí	4.250	5.434	7.733	8.218	93,39

Fonte: Elaborado a partir de SOUZA, 2010;124.

Percebemos que, mesmo com inúmeras ofertas de empregos diretos e indiretos (como visto na Tabela 7), a chegada da indústria do município de Jeceaba pode não ser capaz de reverter o quadro de evasão da população como também o êxodo rural, se não forem aplicados todos os investimentos planejados para o desenvolvimento local. Neste caso este investimento inclui principalmente uma nova articulação na esfera educacional e de capacitação profissional (formal e não formal) entre atores governamentais e não governamentais que viabilizem oportunidades concretas de qualificação da mão de obra local, particularmente a juvenil.

Para Souza (2010) a dificuldade deste processo se encontra vinculada à enorme expectativa dos atores sociais locais geradas pelo anúncio dos novos investimentos na região, o que possibilita projeções superestimadas por parte dos envolvidos. Neste caso o autor afirma que as mudanças são em geral menores que as esperadas por diversos destes atores (locais ou não). Para Souza (2010) esta expectativa também serve de base para a especulação do valor da terra, acarreta a implantação de novos parcelamentos, ocupações e usos do solo incompatíveis entre si, sendo que a administração pública municipal, com receio de perder a popularidade, não têm se mostrado disposta a adotar posturas divergentes da “expectativa exagerada de crescimento” (SOUZA, 2010;129).

Capítulo 6 – Jeceaba na Contemporaneidade - as estratégias para o desenvolvimento social: Inclusão ou exclusão dos jovens rurais?

6.1 A Pesquisa de Campo

A pesquisa de campo em Jeceaba contou com aplicação de questionários e entrevistas semi-estruturadas para os seguintes grupos:

- Jovens de moradia rural entre 20 e 29 anos (sendo que o coorte se justifica no tempo médio de término do ensino médio e da inserção deste jovem no mercado de trabalho), que se diversificou em 4 grupos: jovens rurais empregados na empresa VSB (com vínculo empregatício), jovens rurais que trabalham no setor de serviços (com vínculo empregatício), jovens trabalhadores rurais ou pluriativos ou trabalhando com “bicos” (com ou sem vínculo empregatício), e jovens rurais desocupados (desempregados). O universo Juvenil de Jeceaba compreende cerca de 840 jovens (rurais e urbanos). Em se tratando dos rurais este número passa para aproximados 400 jovens. Nesta dissertação analisamos um total de 50 jovens, ou seja, 12,5% do total de jovens rurais do município que se encontram na faixa etária dos 20 aos 29 anos.
- Representantes da Prefeitura (Secretaria de Educação, Câmara dos Vereadores e o Assessor do Prefeito);
- Representantes da VSB na área de recursos humanos e das diretorias da empresa, sendo esta análise feita no capítulo anterior.

Os questionários foram confeccionados de forma dividida, em blocos, e de acordo com os objetivos da pesquisa, contendo questões abertas e fechadas sendo específicos para cada um dos grupos citados acima. A aplicação dos mesmos foi realizada levando em consideração as exigências do Conselho de Ética¹, sendo solicitadas autorizações para a efetivação da pesquisa.

¹ Constituem direitos das populações que são objeto de pesquisa a serem respeitados pelos pesquisadores: 1 Direito de ser informadas sobre a natureza da pesquisa. 2 Direito de recusar-se a participar de uma pesquisa. 3 Direito de preservação de sua intimidade, de acordo com seus padrões culturais. 4 Garantia de que a colaboração prestada à investigação não seja utilizada com o intuito de prejudicar o grupo investigado. 5 Direito de acesso aos resultados da investigação. 6 Direito de autoria das populações sobre sua própria produção cultural (Código de ética da Associação Brasileira de Antropologia. www.abnt.org.br)

6.2 As estratégias governamentais e não governamentais para o desenvolvimento local

Esta análise é feita a partir de entrevistas com representantes da Prefeitura tendo em vista as parcerias desta instituição com instituições privadas, neste caso com a empresa VSB. Evidenciaremos como essas instituições vêm trabalhando para o desenvolvimento local e quais são as oportunidades de cursos e programas oferecidos para a população de Jeceaba. Posteriormente discutiremos as formas com que os jovens rurais se inserem no contexto da multifuncionalidade do campo.

Devido à mudança da gestão do Executivo neste ano, a prefeitura se encontra em fase inicial de seus projetos. Atualmente, em relação às estratégias desenvolvimentistas, segundo o Vereador Wesley Bonifácio, a prefeitura vem buscando parcerias com o governo estadual e federal para trabalhar em função das novas demandas do trabalho no rural multifuncional, que como visto anteriormente advém principalmente das novas possibilidades de emprego ofertadas pela VSB.

Wesley afirma que as parcerias governamentais são fundamentais para a qualificação e capacitação profissional da população, mas devido à nova formatação do poder público da cidade, que antigamente era dividido em departamentos e atualmente em secretarias, esse fator contribui na dificuldade de se estabelecerem novas parcerias.

Neste sentido, Wesley afirma que foi solicitado pela Câmara dos Vereadores ao poder Executivo trazer novos cursos para a comunidade, principalmente para a população do campo, uma vez que na visão do vereador este é o segmento social de maior preocupação das instituições públicas, e, principalmente, no que diz respeito ao segmento jovem, pois os “jovens estão deixando a zona rural para trabalharem nas indústrias da região”. Neste sentido, Wesley afirma que “precisamos dos jovens na zona rural. O êxodo tá grande. Hoje, o jovem, por falta de incentivo na gestão passada, vem procurando trabalhar principalmente na usina” (Bonifácio, Pesquisa de campo, 2013).

Segundo Fernanda Rezende (Secretária de Educação do município de Jeceaba), a prefeitura vem articulando uma série de oportunidades para o desenvolvimento econômico e social da cidade em parceria direta com a VSB, com o oferecimento de cursos através de alguns programas institucionais, tais como: o Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego), Senar (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural) e a Rede Cidadã, que é em uma iniciativa vinculada ao programa Menor Aprendiz e que realiza atividades com jovens na faixa de 16 a 18 anos,

preparando-os para o mercado de trabalho mesmo que a idade mínima para o trabalho seja de 18 anos. Os cursos ainda se encontram em fase de desenvolvimento e a escolha dos mesmos foi feita a partir de uma pesquisa de opinião com a população do município. Os primeiros cursos a serem oferecidos serão intermediados pelo Pronatec.

A versão do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de 2012 do Pronatec contempla 220 cursos distribuídos em 13 eixos tecnológicos, sendo estes: Ambiente e Saúde; Controle e Processos Industriais; Desenvolvimento Educacional e Social; Gestão e Negócios; Informação e Comunicação; Infraestrutura; Militar; Produção Alimentícia; Produção Cultural e Design; Produção Industrial; Recursos Naturais; Segurança; e Turismo, Hospitalidade e Lazer. Neste sentido, como a instituição oferece muitos cursos, a Secretaria de Educação escolheu alguns para a votação, e segundo Fernanda eram os mais adequados à realidade local. Foram 7 cursos colocados em votação e os que venceram se iniciarão no primeiro semestre de 2013. Os cursos escolhidos foram: o curso de Inglês básico; Cuidador de crianças; Auxiliar administrativo e Auxiliar Técnico em agropecuária.

Em relação aos cursos propostos à população a secretária de educação entende que: o curso de inglês foi colocado na lista devido ao fato de a cidade não possuir nenhuma instituição pública e nem privada que oferecesse este tipo de curso. “Na verdade a população da cidade nunca teve curso de inglês. Colocamos o curso de inglês básico e também o de inglês intermediário para que assim o curso tenha uma continuidade” (Rezende, Pesquisa de campo, 2013).

O curso de Cuidador de crianças foi pensando no sentido da ausência de mão de obra qualificada e “ele era o único que tinha disponível no Pronatec voltado para essa área” (Rezende, Pesquisa de campo, 2013).

O curso de Auxiliar Administrativo (profissionalizante) tem como proposta agregar oportunidades que são oferecidas pelas empresas da região, e segundo a secretária, a ideia seria dar formação inicial para que depois o interessado ingressasse no ensino superior ou mesmo em um curso técnico.

Já o curso de Auxiliar Técnico em Agropecuária, a justificativa foi a de colocar um curso voltado para o desenvolvimento das comunidades rurais. “Temos que investir no trabalhador do campo e nesse segmento. A agricultura e pecuária aqui é de subsistência e praticamente não temos grandes produtores, mas isso porque não temos investimentos para esses produtores. Se o homem do campo quiser permanecer no campo teremos uma formação pra isso também. A gente tem aqui a empresa que é

importante, mas não podemos condicionar a vida de todos a trabalharem na empresa. Se você trabalha no campo e gosta da vida de lá, temos que dar a oportunidade capacitando a população para que a mesma possa dar continuidade na atividade rural” (Rezende, Pesquisa de campo, 2013).

Neste sentido, Wesley reafirma que desde a gestão passada já existia uma preocupação com as comunidades rurais embora não tão ativa como na gestão vigente. “Detectamos uma carência de ‘segurar’ as pessoas na zona rural e de dar condições para que eles fiquem lá, dando insumos, cursos, equipamentos e maquinários para que este pessoal consiga ficar no campo e voltar a produzir. Em Jeceaba, antes, se você quisesse comer milho verde, pra todo lado tinha uma plantação, hoje não existe mais isso. As pessoas estão perdendo o interesse por falta de apoio, programas e políticas públicas voltadas para o trabalhador rural, com incentivos financeiros, assessoria e auxílios, a exemplo, em como fazer financiamento no banco, e no ensino de novas técnicas para o manejo das culturas. Temos atualmente como exemplo a criação de uma associação de produtores rurais de leite. O departamento de agricultura já fez algumas visitas mostrando como é efetuado o manejo simples gastando menos tempo e aumentando a produção. Ainda estamos fazendo estudos pra verificar a viabilidade de implantação desta organização. O poder público já esta focado neste ponto” (Bonifácio, Pesquisa de campo, 2013).

Neste sentido, percebemos que a gestão atual tem em vista a permanência das comunidades rurais no campo, incentivando o aprimoramento de técnicas e o aumento da produção. Neste momento fica a pergunta: será este o setor de trabalho almejado pela população rural para a obtenção de renda e conseqüentemente a conquista de sua autonomia? E sendo mais específico: Será que esta oportunidade se vincula às expectativas e projetos de vida do jovem rural?

Para Soares (2010), fazendo uma análise sobre os programas públicos e privados para a juventude no que diz respeito à inserção no trabalho, o autor afirma que dentro da maioria dos programas novas ações vêm sendo implementadas com a finalidade de enfatizar a capacitação profissional, embora não conectadas de maneira efetiva com a garantia de uma formação de qualidade, ou seja, mesmo sendo uma preocupação dentro dos programas voltados à juventude, atendendo a uma demanda que já era clara nos últimos anos, há um vácuo no sistema de avaliação de impactos e qualidade destes programas, não permitindo fazer afirmações definitivas quanto a seus efeitos na vida dos jovens atendidos.

Neste sentido, tanto os programas de geração de trabalho e renda quanto os educacionais que foram listados não apenas neste capítulo, mas ao longo desta dissertação, visam incorporar um universo bastante amplo (crianças, adolescentes e jovens) com baixa renda familiar, residentes em áreas urbanas e rurais, e que se encontram em diferentes estágios de formação escolar e profissional, que para Soares (2010) buscam em sua maioria uma alternativa para o contingente de jovens brasileiros que permanecem não só fora da escola, mas também do mercado de trabalho (SOARES, 2010;56). Sob este contexto o autor afirma que a eficácia dos programas se dá no âmbito da capacidade de ação dos atores responsáveis pela sua execução, sejam eles as organizações não governamentais, as prefeituras, ou ainda, representantes da iniciativa privada (setor empresarial), onde alguns programas já universalizados encontram barreiras para sua execução junto a contextos muito específicos, e os executores raramente têm possibilidade de intervir nos desenhos e propostas.

Dado este contexto buscamos analisar as formas com que as comunidades rurais vêm se organizando para manterem a autonomia neste campo em transformação. Quando perguntando sobre este aspecto, Wesley afirma que cada um trabalha do jeito que pode. “É muito complicado você apresentar um programa, pois o produtor rural já está acostumado. Como exemplo, antigamente tinha que queimar o pasto, pois a queima minimizava a mão de obra. O produtor achava que era bom pro terreno e hoje se mudou muito isso. Pra você mudar essa cultura do produtor rural não é fácil, não é do dia pra noite, isso demanda tempo. Temos que apresentar os novos programas a todos, e, geralmente, não conseguimos a adesão de todos. Iniciamos com a adesão de 2 ou 3 e de acordo com a evolução desses 2 ou 3 os outros começam a acreditar no programa” (Bonifácio, Pesquisa de campo, 2013).

Neste sentido verificamos que a VSB também vem demonstrando interesse no desenvolvimento rural local, pois a empresa já propôs em anos anteriores comprar a produção agrícola (milho e feijão principalmente) do município desde que organizada e com produtos padronizados e de qualidade. Para a empresa os produtores deveriam se organizar em associações para que assim pudessem produzir e distribuir seus produtos já então padronizados, não só para a empresa do município, mas para as outras da região. Neste sentido Wesley afirma que estão sendo realizadas reuniões da agenda 21 com o propósito de organizar esta demanda e a logística da produção.

Para Filho et al. (2013) a comercialização de produtos agrícolas tem se tornado crescentemente complexa devido às mudanças nos hábitos de consumo e às exigências

de qualidade, padronização, escala de comercialização, sabor, segurança e transmissão de informações entre os agentes de cadeias produtivas. Para os produtores que já atendam ao conjunto de novos requisitos, muitos deles estabelecidos na legislação sanitária, os mecanismos de comercialização estão se diferenciando do mercado tradicional, onde novas demandas de mercado em termos de qualidade dos produtos, agregação de valor por meio de processamento, rastreabilidade, regularidade e confiabilidade no fornecimento é que estabelecem os desafios para todos os produtores rurais, que são significativamente maiores para os pequenos produtores, cuja comercialização em grande medida realiza-se por meio da venda direta (FILHO et al., 2013;71). Para os autores, embora o problema da escala de produção seja um dos principais, não se pode omitir a ausência de competências necessárias para planejar a produção e a comercialização, e, assim, atender o mercado com a regularidade e qualidade exigidas. Sob este contexto Filho et al. (2013) afirmam que:

O desemprego dos pequenos produtores quando inseridos em mercados modernos está estreitamente vinculado à sua experiência com as atividades de produção agropecuária. Entretanto, a experiência não basta para assegurar seu espaço nesses mercados. A capacidade de obter e processar informação e habilidade no uso de novas técnicas agrícolas, métodos de gestão da produção e de comercialização, são cada vez mais importantes. A compreensão de processos químicos, físicos e biológicos básicos é peça fundamental para o uso de tecnologias, inclusive na produção orgânica. Conhecimento em ciência básica e aplicada permite receber, compreender e analisar informações sobre os mercados e tecnologias, acesso a melhores canais de comercialização e produção de produtos com maior valor agregado. Produtores rurais com maior nível de escolaridade interagem melhor com a assistência técnica, facilitando o aprendizado e a absorção de novos conceitos. O nível de escolaridade é também determinante para ampliar o acesso ao crédito (FILHO et al., 2013;90).

Percebemos, assim, que em relação à agropecuária e as formas de capacitar a população em função de novas demandas de produção agrícola, tanto o poder executivo como o legislativo vem tentando imprimir um modelo modernizante de formação e organização da população, embora nem todos os produtores se encontrem em nível de formação ou escolaridade adequada para a apropriação e domínio das novas técnicas e exigências do mercado moderno. Já quando o assunto é oportunidades de trabalho oferecidas pela empresa, o foco torna-se ainda mais diferente, principalmente na visão dos jovens, fato este que veremos no próximo subcapítulo.

Em relação às oportunidades de trabalho na cidade e das formas de oferecimento destas vagas, Fernanda afirma que Jeceaba não possui nenhum tipo de banco de oportunidades, sendo a oferta feita principalmente na prefeitura, no qual o empregador interessado anuncia suas vagas por meio de cartazes ou informativos sobre a proposta de emprego em um mural na prefeitura. Estes postos de trabalho em geral dizem respeito à construção civil (pedreiros e mestre de obras), serviços domésticos, trabalhos em lojas e mercearias.

Verificamos também que a cidade mais próxima que possui algum tipo de banco de oportunidades é Ouro Branco. Neste caso há na cidade a existência do SINE (Sistema Nacional de Emprego), sendo que algumas das vagas disponíveis nesta instituição estão localizadas em Jeceaba e são quase que de exclusividade de postos de trabalho nas empresas da região. Quando analisamos as capacitações exigidas pelas vagas destinadas à Jeceaba, estas, em sua maioria, têm enquanto exigências nível médio, profissionalizante ou técnico e raramente de nível superior, dado que no município, até o momento, não existe nenhuma instituição de ensino superior. Percebemos, assim, que alguns dos cursos propostos pela prefeitura para a população da cidade, como exemplo o auxiliar administrativo ou inglês básico, podem preencher algumas das demandas da empresa.

Em relação à parceria entre a prefeitura e empresa, José Eustáquio, assessor do prefeito, afirma que a chegada da empresa vem oferecendo inúmeros benefícios para a cidade, pois “temos um bom relacionamento com seus diretores”. José Eustáquio afirma que “as parcerias geralmente são feitas a partir de demandas da VSB. Ela que procura a gente quando é solicitada alguma coisa” (José Eustáquio, Pesquisa de campo, 2013).

Neste sentido, Fernanda afirma que já existiu até a gestão passada um curso na área de Mecânica, que é uma das áreas de trabalho demandadas pela empresa. Neste curso as aulas teóricas foram ministradas em Jeceaba e as aulas práticas em Ouro Branco, pois a cidade não tinha infraestrutura necessária (técnicos, laboratórios e equipamentos) para as demandas do curso. Atualmente o curso não existe mais. Para o desenvolvimento do curso a prefeitura de Jeceaba cedeu transporte para os alunos para as aulas práticas e o Sindicato dos Metalúrgicos de Ouro Branco cedeu o espaço, uniformes e técnicos para a parte prática. O curso formou apenas uma turma e na visão da secretária de educação o fechamento do mesmo se deu pelo fato de a cidade ser muito pequena e da população “não se interessar nesta área”.

Não se levando em consideração os motivos, por enquanto, parece ficar evidente que a responsabilidade em formar mão de obra qualificada par o setor industrial está a cargo dos órgãos públicos municipais, bem como os fracassos dessas iniciativas.

Também, no passado, já existiu em Jeceaba o curso Técnico em Eletrotécnica, sendo este ministrado por instrutores de Conselheiro Lafaiete. Para participar do curso os alunos fizeram uma prova e os aprovados ganharam uma bolsa de estudos, uma vez que o curso era particular. O governo ofereceu estas bolsas para os alunos de Jeceaba, pois a população é em sua maioria carente de recursos financeiros. Este curso também teve como meta a inserção da população nos novos postos de trabalho no rural multifuncional. Como dito no início deste parágrafo, este curso já não existe mais, pois segundo representantes da prefeitura os alunos não se interessaram em dar continuidade ao curso, que formou apenas uma turma. Em uma análise mais apurada, verificamos, no entanto, que na visão da população estes cursos (Mecânica e Eletrotécnica) fecharam não por falta de vontade ou incentivos em trabalhar na empresa, mas sim pela falta de professores qualificados na cidade para darem continuidade às aulas. Segundo os moradores do município, o próprio ensino em Jeceaba é fraco e a exigência do curso é alta, e alguns dos alunos não conseguiram acompanhar a dinâmica do curso. Outro fator interessante é que devido à ausência de profissionais qualificados na área dos cursos, os próprios ex-alunos ou até mesmo pessoas com formações diversas, como exemplo, educadores físicos, foram chamados para ministrarem as aulas. Neste caso, questionamos se estes profissionais realmente possuem capacitação e conhecimento específico para capacitarem a mão de obra da cidade e assumirem a responsabilidade de formarem profissionais para a inserção no trabalho em uma empresa como alto nível de exigência de qualificação da mão de obra.

Outro ponto relevante é que a parceria entre a empresa e a cidade também se firma a partir do viés do compromisso social que a empresa afirma ter com o município, pois ela é beneficiada com redução de taxas e impostos governamentais e tem como compromisso o desenvolvimento social local devido às externalidades negativas geradas a partir de sua implantação. Neste caso a empresa vem buscando qualificar a mão de obra do município apenas para o trabalho em seus setores específicos.

A partir da coleta de dados realizada na pesquisa de campo percebemos que há um déficit de mão de obra qualificada não apenas Jeceaba, mas sim em toda a região. Para Fernanda “Temos que empregar a população de Jeceaba. A empresa tem isenção de impostos, então tentamos criar artifícios para empregar a população local com a

oferta deste curso, até porque muitos dos funcionários da VSB são de Belo Horizonte e acreditamos que eles vão se cansar de vir e voltar diariamente devido à distância entre estas cidades. Vai chegar um momento que a população de Jeceaba terá uma oportunidade de ingressar, pois para quem mora em Belo Horizonte fica complicado 2 horas de viagem todos os dias” (Rezende, Pesquisa de campo, 2013). Sendo assim ficamos com a pergunta: se a empresa demanda principalmente profissionais de nível técnico em mecânica, e em outros setores, como operador de máquinas e operatrizes, torneiro mecânico, técnico em edificações, como visto no capítulo anterior, por que os cursos que serão ofertados para a população não compreendem estas áreas?

Contudo, percebemos um consenso no discurso institucional no que diz respeito às vantagens ofertadas pela empresa, principalmente no que diz respeito à geração de empregos e arrecadação de impostos (ICMS), e que segundo o assessor do prefeito, “Jeceaba vai desenvolver ao longo do tempo, onde as oportunidades serão voltadas principalmente para os jovens, e, se atendermos aos jovens, atenderemos a toda a população com certeza” (José Eustáquio, Pesquisa de campo, 2013).

Em termos gerais, Wesley afirma que os principais benefícios e impactos gerados pela empresa seriam:

Benefícios - qualificação dos jovens e capacitação. A educação. Vemos pessoas procurando mais se qualificar e estudar mais, principalmente os jovens. Vemos menos jovens nos bares bebendo cachaça. Antigamente o comércio, de 70, 50 era comércio e 20 bares. Hoje temos vários comerciantes, mas aumentaram as farmácias, bombonieres, óticas, roupas, vestuário. Houve esse aumento. Aumentou o loteamento. A polícia era pouca, mas agora aumentou com o apoio da empresa.

Aspectos negativos - mobilidade urbana, o fluxo de veículos é muito grande e a cidade não está preparada para esse acúmulo de veículos. A cidade tem apenas uma via de entrada para o centro e uma ponte com apenas uma via de entrada e isso tumultua muito o trânsito, pois a cidade foi projetada com ruas pequenas e estreitas (Bonifácio, Pesquisa de campo, 2013).

Para Wesley as benesses são principalmente em relação a novas capacitações para a população, principalmente o jovem que teria uma visão de futuro profissional, pois estamos “automaticamente tirando esses jovens da rua com uma questão profissional e cultural, pois antigamente os jovens ficavam nos bares e hoje ele está preocupado em estudar”.

Fernanda também afirma que as oportunidades oferecidas pela empresa serão alcançadas em longo prazo, favorecendo principalmente aos jovens pelo fato de eles, até o momento, não possuírem perspectivas concretas em relação aos seus projetos de vida e de geração de renda. Assim, podemos inferir das falas dos entrevistados que as expectativas geradas pela empresa no que se refere à absorção da mão de obra juvenil local ainda está no campo da promessa.

Nos últimos anos verificamos que a população de Jeceaba diminuiu em 3% e a de todas as cidades da região aumentou. Para Fernanda isso aconteceu porque antigamente a única chance de melhorar de vida era saindo de Jeceaba. “As pessoas não tinham dinheiro pra pagar cursos, e hoje esta configuração favorece ao jovem, pois para aqueles que têm ensino médio agora poderão fazer um curso técnico e se capacitarem para as novas possibilidades de emprego. Antes, os poucos que estavam qualificados foram empregados. Antes o jovem estava acostumado com a vida no campo ou na cidade sem muitas oportunidades. Agora não, eles vêm oportunidades aqui e pensam que isso pode mudar. Eles vão correr atrás. Estamos dando oportunidade de estudar aqui mesmo (ensino médio e futuramente os cursos do Pronatec) e fora da cidade também.” (Rezende, Pesquisa de campo, 2013).

Fernanda afirma que “a principio, se existisse mão de obra qualificada a população estaria praticamente toda empregada. Jeceaba é uma cidade muito pobre, e com muito pouco recurso. Então poucas pessoas se capacitaram ao longo dos anos. Antigamente para estudar a pessoa deveria se deslocar para Lafaiete ou Congonhas, pagando transporte e pagando o curso. Então tudo era muito difícil e você via pouquíssimas pessoas estudando. Hoje não, temos transporte para faculdade em Lafaiete pra curso técnico, então se o jovem quiser estudar ele não tem que pagar nada. E até as oportunidades do Pronatec a população não vai ter que pagar, pois este curso está sendo disponibilizado pelo governo. As condições melhoraram, mas hoje em dia falta ainda muito investimento” (Rezende, Pesquisa de campo, 2013). Neste caso, para os jovens que estudam fora da cidade, estes têm que arcar com as despesas do curso, ficando sob a responsabilidade da prefeitura apenas o transporte. A fala da entrevistada mostra alguns problemas no relacionamento entre empresas de grande porte e populações locais no sentido de que o setor industrial “naturalmente” espera encontrar mão de obra qualificada antes mesmo de se instalar nas pequenas cidades (“se houvesse, todos estariam empregados”); em segundo lugar, a importação de funcionários mais graduados; finalmente, cria-se uma expectativa em relação aos estudos e à capacitação

profissional como passaportes automáticos e seguros para à empregabilidade dos jovens, urbanos e rurais, nas empresas.

Wesley também destaca que a prefeitura possui uma van e um ônibus que leva os jovens tanto da zona urbana quanto rural pra fazerem os cursos. No entanto, verificamos que o transporte disponibilizado pela prefeitura nem sempre vai à zona rural, dependendo de “o que este jovem irá fazer fora de sua comunidade”, ou seja, o jovem, em alguns casos, tem que se deslocar de sua moradia para a cidade por conta própria para que assim possa usufruir dos cursos. Na verdade o transporte da prefeitura atende principalmente aos jovens que estão no ensino fundamental ou médio dividido à centralidade do ensino na zona urbana, pois como visto anteriormente, não existem mais escolas na zona rural. Os jovens que trabalham na cidade ou na empresa não possuem este benefício, nem por parte da empresa e nem pela prefeitura, tendo os jovens que se deslocarem por conta própria para assim usufruir do transporte cedido pela empresa (no caso dos que trabalham na VSB), sendo o trajeto exclusivo da cidade (zona urbana) para a empresa.

Percebemos também uma incompatibilidade nos dados fornecidos por estes representantes, uma vez que os jovens demonstraram estar interessados no trabalho e estudo e criticaram o fato de os cursos oferecidos antigamente não estarem mais disponíveis, o que contraria a justificativa de extinção dos cursos por “desinteresse dos jovens”. No entanto, Fernanda afirma que tudo que é oferecido para a população urbana também é oferecido para a população rural. Para ela quando são ofertados cursos e programas na prefeitura para serem desenvolvidos na cidade, a primeira preocupação da prefeitura é se o curso também pode atender as comunidades rurais. Segundo a secretária, as condições estruturais da cidade influenciam muito, mas as oportunidades devem ser mantidas de maneira igual, pois “antigamente não era o que acontecia. Os rurais tinham que morar na cidade ou em outras cidades para estudarem ou trabalharem. Hoje não, se eles dizem que querem estudar de manhã vamos lá, se quer de noite vamos também. É uma valorização da comunidade rural. Temos uma preocupação com as comunidades rurais e principalmente na educação que é minha área de atuação. Assim, tudo que é oferecido aqui é oferecido nas comunidades rurais, pelo menos em termos de educação, até os programas que escolhemos é diferente. Os livros didáticos, apostilas, tudo referente à realidade deles. Dessa forma atendemos as peculiaridades da zona rural oferecendo tudo que oferecemos aqui na cidade para eles também” (Rezende, Pesquisa de campo, 2013).

Vemos, a partir desta análise, que a chegada da empresa traz não só uma reestruturação da cidade em função das demandas deste empreendimento, como uma transformação nos projetos de vida dos jovens em função das novas possibilidades de inserção no mercado de trabalho, aquisição de renda e conquista da autonomia, que podem não se confirmar. Wesley afirma que já houve um retorno de jovens que estavam fora do município no mercado de trabalho de outras cidades. O vereador evidencia um retorno de aproximadamente 50 famílias. Neste sentido, para Wesley, a empresa pode aumentar o campo de visão do jovem; entretanto, ressalta-se outro problema:

Os jovens tem que ir à procura dessas informações, e nem sempre os jovens que buscam trabalhar na empresa visam suas respectivas aptidões para o trabalho, pois quando perguntamos para o jovem porque ele faz ou faria cursos relacionados às demandas da VSB eles respondem: porque a VSB está contratando nesse setor. Logo, será que o jovem tem aptidão para esse curso? Não. É porque ele visualiza ali uma possibilidade de emprego. Às vezes ele faz aquele curso sem saber. E ele não sabe que o bom profissional é o que gosta do que faz. Se você faz por opção amanhã você vai ser um bom profissional? Então vejo muito isso. A falta de recursos da região faz os jovens fazerem os cursos pelas demandas de trabalho e não pela aptidão. Então é um caso preocupante, pois se tiramos os jovens da zona rural, e o amanhã? Não quer dizer que todos vão gostar, pois lá dentro pode ter jovens que podem estar, mas que gostam do serviço rural, pois já estão acostumados com isso. Outra dificuldade está no fato dos pais retirarem os jovens da escola para trabalharem na roça, com isso os jovens chegam a ter certa escolaridade, aí o pai chega num certo momento e tira o jovem da escola para trabalhar na roça, e chega um momento que ele passa a não gostar de zona rural e mesmo sem afinidades com o trabalho na empresa este jovem quer ir trabalhar lá com conta do status (Bonifácio, Pesquisa de campo, 2013).

A partir desta fala ficamos com outros questionamentos: como o jovem pode desenvolver esta “aptidão”? Como ele pode se capacitar para e se inserir na empresa se ele precisa trabalhar para ajudar? Dessa forma percebemos que a empresa não assume com sua função social no que diz respeito a empregar a mão de obra local, pois se ela não encontra mão de obra qualificada no município ela importa trabalhadores de outras regiões, não investindo necessariamente na capacitação e no desenvolvimento local. Assim, percebemos que tanto a empresa quanto as instituições governamentais do município se justificam no sentido de que o problema está com os jovens, ora por não se interessarem ora por não possuírem aptidões específicas para o trabalho no setor

industrial. Neste sentido percebemos que a empresa oferece inúmeras possibilidades para os jovens, mas a capacitação para a inserção nestes postos ainda não faz parte dessas possibilidades, onde as políticas públicas municipais para educação e capacitação profissional não contemplam as reais dificuldades dos jovens.

Sendo assim retomaremos alguns questionamentos: os jovens rurais de Jeceaba tem como projeto de vida o trabalho no campo? Na empresa? As aptidões dos jovens são condizentes com a realidade da empresa? Embora afirmada no discurso dos representantes da prefeitura uma “preocupação com as comunidades rurais”, estão estes ouvindo os jovens no que diz respeito às suas aptidões? Os cursos ofertados pelo município estão atrelados aos projetos de vida dos jovens? A cidade realmente oferece possibilidades para a concretização dos projetos de vida dos jovens rurais? Até o momento o que podemos afirmar é que existem oportunidades geradas para jovens do município. Mas, percebemos também, que por possuírem residência no campo nem sempre os jovens possuem condições de ir à cidade, por falta de transporte público ou dá empresa.

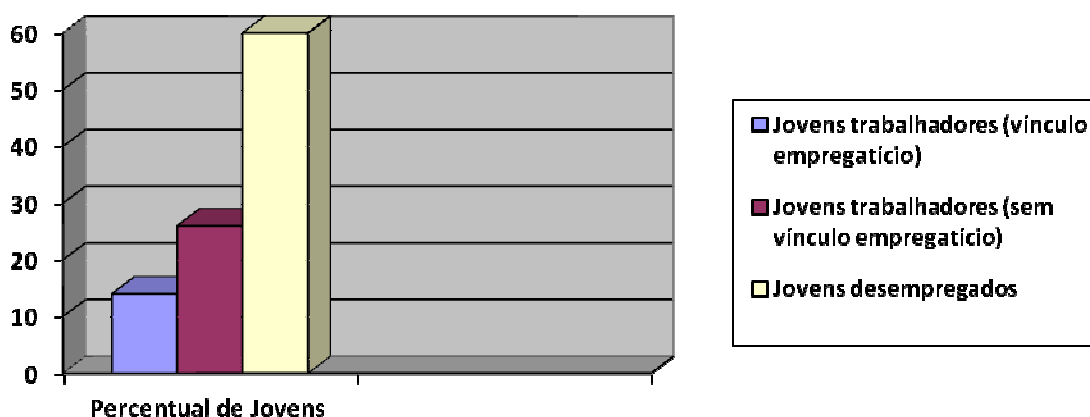
Veremos a seguir que para a qualificação, embora seja um dos principais benefícios oferecidos aos jovens segundo as instituições da cidade, nem sempre os jovens estão informados acerca destas possibilidades, e mesmo para os que possuem a qualificação exigida pela empresa, alguns jovens não se encontram inseridos no universo industrial, ficando cada vez mais distantes da concretização de suas expectativas profissionais e realização de seus projetos de vida.

6.3 A Realidade dos Jovens de Jeceaba: os projetos de vida e a visão sobre as instituições públicas.

Como neste trabalho temos o objetivo específico de analisar a inserção do jovem no mercado de trabalho, iniciamos a análise perguntando quais atividades são realizadas pelos jovens e indicando a renda mensal total. Como visto anteriormente, foram entrevistados 50 jovens rurais, correspondendo a aproximadamente 13% do total de jovens na faixa etária de 20 a 29 anos.

Primeiramente dividimos os jovens em 3 grupos (Gráfico 1): O Grupo 1 – Jovens que trabalham e possuem vínculo empregatício (carteira assinada); Grupo 2 – Jovens que trabalham mas não possuem vínculo empregatício; e o Grupo 3 – Jovens que não trabalham ou trabalham mas não contribuem na renda familiar.

Gráfico 1: Total de jovens em Percentual de Trabalhadores com ou sem Vínculos Empregatícios e Desempregados



O Gráfico 1 mostra que 14% dos jovens entrevistados trabalham e possuem vínculo empregatício (7 jovens), 26% deste total trabalham e não possuem vínculo empregatício (13 jovens) e 60% dos jovens não trabalham ou trabalham mas não detém renda (30 jovens). As atividades realizadas pelos jovens que trabalham (tipo de atividade) para cada grupo, os salários (quando há), as capacitações (cursos realizados) e a relação de seus projetos de vida atrelados às possibilidades oferecidas pela cidade e pelas possíveis influências da empresa em seus projetos de vida serão discutidas posteriormente em relação a cada grupo respectivamente.

No Grupo 1 as atividades realizadas pelos jovens compreendem: jovens empregados na empresa VSB (quatro), motorista (um), empregada doméstica (uma) e operador de caixa (um).

Dos quatro jovens que trabalham na empresa 3 são do sexo masculino e um do sexo feminino, e as atividades se diferenciam em operadores de máquinas e serviços de limpeza, sendo os salários de 1300,00 reais mensais e 6,67 reais por hora para operadores de máquinas e serviços de limpeza respectivamente. Neste grupo a operadora de máquina, ou seja, a mulher, esta possui salário de 1200,00 reais embora ocupe o mesmo posto de trabalho dos homens. Este dado nos mostra a diferenciação dos salários entre homens e mulheres, mas não sabemos se as mulheres realizam todas as atividades relacionadas ao cargo ou se apenas em partes.

Os jovens que trabalham na empresa são os que possuem maiores níveis de capacitação e salários dentre todos os entrevistados, entretanto, também verificamos a presença de alguns jovens que possuem capacitações semelhantes a dos jovens do

Grupo 1 no Grupo 2 (jovens que trabalham mas não possuem vínculo empregatício) e que serão discutidos a seguir. Os jovens do grupo 1 possuem ensino médio completo e em alguns casos nível técnico e-ou profissionalizante nas áreas de segurança do trabalho, eletrotécnica, mineração e meio ambiente. Quando comparamos os salários destes jovens, os que possuem curso técnico detêm remunerações maiores do que os jovens que possuem cursos profissionalizantes, ou seja, a empresa paga maiores salários para os jovens com maiores capacitações.

Um dado é que, além dos cursos técnicos e profissionalizantes, todos os jovens que trabalham na empresa também fizeram cursos de informática. Perguntamos onde foram feitos os cursos e em todos os casos os jovens fizeram cursos presenciais em outras cidades da região (Entre Rios de Minas, Conselheiro Lafaiete e Congonhas). Quando perguntamos sobre a escolha da área dos cursos, os entrevistados afirmaram que só fizeram estes cursos pelo fato de terem sido os “únicos cursos oferecidos na região”, ao contrário do que foi afirmado pelos representantes da prefeitura “é a própria população que vem escolhendo os cursos que mais se relacionam com as expectativas locais”. Para os entrevistados a intenção foi “obter maior conhecimento para as oportunidades de trabalho no mercado local” (Jovem Rural, 20 anos).

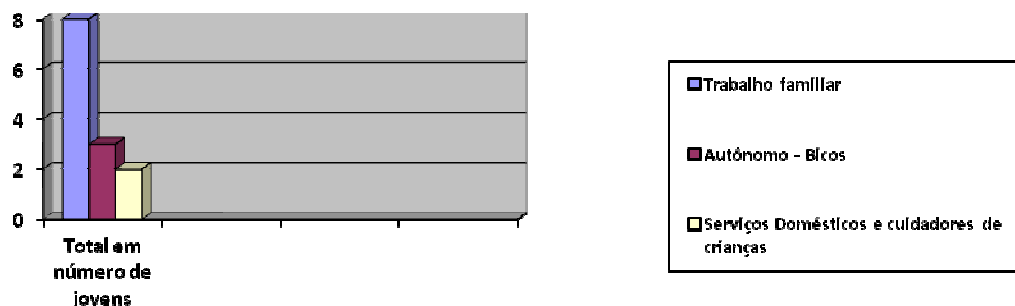
Neste grupo todos os entrevistados afirmaram serem conhecedores das empresas da região e que sempre tiveram vontade de trabalhar no distrito industrial da VSB pelo mesmo motivo: “ser perto de casa (não ter que mudar de cidade) e não ter que ficar longe da família” (Jovem Rural, 20 anos). Quando perguntamos a respeito dos seus projetos de vida, os jovens responderam que dentre seus objetivos estão obter maior escolaridade, fazendo cursos de nível superior ou mesmo técnico ou profissionalizante. Percebemos que todos os jovens buscam esta maior capacitação principalmente em função de mudarem de posição em relação ao cargo ocupado atualmente, pois “busco estudar mais para melhorar minha situação na empresa e para poder realizar as minhas metas” (Jovem Rural, 29 anos). Percebemos também que neste grupo todos os entrevistados têm como objetivo de moradia permanecer em suas comunidades. Outro dado interessante é que estes jovens também percebem os cursos de língua Inglesa, Japonesa e Francesa (que são os idiomas mais utilizados dentro da VSB) fundamentais para ascensão e destaque dentro de seus setores.

Dentro deste grupo, em relação aos jovens que não trabalham na empresa, mas que também possuem vínculo empregatício, os salários estão em torno de R\$ 700,00 (1 salário mínimo). Destes jovens dois possuem ensino médio completo e um não. Dos que

possuem ensino médio, estes também possuem outras capacitações, como cursos de informática e profissionalizantes, na área de mineração e meio ambiente. Neste caso todos os entrevistados afirmam que têm vontade de trabalhar na VSB e que fizeram estes cursos para se candidatarem às vagas da empresa: “fiz esse curso porque quero obter um emprego melhor” (Jovem Rural, 20 anos). Embora não estejam trabalhando na VSB, a empresa também influencia em seus projetos de vida, visto que estes jovens têm como objetivos se capacitarem mais em áreas específicas da empresa e continuarem morando em suas respectivas comunidades.

Em relação ao Grupo 2 (Jovens que trabalham mas não possuem vínculo empregatício), os postos de trabalho ocupados compreendem: trabalho familiar (agricultura e pecuária) 8 jovens; autônomos (Bicos) 3 jovens; e serviços domésticos e cuidadores de crianças 2 jovens (Gráfico 2).

Gráfico 2: Jovens trabalhadores sem Vínculos Empregatícios divididos por atividade.



Para este grupo os salários são imprecisos e “depende dos dias que trabalhei no mês” (Jovem Rural, 20 anos). Os jovens que trabalham com agricultura familiar afirmam trabalharem em média 3 a 6 horas diárias, com suas rendas variando de R\$100,00 a R\$300,00. Alguns jovens afirmaram trabalharem o dia inteiro e declararam renda em torno de 700,00 reais mensais. Destes jovens nenhum completou o ensino médio e oito deles afirmam nunca terem feito nenhum tipo de curso profissionalizante ou técnico e os outros 5 afirmam já terem feito um curso de espanhol. Neste caso todos os jovens fizeram este curso, não só neste grupo, mas como veremos também no Grupo 3, quando este foi ofertado uma única vez na escola que estudavam, ou seja, todos os jovens que tiveram acesso se matricularam.

Verificamos que todos os entrevistados no grupo 2 demonstraram interesse em estudar e se capacitar, e que se encontram atualmente cursando o ensino médio normal ou estão no EJA. Para este grupo apenas dois têm a intenção de trabalhar na empresa e os outros 11 buscam ter profissões relacionadas a outras áreas, como: cabeleireiros, motoristas, professores, secretários ou servidores públicos. Já em relação à moradia 10 jovens têm intenção de continuarem morando na comunidade que residem atualmente e 3 pretendem morar em outra localidade, mesmo que no interior de Minas ou em outros estados, como em São Paulo. Esses jovens afirmam que não objetivam a empresa, pois “a comunidade e até mesmo a cidade não oferece oportunidades para nossas capacitações”.

Já os jovens que se declaram autônomos estes afirmam que a principal atividade realizada são os “bicos”, relacionados principalmente a serviços de manutenção de máquinas, computadores, celulares, diaristas, entre outros. Eles declaram já ter terminado o ensino médio e que seus salários variam de 500,00 a 950,00 reais mensais. Em relação às capacitações e cursos feitos, todos declaram já terem cursado informática (mas não em Jeceaba) e 2 afirmam já terem feito outros cursos, como o curso de “Ponte Rolante”, que é um setor específico de atuação da empresa VSB. Um deles afirma ter vontade de trabalhar na empresa, no entanto a dificuldade se encontra no fato de que “hoje em dia acontecem muitas panelas, onde os jovens que não têm ‘padrinhos’ ficam de fora dos empregos na empresa” (Jovem Rural, 20 anos). Os outros 2 afirmam não ter interesse na empresa e têm como projeto de vida profissional trabalhos relacionados à engenharia ou mesmo atividades técnicas em áreas diferentes dos setores da VSB, e morando em outras cidades, tais como Congonhas ou Belo Horizonte, pois “a minha comunidade não oferece o meu objetivo de vida” (Jovem Rural, 27 anos).

Neste mesmo grupo, há os jovens que realizam atividades domésticas ou cuidando de crianças, que correspondem a dois jovens. A renda média destes jovens está em torno de R\$300,00. Destes jovens um já realizou o curso de informática e espanhol e o outro nunca fez nenhum tipo de curso. Eles afirmaram terem a intenção de continuarem morando em suas comunidades ou se mudarem para a área urbana devido à dificuldade de acesso à cidade para a realização de seu trabalho.

Já o total de jovens que não trabalham ou que trabalham, mas não possuem renda, o Grupo 3, este representa 60% dos jovens entrevistados (30 jovens). Podemos dividir este grupo em dois subgrupos: os que não trabalham (desocupados) 13,3%; e os que trabalham, mas não possuem renda 77,7%.

Dos jovens que trabalham (26 jovens) as atividades realizadas se dividem principalmente em: serviços domésticos (22 jovens) e trabalho familiar (4), principalmente nas tarefas de arrumar casa e lavar roupa e o plantio de milho e feijão respectivamente (Gráfico 3).

Gráfico 3: Jovens que trabalham mas não são remunerados divididos por atividade.



Um dado sobre o grupo 3 é que 26 entrevistados são mulheres e 4 homens. Neste caso são os homens que mais realizam as atividades relacionadas à agricultura e as mulheres as atividades domésticas. Quando perguntados há quanto tempo realizam estas atividades, os jovens responderam que “desde que percebi que havia necessidade de ajudar meus pais” (Jovem Rural, 25 anos), e afirmam que realizam essas atividades praticamente por todo o tempo que estão em casa, pois “gasto quase o dia todo e fico o dia inteiro, de segunda a sábado” (Jovem Rural, 23 anos). Percebemos que para este grupo a maior dificuldade para os jovens que buscam maiores capacitações está na prioridade de ajudarem aos pais para manter a estabilidade econômica.

Neste sentido Gonzalez (2009) afirma que há um expressivo contingente de jovens que não trabalham nem estudam. No caso das mulheres, o autor afirma que a situação reflete ainda a dedicação aos cuidados domésticos e familiares, porém, em grande medida o que ocorre é que os jovens que saem da escola encontram dificuldades tanto em se empregar como em manter o emprego (quando empregados). Cabe acrescentar que, além do desemprego aberto, há um desemprego oculto pelo desalento, isto é, há uma parcela de jovens que não trabalha e desistiu de procurar emprego, ou seja, o desemprego juvenil pode ser entendido como sinal de dificuldade de realizar a transição, seja por deficiência na escolarização, seja por restrições do mercado de trabalho.

Já em relação às capacitações ou cursos feitos pelo Grupo 3, 17 entrevistados afirmam já terem realizado algum tipo de curso, sendo estes: de artesanato, de informática (técnico), AutoCAD e curso de Espanhol. Destes jovens 14 já terminaram o ensino médio ou se encontram no 2º ou 3º ano do ensino médio e os demais jovens estão matriculados no ensino fundamental.

Quando perguntados a respeito de seus anseios profissionais, os desejos dos jovens se atrelam a profissões como: policiais, secretários, pedagogos, juízes, promotores, psicólogos, motoristas, engenheiros, nutricionistas, veterinários, cantores, pintores, delegados, administradores e técnicos em áreas administrativas ou de meio ambiente. Neste sentido, 60% destes jovens não se interessam pelos cargos oferecidos pela empresa uma vez que poucos destes postos de trabalho são ofertados na VSB e também pelo fato de que quando perguntados sobre suas pretensões de moradia estes jovens demonstraram interesse em mudar para outras cidades ou até mesmo outros países, justificando que “quero morar em outro lugar com mais movimento porque facilita mais sobre as coisas” (Jovem Rural, 24 anos) ou mesmo “não posso realizar meu projeto de vida no local onde moro porque para nós que moramos na zona rural perdemos muitas oportunidades de estudos” (Jovem Rural, 25 anos). Estes jovens também declaram que para a conquista de sua autonomia “é preciso ter capacitação profissional e competência” e a necessidade de ir morar em outro local é “porque eu tenho que me manter em contato com muitas pessoas para poder ter a profissão que eu pretendo” (Jovem Rural, 25 anos). No caso destes jovens percebemos que a cidade ainda não oferece suporte para a concretização de seus objetivos profissionais.

Um fator interessante nesta análise é que 90% do total de jovens entrevistados na pesquisa afirmam que um elemento essencial para a conquista de seus projetos de vida seria o acesso à internet. Nas comunidades estudadas nenhuma delas possui telecentros comunitários e quando os jovens precisam realizar alguma atividade que necessite do uso das redes (trabalhos escolares, entre outros) eles têm que recorrer à cidade ou à casa de amigos. Em alguns casos os jovens acessam a internet de seus celulares, uma vez que as comunidades rurais não possuem redes com fio disponíveis. Neste sentido, uma das reclamações dos jovens diz respeito às populações rurais ficarem excluídas das oportunidades de trabalho ou mesmo dos cursos ou capacitações por estes serem ministrados presencialmente e via TICs. Assim, a exclusão se reafirma, pois a falta de acesso às novas tecnologias se soma a falta de transporte.

Também verificamos a presença de jovens que afirmam que as redes virtuais não são importantes. Neste caso os jovens afirmam que não têm nenhuma familiaridade com as redes e que nunca utilizaram um computador, pois a tecnologia “não faz parte da minha realidade e não influencia em minha vida, pois nunca usei um computador e nem sei como mexer” (Jovem Rural, 23 anos). Ressalta-se que este grupo é formado por jovens mais ligados ao trabalho no âmbito familiar e que apresenta maior desejo de concretizar seus projetos de vida fora da cidade de Jeceaba.

Interessados em verificar quais os desafios para a conquista da autonomia dos jovens, perguntamos aos entrevistados quais são as dificuldades enfrentadas para sua inserção no universo do trabalho. Neste caso 5% do total de entrevistados afirmam que a inserção no mercado de trabalho é fácil devido à região possuir muitas empresas. Mas embora muitos destes jovens ainda estejam estudando, eles não se sentem preparados para as clivagens do mercado de trabalho, pois as empresas exigem qualificações específicas que estes jovens ainda não possuem. Os outros 95% declaram que a inserção no trabalho é difícil. Para alguns, o problema esbarra no restrito acesso às informações. Mesmo para os jovens que querem continuar no trabalho agrícola, faltam informações sobre pragas das culturas ou doenças das criações; além disso, “na zona rural está ficando cada vez mais difícil, pois não está tendo serviços para diaristas ou para qualquer trabalho pra ganhar algum salário” (Jovem Rural, 26 anos).

Em termos gerais, os jovens declaram que as dificuldades são múltiplas: “é difícil porque hoje em dia para trabalhar tem que ter curso pra tudo, e é tudo pago” ou “porque pra gente entrar para uma firma tem que ter segundo grau completo ou ensino superior, e eu tenho que trabalhar para ajudar minha família e aqui na zona rural a gente não é informado das oportunidades que acontecem na região” (Jovem Rural, 25 anos). Os jovens pesquisados também evidenciam que as oportunidades de emprego na própria cidade são difíceis de serem conquistadas, pois “não tem muitas vagas disponíveis no mercado de trabalho local” (Jovem Rural, 26 anos).

Dessa forma, além da dificuldade de obterem maiores qualificações, para os jovens que já possuem algum tipo de qualificação estes afirmam que a dificuldade também se encontra na ampla concorrência pelos postos de trabalho, uma vez que as empresas da região também atraem moradores de outras cidades e dessa forma “é difícil porque a gente não tem a qualificação, e quando tem não conseguimos por causa da concorrência” (Jovem Rural, 26 anos).

Assim, a partir das análises, do total de 50 entrevistados 15 enxergam na empresa o seu futuro profissional e apenas 5 jovens enxergam que a cidade de Jeceaba pode satisfazer suas expectativas profissionais. No geral há uma tendência para a saída dos jovens do campo no que diz respeito à capacitação para o trabalho, fato este que corrobora os trabalhos de Castro, Wanderley, Carneiro, Brummer, Rosas e Malagodi, que ressaltam a importância de se entender as concepções dos jovens para assim garantir que a concretização de seus projetos de vida sejam possíveis de realização, no entanto, embora os novos postos de trabalho do rural multifuncional demandem uma série de capacitações e domínios, e mesmo com a cidade não oferecendo até o momento estruturas necessárias para estas novas capacitações e qualificações, muitos dos jovens pretendem manter moradia em suas comunidades rurais, ora trabalhando em atividades agropecuárias ou pluriativas, ora trabalhando no setor industrial, não pretendendo necessariamente deixar o campo, como observaremos no discurso do poder público local. Essa fator nos mostra que estes jovens buscam novas qualificações fora do espaço rural, mas tem intenção de retornarem ao campo independente do tipo de atividade realizada.

Perceberemos, assim, que existe um discurso institucional afinado no que diz respeito às novas oportunidades (empregos) geradas para os jovens que vivem sob o contexto a multifuncionalidade do campo, no entanto, nem sempre são os jovens os principais beneficiados. Em termos gerais os problemas se relacionam principalmente à ausência de políticas públicas que abarquem a realidade dos jovens no que diz respeito às exigências de qualificação e domínio tecnológico, do acesso à cidade, e às novas tecnologias. Neste sentido verificamos que as instituições públicas vêm dando pouca atenção para as necessidades dos jovens, uma vez que as capacitações que serão oferecidas para a população não contemplam todas as exigências do mercado de trabalho local, ficando o jovem rural a mercê da maioria das possibilidades oferecidas no rural multifuncional.

CONCLUSÕES

Neste estudo buscamos analisar a juventude rural e a sua inserção no mundo do trabalho procurando especificamente compreender as dificuldades enfrentadas pelos jovens no que diz respeito à construção do seu projeto de vida a partir das novas possibilidades de trabalho oferecidas pelo campo multifuncional, com a emergência de novos empregos que não necessariamente voltados para a produção agropecuária ou a pluriatividade, mas ligados ao setor industrial. Nos estudos que tratam dessa temática alguns estudiosos afirmam que uma das questões que tem recebido maior atenção é o desejo dos jovens de permanecerem ou não no campo e as condições de realização desses desejos e de suas aspirações profissionais. Como visto ao longo deste trabalho, a bibliografia sobre juventude rural tem destacado o papel deste segmento social como componente do trabalho agrícola principalmente no âmbito da agricultura familiar. A mesma bibliografia também mostra que o descontentamento dos jovens com essas atividades os incita à migração para as cidades. Assim, como visto na introdução deste trabalho, neste estudo abarcamos outra situação, ou seja, o contexto de multifuncionalidade do rural com a instalação de um distrito industrial, que vem colocando novas complexidades e desafios para a conquista da autonomia dos jovens rurais. Levando-se em conta esse aspecto, o presente trabalho privilegiou as transformações mais recorrentes na dinâmica do rural tornando visível a situação da Juventude Rural no contexto de mudanças nos aspectos espaciais, produtivos, econômicos e culturais das sociedades rurais na contemporaneidade, tendo a categoria analítica “trabalho” como uma das chaves de desvendamento do processo em curso. Dessa forma contribuímos não só com os estudos da Extensão Rural que problematizam configurações do rural que apresentam cenários caracterizados pela dimensão da produção agropecuária, mas também por considerar uma diversidade de transformações ocorridas no cotidiano do jovem rural a partir da instalação de um distrito industrial no campo.

Quando começamos o estudo, algumas questões que nortearam nossa ação foram: quais os principais desafios para a inserção do jovem no mundo do trabalho e quais estratégias podem ser utilizadas para esta inserção. Entretanto, como na maioria dos estudos, chegamos ao final deste trabalho com novas questões e com novas perguntas, pois percebemos que a relação entre juventude rural, geração de renda e trabalho envolve uma gama de variáveis com múltiplas possibilidades de resolução.

Em primeira instância corroboramos a maioria dos estudos quando estes afirmam que a dificuldade dos estudos sobre juventude advém da heterogeneidade deste segmento social. A diversidade cultural, política e econômica brasileira nos restringe a uma constante dificuldade de generalizações. Entretanto, um olhar mais apurado nos indica algumas tendências comuns e que podem lançar luz sobre alguns fenômenos de maior abrangência, como por exemplo, a dificuldade de acesso a informações sobre trabalho e renda por parte dos jovens advindas principalmente da ausência de telecentros comunitários e da presença das redes digitais no campo. Verificamos que há um baixo uso, apropriação e domínio das novas tecnologias da informação e comunicação pelos jovens estudados. Este fator tem como relevância a limitação das formas de capacitação do jovem, uma vez que as redes virtuais e as novas tecnologias são usadas na maioria dos cursos, tanto os presenciais, semi-presenciais ou a distância, com o jovem, em alguns casos, não tendo nenhuma familiaridade com estas novas tecnologias.

Cabe lembrar que como estamos falando sobre jovens rurais, e que no caso dos entrevistados são segmentos sociais de baixa renda, é enorme a ansiedade juvenil por busca de soluções em curto prazo e que amenizem os problemas vivenciados no cotidiano. A nosso ver estas especificidades devem ser acompanhadas por leituras macrossociais, por estas serem capazes de articular diferentes atores sociais, de contextos socioeconômicos distintos, e direcionar ações de longo prazo, mesmo não tendo impacto direto no momento atual, mas que possam ser utilizadas como ferramentas para a melhoria futura das populações que vivem sob o contexto da transformação do campo, com políticas públicas que venham de fato a abarcar a realidade juvenil.

Percebemos que as políticas públicas tanto no âmbito federal ou estadual visam melhorias para a população jovem, mas seu principal problema esbarra na característica das diferentes “juventudes”. Assim, percebemos que a questão central é ampliar as conjecturas dos projetos e ações sociais para atender públicos específicos, como: mulheres, jovens, jovens rurais, jovens trabalhadores rurais, jovens que estão completando o ensino médio, jovens que já terminaram o ensino médio, jovens que já se inseriram e retornaram ao ensino fundamental, ou seja, que abarquem as necessidades da múltipla juventude que está “envelhecendo” sem ter oportunidades de trabalho decente, com vínculo empregatício e que gere autonomia e renda para a concretização de seus projetos de vida. Entendemos que, por um lado, deve-se continuar investindo

nos programas já existentes e que vem buscando qualificar os jovens, como o caso do EJA e do Jovem Aprendiz, ou de alguns programas federais, como o Pronatec, mas, por outro, percebemos que devem ser fortalecidas as parcerias entre as instituições públicas e privadas para que realmente sejam ofertadas oportunidades de programas que sejam capazes de trazer crescimento pessoal para as juventudes que vivem sob o contexto do desemprego estrutural. Muitos destes programas têm objetivos e metas capazes de atingir as comunidades rurais, mas nem sempre os planejadores fazem opções condizentes com a realidade dos jovens, ficando estes, na maioria das vezes, sem acesso, apropriação ou domínio destes novos aprendizados.

A pesquisa indicou que muitos dos jovens vivem na condição dos subempregos (bicos) ou empregos informais. Estes tentam a partir de novas habilidades alcançarem sua autonomia no rural em transformação. Estes jovens também têm como desafio as novas demandas de qualificação e domínio tecnológico do rural urbanizado, pois a qualificação vem se mostrando como fundamental para legitimar as diferentes formas do trabalho no rural multifuncional. Sendo assim, enfatizamos a importância deste tema no que diz respeito a oportunidades futuras de uma geração crescente de jovens, como no caso do Brasil, dando visibilidade ao jovem rural na questão “juventude-renda-trabalho” com a finalidade de identificar e descrever estratégias que aproximem os jovens de comunidades rurais no universo do trabalho com a incorporação da mão de obra juvenil e incrementando suas conexões com este universo.

Sendo assim, com os resultados obtidos nesta pesquisa destacamos que a multifuncionalidade do campo, se não for acompanhada de novas aprendizagens e domínios tecnológicos, pode funcionar como fator de exclusão social dos jovens rurais de setores específicos no rural multifuncional ao invés de possibilitar sua autonomia.

A inclusão social dos jovens, no entanto, não pode recair exclusivamente em sua capacitação profissional. A pesquisa também mostrou que no caso estudado há necessidade urgente de novos arranjos institucionais nos quais prevaleça a vontade política da inclusão. Verificamos várias ausências e carências institucionais relativas à informação e à formação profissional, tanto nos órgãos governamentais como dos órgãos da sociedade civil e mesmo da empresa. Os contrastes entre os discursos de representantes institucionais e os discursos juvenis atesta a falta de clareza e efetividade nos rumos do desenvolvimento do município, notadamente em sua promessa de inclusão laboral.

A pesquisa confirma, assim, a necessidade de estratégias integradas de desenvolvimento rural, onde a multifuncionalidade não seja encarada como um amontoado de atividades desconectadas e que, ao final, às populações rurais não reste apenas as externalidades negativas que um complexo industrial sempre traz.

BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, R. & ALVES, G. **“As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital”**. Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n.87, p. 335-351, maio/ago. 2004.

BOURDIEU, P. **“A Juventude é apenas uma palavra”**. In: Questões de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BRANDÃO, A.C, DUARTE, M.F. **“Movimentos Culturais de Juventude”**. São Paulo, Editora Moderna, 2004.

BRUMER, A. **“A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade”**. In: Juventude Rural em Perspectiva. Organizadoras: Maria José Carneiro, Elisa Guaraná de Castro. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BUSCH, L. **“The Agricultural Sciences and the Modern World System”**. In L. Busch (ed.) Science and Agricultural Developmente. New Jersey, Atllanheld, Osmun, 1981.

CASTELLS, Manuel & CARDOSO, Gustavo. In: **“A Sociedade em Rede - Do Conhecimento à Acção Política”**. Imprensa Nacional, Casa da Moeda, São Paulo, 2006.

CARNEIRO, M.J. **“Juventude rural: projetos e valores”**. In: Retratos da Juventude Brasileira São Paulo, Instituto Cidadania/Fundação Perseu Abramo, 2005.

_____ **“Multifuncionalidade da agricultura e ruralidade: uma abordagem comparativa”**. In: Mundo rural e cultura. Organizadores: Roberto José Moreira, Luiz Flávio de Carvalho Costa. Rio de Janeiro: Mauad X, 2002.

_____ **“Ruralidades Contemporâneas: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira”**. Rio de Janeiro, Mauad X: FAPERJ, 2012.

CASTRO, Elisa Guaraná de. **“Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político”**. Rio de Janeiro, Revista latino americana de sociologia rural, 2009.

_____ **“Os jovens estão indo embora? Juventude rural e a construção de um ator político”**. Rio de Janeiro, Mauad X; Seropédica, RJ: EDUR, 2009.

CATANI, A.M, GLIOLI, R.S.P., **“Culturas juvenis múltiplos olhares”**, São Paulo, Editora UNESP, 2008.

CHRISTOFFER, R. **“Breve histórico da Estrada de Ferro Central do Brasil”**. ANPF, 2008.

COSTA, A.M.N. **“Revoluções Tecnológicas e Transformações Subjetivas”**. Psicologia: Teoria e Pesquisa. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Vol. 18 n. 2, Maio-Agosto, 2002.

COSTA, L.R. **“A crise do fordismo e o embate entre qualificação e competência: conceitos que se excluem ou que se complementam”**. Revista de Ciências Sociais, n. 26. Abril, 2007.

COVRE, M.L.M. **“A função da técnica”**. In: Organização, Trabalho e tecnologia. Coordenadoras: BRUNO, L. SACCARDO, C. São Paulo: Atlas, 1986.

DAGNINO, R. **“Enfoques sobre a relação Ciência, Tecnologia e Sociedade: Neutralidade e Determinismo”**. Revista de Ciência da Informação - v.3 n.6, Dezembro, 2002.

DIAS, M.G. **“A História de Jeceaba - Minas Gerais – Brasil”**. In: Livreto Comemorativo dos 50 anos de Emancipação do Município. Câmara Municipal de Jeceaba, Maio de 2004.

DIEESE, **Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos e Socioeconômicos**, 2009.

DOWBOR, L. **“O que acontece com o trabalho”**. São Paulo, Editora Vozes, Fevereiro, 2002.

DRUCK, M.G. **“Globalização e Reestruturação Produtiva: o Fordismo e-ou Japonismo”**. São Paulo, Revista de Economia Política, vol. 19, nº 2 (74), abril-junho-1999.

FILHO, H.M.S. & BONFIM, R.M. **“Oportunidades e desafios para a inserção de pequenos produtores em mercados modernos”**. In: A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento brasileiro: ganhar tempo é possível? Brasília: CGEE, 2013.

FORACCHI, Marialice Mencarini. **“A juventude na sociedade moderna”**. São Paulo: EDUSP 1972.

FREIRE, S.F. & CASTRO, E. **“Juventude na Amazônia paraense: identidade e cotidiano de jovens assentados da reforma agrária”**. In: Juventude Rural em Perspectiva. Rio de Janeiro, Mauad X, 2007.

FRIGOTTO, G. **A relação da educação profissional e tecnológica e a universalização da educação básica**. In: *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, Outubro, 2007.

_____ **“Concepções e mudanças no mundo do trabalho e ensino médio”**, In: Ensino Médio Integrado: Concepção contradições, São Paulo, Ed. Cortez, 2005.

_____ **“Tecnologia”**. Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2009.

GONZALEZ, R. **“Políticas de emprego para jovens: entrar no mercado de trabalho é a saída?”** In: Juventude e políticas públicas sociais no Brasil. Brasília: Ipea, 2009

GOODMAN, D. Sorj, B e Winkinson, **“J. Da Lavoura às Biotecnologias – Agricultura e industria no sistema internacional”**. Rio de Janeiro, Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 1990.

IBGE, **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, 2010.

KON, A. **“Progresso tecnológico como desenvolvimento”**. In: Desafios da Globalização. Organizadores: Ladislau Dowbor, Octavio Ianni, Paulo Edgar A. Resende. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LAPLANE, M.F. & LOPES, M.A. In: CAMPOS, S.K. & NAVARRO, Z. (org), **“A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento brasileiro: ganhar tempo é possível?”** Brasília: CGEE, 2013.

MACIEL, M.L. **“Ciência, Tecnologia e Inovação: A Relação entre Conhecimento e Desenvolvimento”**. São Paulo, Anpocs. Nº 54, 2002.

MAGNO, L. **“Territorialização, conflitos e construção das identidades no assentamento rural Aurora em Descalvado-SP”**. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural), Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2011.

MALAGODI, E. & MARQUES, R. **“Para além do ficar e sair: as estratégias de reprodução social dos jovens em assentamentos rurais”**. In: Juventude Rural em Perspectiva. Organizadoras: Maria José Carneiro, Elisa Guaraná de Castro. Rio de Janeiro, Mauad X, 2007.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **“Trabalho Decente e Juventude”** - América Latina. Brasília, Organização Internacional do Trabalho, 2007.

PAIM, P. **“Juventude e trabalho”**. In: Coleção cadernos de EJA. Brasília, Ministério da Educação, 14 de setembro de 2006.

PAIS, José Machado. **“Culturas juvenis”**. Lisboa, Imprensa Nacional casa da Moeda, 2ª edição, 2003.

PALMEIRA, M. **“Modernização e reforma agrária”**. In: Mundo rural brasileiro: ensaios interdisciplinares. Rio de Janeiro, Mauad X; Seropédica, EDUR, 2008.

PEREIRA, J.C.A. **“Da migração nacional à internacional: enredos e desenredos de jovens rurais na agricultura familiar”**. In: Juventude Rural em perspectiva. Rio de Janeiro, Mauad X, 2007.

PERRY, L.S.P. **“Novas tecnologias e percepção de risco: análise das opiniões sobre transgênicos publicados na imprensa brasileira (2003-2004)”**. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural), Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2007.

ROSAS, E.N.L. **“Do campo para a cidade: saindo para ficar”**. In: Juventude Rural em Perspectiva. Organizadoras: Maria José Carneiro, Elisa Guaraná de Castro. Rio de Janeiro, Mauad X, 2007.

SANTANA, M.A. & RAMALHO, J.R. **“Sociologia do trabalho no mundo contemporâneo”**. Rio de Janeiro, Editora Jorge Zahar, 3ª Edição, 2010.

SCHNEIDER, S. **“As novas formas sociais do trabalho no meio rural: a pluriatividade e as atividades rurais não-agrícolas.”** Santa Cruz, Rio Grande do Sul, Revista Redes, v. 9, n. 3, 2005.

SILVA, J.G. **“A nova dinâmica da Agricultura Brasileira”**. Campinas, Instituto de Economia/Unicamp, 1996.

SOARES, A.B. **“Juventude e elos com o mundo do trabalho: retratos e desafios”**. Rio de Janeiro, CIESP, PUC-Rio, 2010.

SOUZA, L.A. **“Processos regionais, instrumentos urbanístico municipais: uma abordagem da chamada rede urbana do Alto Paraopeba, Minas Gerais”**. In: Cadernos de Arquitetura e Urbanismo, v.17, n.21, 2º sem. 2010.

STROPASOLAS, V.L. **“O mundo rural no horizonte dos jovens”**. Apresentado anteriormente como tese de doutorado à Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina, Ed. Da UFSC, 2006.

SPOSITO, M.P, CARRANO, P.C.R. **Juventude e Políticas Públicas no Brasil**. In: Políticas públicas de juventud en America Latina. Organizador: Oscar Dávila León, Ediciones CIDPA, de Viña del Mar, Chile, 26ª Reunião Anual do ANPEd, Poços de Caldas, MG, outubro de 2003.

VERAZSTO, E.V. **“Tecnologia: buscando uma definição para o conceito”**. São Paulo, Universidade Estadual de Campinas São Paulo, Associação Assistencial e Educacional Santa Lúcia, PRISMA.COM nº7, 2008.

WANDERLEY, M.N.B. **“Juventude Rural em Perspectiva”**. Organizadoras: Maria José Carneiro, Elisa Guaraná de Castro. Rio de Janeiro, Mauad X, 2007.

_____ **“A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo”**. In: Estudos sociedade Agricultura, outubro, 2000.

WEISHEIMER, N. **“Juventudes rurais: mapas de estudos recentes”**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.

WOOD, S. **“O Modelo Japonês em Debate: pós fordismo ou japonização do fordismo”**. In: Work, Employment and Society, vol. 4, nº4, Julho, 1991.

WOOD JR, T. **“Fordimso, Toyotismo e Volvismo: Os caminhos da indústria em busca do tempo perdido”**. São Paulo, Revista de Administração de Empresas/EAESP/FGV/, 1992.